



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ  
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**EDITAL DCL Nº 90017/2026**

PREGÃO ELETRÔNICO	90017/2026
CONTRATANTE-(UASG)	156678
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS E EVENTUAIS, DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PREDIAL, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANAS E RURAIS, APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 3.663.619,80 (TRÊS MILHÕES, SEISCENTOS E SESENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E DEZENOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS.)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	DIA 30/04/2026 ÀS 09:30H (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO
MODO DE DISPUTA:	ABERTO E FECHADO
TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS	NÃO
MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM	NÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90017/2026**

(Processo Administrativo nº23854.000200/2026-64)

Torna-se público que a Universidade Federal de Jataí, por meio da Diretoria de Compras e Licitações, sediada à Rua Riachuelo nº1530, Setor Samuel Graham, Jataí (GO), realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos e eventuais, de manutenção preventiva e corretiva predial, serviços de manutenção e conservação de áreas urbanas e rurais, apoio técnico-operacional, com o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos e insumos necessários para a execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 17 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Em que pese a licitação seja realizada em grupo único, os lances deverão ser apresentados com base no valor unitário de cada item. Não obstante, a adjudicação ocorrerá pelo critério de menor valor global, aplicado sobre o conjunto dos 17 (dezessete) itens, sendo declarada vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos e condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. *Nos itens de 1 a 17 não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.10. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.13. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.15. A vedação de que trata o item 3.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

**4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.10. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.11. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.11.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.11.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.11.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.11.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.11.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.11.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.11.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.11.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.11.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.11.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.11.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.12. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.13. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4., 5.8. ou 5.10. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.18. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.19. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.20. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.21. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.22. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.23. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.24. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.25. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *valor unitário do item;*

5.1.2. *marca;*

5.1.3. *fabricante;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.*

5.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.13. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.14. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.15. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.16. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.17. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## 6. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *deR\$ 0,01 (Hum centavo de real)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.14. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.15. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.16. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será

sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.17. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.18. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.19. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.20. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.21. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.22. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.23. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.24. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.25. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.26. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.27. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.28. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.29. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.30. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.31. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.32. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.33. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.34. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.35. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.36. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.37. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.38. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.39. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

- 6.40. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 6.41. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 6.42. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.42.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 6.42.2. empresas brasileiras;
  - 6.42.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 6.42.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.43. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.44. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.45. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
- 6.46. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.47. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.48. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.49. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.50. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.51. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sicaf;
  - 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
  - 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
  - 7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.3. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.5. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.7. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.8. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.9. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do

preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.11.1. **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2027 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SRT00233/2025 - DATA DE REGISTRO NO MTE: 03/07/2025 - NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR032842/2025 - NÚMERO DO PROCESSO: 47997.278588/2025-60 - DATA DO PROTOCOLO: 12/06/2025**

7.11.2. **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2027 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO001031/2025 - DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/12/2025 - NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR077732/2025 - NÚMERO DO PROCESSO: 10162.207355/2025-95 - DATA DO PROTOCOLO: 12/12/2025**

7.12. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.13. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.13.1. conter vícios insanáveis;

7.13.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.13.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.13.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.13.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.13.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.14. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.15. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.15.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.15.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.16. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.17. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.19. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.20. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.21. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.22. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.23. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.24. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.25. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.26. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.



- 7.27. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 7.28. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 7.29. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- 7.30. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- 7.31. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.32. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 7.33. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 7.34. O pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.35. O pregoeiro de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.
- 7.36. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em campo aberto por convocação para envio de anexo através do Sistema Compras.Gov.
- 8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.11. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

- 8.12. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail **preuni@ufj.edu.br**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 8.13. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.14. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.16. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.17. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.18. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.19. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 8.20. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.21. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.22. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.23. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.24. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 horas (DUAS HORAS)**, para:
- 8.24.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
  - 8.24.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
  - 8.24.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
  - 8.24.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.25. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.26. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.27. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.
- 8.28. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.29. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.30. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de [2] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de

recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **02** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **02** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 10.2. e 10.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

9.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [licitacao@ufj.edu.br](mailto:licitacao@ufj.edu.br)

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.3. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.4. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 11.1.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 11.1.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 11.1.9. fraudar a licitação;
  - 11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 11.1.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 11.1.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 11.1.13. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 11.1.14. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
  - 11.2.2. multa;
  - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.5. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1 ao 11.1.8, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.6. Para as infrações previstas nos itens 11.1.9 ao 11.1.14, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.9 ao 11.1.14, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 11.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 11.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.17. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.
- 11.18. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [licitacao@ufj.edu.br](mailto:licitacao@ufj.edu.br)
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://compras.jatai.ufg.br/p/39305-licitacoes>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Para consulta a demais anexos do Termo de Referência, acessar o  
Link: <https://drive.google.com/drive/folders/1WcmpA4WeCy92xBqnw-ZIt-JwySb5wQJz>

Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

Jataí, 09 de abril de 2026.

**Rafael Nogueira de Freitas Koch**  
**Diretor de Compras e Licitações - DCL/UFJ**



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL NOGUEIRA DE FREITAS KOCH**, Diretor da Diretoria de Compras e Licitações, em 13/04/2026, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufj.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufj.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0569747** e o código CRC **ABF734EF**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	156678-UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI	GABRIEL FERNANDES SOUSA	06/04/2026 10:35 (v 0.11)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	17/2026	23854.000200/2026-64

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº (23854.000200/2026-64)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos e eventuais, de manutenção preventiva e corretiva predial, serviços de manutenção e conservação de áreas urbanas e rurais, apoio técnico-operacional, com o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos e insumos necessários para a execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CBO	UN	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	A	1	Operador de Máquina Agrícola	6410-10	Posto	05	R\$ 8.310,87	R\$ 41.554,35	R\$ 498.652,20
		2	Trabalhador Volante da Agricultura	6220-20	Posto	02	R\$ 6.233,82	R\$ 12.467,64	R\$ 149.611,68
		3	Vaqueiro	6231-10	Posto	04	R\$ 5.889,77	R\$ 23.559,08	R\$ 282.708,96
		4	Trabalhador Agropecuário Geral	6210-05	Posto	04	R\$ 4.619,40	R\$ 18.477,60	R\$ 221.731,20
		5	Jardineiro	6220-10	Posto	08	R\$ 5.598,58	R\$ 44.788,64	R\$ 537.463,68
	B	6	Administrativo de Obras	4110-05	Posto	05	R\$ 6.791,70	R\$ 33.958,50	R\$ 407.502,00
		7	Encarregado de Obras	7102-05	Posto	01	R\$ 8.342,65	R\$ 8.342,65	R\$ 100.111,80
		8	Eletricista	7156-15	Posto	04	R\$ 8.152,88	R\$ 32.611,52	R\$ 391.338,24
		9	Assistente Técnico no Serviço Público Nível II	2505-20	Posto	01	R\$ 11.236,38	R\$ 11.236,38	R\$ 134.836,56
		10	Pedreiro	7152-10	Posto	02	R\$ 6.483,58	R\$ 12.967,16	R\$ 155.605,92
		11	Pintor	7166-10	Posto	01	R\$ 6.533,79	R\$ 6.533,79	R\$ 78.405,48
		12	Marceneiro	7711-05	Posto	01	R\$ 8.171,83	R\$ 8.171,83	R\$ 98.061,96
		13	Técnico de Refrigeração	3141-15	Posto	01	R\$ 6.561,32	R\$ 6.561,32	R\$ 78.735,84
		14	Encanador	7241-10	Posto	01	R\$ 6.488,23	R\$ 6.488,23	R\$ 77.858,76

		15	Piscineiro	5143-30	Posto	01	R\$ 6.231,96	R\$ 6.231,96	R\$ 74.783,52
	C	16	Fornecimento de materiais sob demanda com BDI	-	Mês	12	R\$ 11.351,00	R\$ 11.351,00	R\$ 136,212,00
	D	17	Fornecimento de serviços sob demanda com BDI	-	Mês	12	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00
TOTAL MENSAL								R\$ 305.301,65	
TOTAL ANUAL									R\$ 3.663.619,80

### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que atenderá à necessidade pública de forma permanente e sem interrupções, por mais de um exercício financeiro, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

### Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. Deverá a autoridade atestar maior viabilidade econômica com a contratação plurianual.

1.4.2. Deverá atestar a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem econômica em sua manutenção.

1.4.3. Poderá a Administração extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de recursos para a continuidade, ou ainda, quando entender que o contrato não é mais vantajoso.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 35840659000130-0-0000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2025;

III) Id do item no PCA: 946; 947; 948;

IV) Classe/Grupo: 851;

V) Identificador da Futura Contratação: 156678-17/2026;



III. ID do item no PCA	IV. Código e Nome da Classe/GRUPO	V. Identificador da Futura Contratação	VI. Código do Item (CATSER)
946	851- SERVIÇO DE AGÊNCIAS DE EMPREGO E FORNECIMENTO DE PESSOAL	156678-17/2026	24309 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM - ÁREAS BRUTAS- 44H SEMANAIS DIURNAS - OUTRA PRODUTIVIDADE
947	851- SERVIÇO DE AGÊNCIAS DE EMPREGO E FORNECIMENTO DE PESSOAL	156678-17/2026	24279 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM - GRAMADOS - 44H SEMANAIS DIURNAS - OUTRA PRODUTIVIDADE
948	546- SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO	156678-17/2026	5606 - INSTALAÇÃO/MANUTENÇÃO ELÉTRICA-PREDIAL,INDUSTRIAL

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.1.1. Trata-se de serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, de acordo com o art. 15 da IN n. 05 /2017, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que a falta ou interrupção na prestação dos serviços pode impactar negativamente na qualidade, na capacidade laborativa, com possibilidade de dano ao interesse e patrimônio público.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), implementando, sempre que aplicável, a logística reversa de embalagens, resíduos, peças e equipamentos após o uso, conforme previsto na legislação;

4.1.2. Deverá ainda priorizar o uso de materiais biodegradáveis, sempre que tecnicamente possível, e adotar medidas para reduzir o uso de agrotóxicos, utilizando exclusivamente produtos registrados nos órgãos federais competentes, em conformidade com a Lei nº 7.802/1989 e o Decreto nº 4.074/2002;

4.1.3. A contratada também deverá adotar práticas seguras e ambientalmente adequadas na limpeza de pulverizadores, realizando a tríple lavagem (ou técnica equivalente permitida) imediatamente após o uso, conforme estabelecido pela Instrução Normativa nº 9/2008 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

4.1.4. O transporte correto de resíduos, mesmo que internamente nas instalações da UFJ, faz parte da gestão ambiental adequada (conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010). Como parte das ações voltadas à gestão sustentável de resíduos sólidos, os funcionários da contratada poderão realizar o transporte

interno de resíduos devidamente acondicionados, incluindo resíduos comuns, sanitários, recicláveis e vegetais, até os pontos de coleta estabelecidos pela instituição, sem manuseio ou triagem do conteúdo.

4.1.5. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de agrotóxicos, seus componentes e afins previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei 14.785, de 2023, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, legislação e normatização correlatas.

4.1.6. As embalagens vazias de produtos fitossanitários deverão ser devolvidas aos pontos de recebimento autorizados, observando-se os prazos legais, os procedimentos de lavagem e a guarda dos comprovantes de devolução, conforme determinado pela legislação vigente e pelas orientações do inPEV; e

4.1.7. Nas atividades de poda e manutenção vegetal, a contratada deverá realizar a separação e destinação adequada dos resíduos orgânicos, priorizando sua utilização em processos de compostagem ou em iniciativas de fabricação de adubo orgânico eventualmente implantadas pela instituição, evitando sua destinação a aterros sanitários.

4.1.8. Nas atividades de manutenção preventiva e / ou corretiva, deve-se prezar pelo correto uso da matéria prima, economicidade no uso e consumo e o correto descarte dos resíduos.

### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1. Óleo lubrificante para motores 2 tempos, da marca STIHL. A ser utilizado nos equipamentos STIHL: Roçadoras, Roçadoras costeais, Motosserras, Motopoda e Sopradores.

4.2.1.1 Descrição: Óleo lubrificante para motores 2 tempos, sintético, de alta performance, isento de cinzas, para mistura na proporção 1:50 (óleo:gasolina), adequado para equipamentos motorizados de pequeno porte como motosserras, motopodas, roçadeiras e similares. Viscosidade: 20W-50.

4.2.1.2. Justifica-se a necessidade desta marca para compatibilizar com os equipamentos padronizados do contratante.

4.2.1.3. A aquisição do Óleo lubrificante para motores 2 tempos será realizada de acordo com a demanda, sendo fornecido por meio de Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM), referente ao Lote C, nos termos do item 5.4.1 desse Termo de Referência.

### Subcontratação

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **5,00 % (CINCO por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.4.1. Nos lotes A e B: referente à Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO) destinada a **serviços contínuos** de manutenção preventiva e corretiva predial, serviços de manutenção e conservação de áreas urbanas e rurais, apoio técnico-operacional;

4.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.5.1. Lote C - Fornecimento de materiais sob demanda; e

4.5.2. Lote D - Fornecimento de serviços sob demanda.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.10. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

### **Garantia da contratação**

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor **total** da contratação.

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.12.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.12.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.16.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.17.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.17.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.17.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.18. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.18.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.19. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.20. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada .

4.22. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.22.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.22.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.23. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.23.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.23.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.24. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.24.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da

contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.24.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.24.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.25. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.26. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.27. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

### **Vistoria**

4.28. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09:00** horas às **17:00** horas.

4.29. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.30. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.30.1. Deverá encaminhar a documentação do item 4.30 no endereço de e-mail do setor de licitações: **dcl@ufj.edu.br**, com a devida solicitação de horário para verificação de disponibilidade e, caso possível, a confirmação do agendamento será retornada;

4.30.2. Será emitido, no ato da vistoria, Atestado de visita ao local de prestação do serviço, conforme modelo constante no Anexo III deste Termo de Referência.

4.31. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no Anexo III deste Termo de Referência.

4.32. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 dias UTÉIS da assinatura do contrato.

5.1.2 A execução do objeto será realizada pelo fornecimento de mão de obra especializada, de forma contínua, mediante alocação de empregados da contratada para desenvolvimento de serviços nos Campis da UFJ (Campus Jatobá e Campus Riachuelo), observadas as disposições estabelecidas no ETP.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. A execução dos serviços observará cronograma definido pelo fiscal técnico da UFJ, responsável pela interlocução com as unidades demandantes e pela consolidação das necessidades operacionais dos Campi Riachuelo e Jatobá, garantindo a adequada prestação dos serviços contratados.

5.1.3.2. Deste modo, as atividades deverão seguir as programações definidas pelo fiscal da UFJ designado, com base em cronogramas operacionais mensais ou semanais;

5.1.3.3. A execução deverá ocorrer de forma rotineira e contínua, respeitando os ritmos das atividades acadêmicas e a sazonalidade da produção agrícola, animal zootécnica, de jardinagem e paisagismo e manutenção predial;

5.1.3.4. A empresa deverá garantir a substituição imediata de empregados ausentes, conforme cláusula contratual;

5.1.3.5. A contratada deverá indicar preposto e fornecer relatórios mensais de execução, conforme modelo definido pela fiscalização e citado no item 4.3.1 do ETP;

5.1.4. A empresa contratada será responsável pela disponibilização da mão de obra qualificada, insumos e equipamentos necessários à realização dos serviços descritos, os quais deverão ser executados conforme padrões de qualidade, segurança e produtividade estabelecidos neste Termo de Referência e demais documentos contratuais.

5.1.4.1. O ponto de apoio fixo, estoque, entrega de materiais e local de início dos trabalhos diários da equipe será no Campus Jatobá, descrito em 5.2.1.

5.1.4.2. O deslocamento intercampi será de responsabilidade do Contratante, quando necessário.

## **Local e horário da prestação dos serviços**

**5.2.** Os serviços serão prestados no seguinte endereço::

5.2.1. UFJ Campus Jatobá, localizado à Rod BR 364, km 192, nº 3800, Setor Industrial, CEP 75801-615, Jataí-Goiás

5.2.2. UFJ Campus Riachuelo, localizado à Rua Riachuelo nº 1530 Setor Samuel Graham, CEP 75803-025, Jataí-Goiás

5.2.3 O serviço poderá ser prestado em todas as dependências pertencentes à UFJ (Campus Jatobá e Campus Riachuelo, SPA, Casa do Estudante ou Moradia Universitário 1 e 2 e demais imóveis que venham compor o patrimônio da UFJ ou eventos externos que porventura ocorrer a serviço da UFJ

5.3 Os serviços serão prestados nos seguintes horários: das 06:00 horas às 22:00 horas, totalizando 44 horas semanais para cada posto, considerando a carga horária semanal. E, totalizando 40 horas semanais para os seguintes cargos: Jardineiro e Administrativo de obras, conforme Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 381, de 17 de setembro de 2025.

## **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1. A execução contratual observará as especificações abaixo:

5.3.1.1. Da descrição dos cargos

5.3.1.1.1. Operador de Máquinas Agrícolas - CBO 6410-10

5.3.1.1.1.1. Todos os operadores devem possuir habilitação legal e certificação específica para operação de tratores e máquinas agrícolas, em conformidade com as normas de segurança do trabalho e diretrizes da UFJ;

5.3.1.1.1.2. Eventuais deslocamentos dentro dos campi deverão ser previamente autorizados e supervisionados pela equipe técnica responsável.

5.3.1.1.1.3. Condução e operação de tratores e máquinas agrícolas, com ou sem implementos;

5.3.1.1.1.4. Execução de aração, gradagem, subsolagem, roçagem e transporte de cargas;

5.3.1.1.1.5. Realização de pulverização mecanizada de lavouras e áreas experimentais, bem como lavagem dos equipamentos de aplicação utilizado, com uso adequado de EPI;

5.3.1.1.1.6. Operação com picadores de resíduos agrícolas;

5.3.1.1.1.7. Colheita de grãos e forrageiras para produção de silagem;

5.3.1.1.1.8. Distribuição e compactação mecânica de silagem em silos e trincheiras;

5.3.1.1.1.9. Carga, mistura e distribuição de alimentos para animais, utilizando máquinas específicas;

5.3.1.1.1.10. Operação de rotoencanteiradoras rotativas e enxadas agrícolas;

5.3.1.1.1.11. Carga e descarga com o uso de conchas e guinchos hidráulicos acoplados a tratores;

5.3.1.1.1.12. Operação com: Plantadeiras, colheitadeira, cultivadores, escarificadores, plainas agrícolas, distribuidores de fertilizantes, micro tratores, cortadores de grama tipo "giro zero" e perfuradoras agrícolas

5.3.1.1.1.13. Transporte de água em carretas tipo "pipa", para irrigação e combate a incêndios florestais;

5.3.1.1.1.14. Regulagem e manutenção preventiva de tratores e implementos agrícolas, incluindo:

5.3.1.1.1.14.1. Acoplamento/desacoplamento e verificação de acopladores;

5.3.1.1.1.14.2. Manutenção preventiva de máquinas e implementos agrícolas:

5.3.1.1.1.14.2.1. Engraxamento, troca de fluidos e lubrificação geral;

5.3.1.1.1.14.2.2. Verificação, reparo e substituição de pneus;

5.3.1.1.1.14.2.3. Substituição de peças danificadas;

5.3.1.1.1.14.2.4. Conferência e troca de correias, luzes, cintos de segurança e demais itens de segurança;

5.3.1.1.1.14.2.5. Verificação de condições de uso e segurança de máquinas acopladas e implementos;

5.3.1.1.1.14.2.6. Troca de óleos e filtros do motor, óleo de diferencial e câmbio;

5.3.1.1.1.15. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de biossegurança, segurança do trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e respeito às normas de bem-estar animal;

## 5.3.1.1.2. Trabalhador Volante da Agricultura- CBO 6220-20

5.3.1.1.2.1. Incluem atividades temporárias, sazonais ou atividades de ciclo completo da produção.

5.3.1.1.2.2. Preparo da terra (limpeza, capina, aragem).

5.3.1.1.2.3. Plantio (semeadura, transplante de mudas, preparo de sementes, medição de espaçamento entre plantas) e tratos culturais (adubação, desbrota, irrigação, identificar e combater pragas e parasitas) e

5.3.1.1.2.4. Colheita de grãos, frutas, legumes (corte, recolhimento, classificação e organização para beneficiamento, anotar produção), todas essas atividades e manutenção de áreas experimentais usando ferramentas, equipamentos ou instrumentos agrícolas.

5.3.1.1.2.5. Embalar, armazenar e classificar os produtos oriundos de unidades experimentais,

5.3.1.1.2.6. Implantação e organização de experimentos a campo.

5.3.1.1.2.7. Noção de construção de viveiros e cercas, dependendo das demandas dos projetos institucionais.

5.3.1.1.2.8. Identificação e levantamento de pragas e doenças nas diversas áreas experimentais.

5.3.1.1.2.9. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de biossegurança, segurança do trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e respeito às normas de bem-estar animal;

### 5.3.1.1.3. Vaqueiro - CBO6231-10

5.3.1.1.3.1. Condução, manejo e contenção de animais de grande e pequeno porte, como bovinos (corte e leite), bubalinos, equinos, caprinos e ovinos, conforme orientação técnica e normas de bem-estar animal;

5.3.1.1.3.2. Execução de rotinas diárias de cuidados zootécnicos, incluindo: ordenha, pesagem, vistoria sanitária, separação de animais por lotes, aplicação de vacinas, vermífugos e outros procedimentos profiláticos e preventivos;

5.3.1.1.3.3. Apoio às atividades de reprodução animal, como observação de cio, assistência em partos, primeiros cuidados com neonatos (bezerros, cordeiros etc.);

5.3.1.1.3.4. Distribuição de alimentação, com fornecimento em cochos e condução dos animais ao pasto, bem como participação no preparo de forragens, trituração de grãos e retirada de silagem, dentre outras atividades alimentares, sempre conforme planejamento técnico da contratante;

5.3.1.1.3.5. Manutenção, limpeza e pequenas construções em instalações como cercas, piquetes, currais, bretes, estábulos, bebedouros, tanques de leite dentre outras;

5.3.1.1.3.6. Higienização e controle de equipamentos e estruturas de ordenha, confinamento e outras áreas de manejo animal, garantindo padrões mínimos de sanidade;

5.3.1.1.3.7. Auxílio eventual em atividades logísticas que envolvam insumos e alimentação animal, desde que não impliquem na operação direta de máquinas ou equipamentos agrícolas, salvo quando for servidor/terceirizado legalmente habilitado e capacitado para isso, mediante autorização expressa da contratante;

5.3.1.1.3.8. Operação com trator agrícola inerente à função tais como: distribuir alimentos e ração, transporte de materiais para reforma e manutenção de cercas.

5.3.1.1.3.9. O vaqueiro será responsável pela construção, manutenção e pequenos reparos em cercas fixas, cercas elétricas (quando autorizado), piquetes, porteiras, currais e outras estruturas de contenção de animais, utilizando ferramentas e materiais adequados, conforme o planejamento do setor de produção animal e sob orientação técnica da contratante.

5.3.1.1.3.10. Realização de registros básicos sobre o rebanho (nascimentos, mortes, anomalias sanitárias, ocorrências de manejo), com reporte imediato às equipes técnicas responsáveis;



5.3.1.1.3.11. Participação em atividades de ensino, pesquisa ou extensão universitária vinculadas à produção animal, conforme solicitação da contratante.

5.3.1.1.3.12. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de biossegurança, segurança do trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e respeito às normas de bem-estar animal;

#### 5.3.1.1.4. Trabalhador Agropecuário Geral - CBO 6210-05

5.3.1.1.4.1. Os serviços gerais de auxiliar de campo são prestados em apoio a todos os outros serviços, podendo realizar ainda outras atividades relacionadas às rotinas rurais e urbanas de uma unidade produtiva.

5.3.1.1.4.2. Auxílio aos vaqueiros, tratoristas e o trabalhador volante da agricultura em atividades afins e em experimentos de campo.

5.3.1.1.4.3. Auxílio às operações com tratores, microtratores e outros implementos agrícolas.

5.3.1.1.4.4. Atividades manuais diversas como capina, roçagem e outras.

5.3.1.1.4.5. Auxiliar na carga e descarga de materiais diversos.

5.3.1.1.4.6. Limpeza de áreas de criação e manejo de animais.

5.3.1.1.4.7. Aplicação de defensivos agrícolas com bomba costal, quando solicitado pelo técnico responsável.

5.3.1.1.4.8. Auxiliar na condução de implantação de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5.3.1.1.4.9. Auxílio constante na eliminação de pragas e vetores, principalmente focos de mosquitos da dengue em sua área de atuação.

5.3.1.1.4.10. Auxiliar na condução, implantação e colheita de parcelas experimentais.

5.3.1.1.4.11. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de biossegurança, segurança do trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e respeito às normas de bem-estar animal;

#### 5.3.1.1.5. Jardineiro - CBO 6220-10

5.3.1.1.5.1. Limpeza, varrição e roçagem de toda a área de jardim, incluindo a área entre a divisa da UFJ e a BR-364, com coleta de resíduos sobre as gramagens, etc.

5.3.1.1.5.2. Capinação dos gramados e canteiros, mecanizada e manual.

5.3.1.1.5.3. Irrigação eventual de alguns jardins e vasos.

5.3.1.1.5.4. Replante de áreas danificadas, manejo do solo, manutenção em vasos de plantas, remoção de galhos e plantas secas e remoção de ervas espontâneas.

5.3.1.1.5.5. Poda de gramado manual, mecanizada ou semi-mecanizada, mantendo a grama com altura de cerca de 3 cm.

5.3.1.1.5.6. Capinas químicas em áreas de jardins, calçadas, passarelas, passeios, ruas, área da usina fotovoltaica, bem como a aplicação de defensivos agrícolas quando solicitado e em conformidade com as exigências legais.

5.3.1.1.5.7. Fertilização em cobertura em gramados, com produtos conforme recomendado pela equipe técnica.

5.3.1.1.5.8. Carga e descarga de materiais diversos como terra, lixo, sobras de podas, madeira e outros.

5.3.1.1.5.9. Plantio de árvores, forrações, arbustos e outros elementos necessários à constituição e manutenção de parques e jardins, conforme solicitado pelo fiscal do contrato, que gerencia as atividades de Serviços Urbanos e Rurais da UFJ.

5.3.1.1.5.10. Pintura de meio fio.

5.3.1.1.5.11. Manutenção da limpeza geral de parques e jardins.

5.3.1.1.5.12. Auxílio no controle de pragas de parques e jardins.

5.3.1.1.5.13. Operação com tratores, microtratores e implementos de jardinagem.

5.3.1.1.5.14. Outras atividades relacionadas à área de parques e jardins.

5.3.1.1.5.15. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de biossegurança, segurança do trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e respeito às normas de bem-estar animal;

#### 5.3.1.1.6. Administrativo de Obras- CBO 4110-05

5.3.1.1.6.1. Apoio às rotinas administrativas da empresa.

5.3.1.1.6.2. Executar serviços de apoio administrativo em áreas como recursos humanos, finanças, logística, compras ou atendimento

5.3.1.1.6.3. Organizar, arquivar e controlar documentos, físicos e digitais.

5.3.1.1.6.4. Realizar lançamentos de dados, preenchimento de formulários, planilhas e sistemas internos.

5.3.1.1.6.5. Atender telefone, e-mails e público interno/externo, prestando informações básicas.

5.3.1.1.6.6. Controlar agenda, correspondências, protocolos e arquivos.

5.3.1.1.6.7. Auxiliar na emissão e conferência de documentos (notas, relatórios simples, requisições, ordens de serviço).

5.3.1.1.6.8. Dar suporte a rotinas de compras, estoque e almoxarifado, quando necessário.

5.3.1.1.6.9. Apoiar atividades de departamento pessoal, como organização de documentos de funcionários.

5.3.1.1.6.10. Executar tarefas administrativas simples e padronizadas, sob supervisão.

5.3.1.1.6.11. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de segurança e saúde no trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);

#### 5.3.1.1.7. Encarregado de Obras - CBO 7102-05

5.3.1.1.7.1. Organizar, supervisionar e controlar as rotinas da equipe em específico.

5.3.1.1.7.2. Supervisionar e orientar a equipe de manutenção, distribuindo tarefas e acompanhando resultados.

5.3.1.1.7.3. Planejar, organizar e controlar rotinas (protocolo, atendimento, orçamentos, compras, faturamento, almoxarifado etc.).

5.3.1.1.7.4. Acompanhar e conferir execuções, documentos, relatórios, planilhas e registros administrativos.

5.3.1.1.7.5. Garantir o cumprimento de normas internas, prazos e procedimentos.

5.3.1.1.7.6. Apoiar a gestão nas áreas financeira, recursos humanos, logística, conforme a necessidade.

5.3.1.1.7.7. Controlar fluxo de documentos, correspondências e processos internos.

5.3.1.1.7.8. Elaborar ou validar relatórios para a chefia ou gerência.

5.3.1.1.7.9. Atuar como elo entre a equipe operacional e a gestão, repassando orientações e demandas.

5.3.1.1.7.10. Participar do treinamento e integração de novos colaboradores.

5.3.1.1.7.11. Identificar falhas nos processos e sugerir melhorias organizacionais.

5.3.1.1.7.12. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de segurança e saúde no trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);

#### 5.3.1.1.8. Eletricista - CBO 7156-15

5.3.1.1.8.1. Qualificação profissionalizante na área de eletricista, conhecimento na área de telecomunicações.

5.3.1.1.8.2. Instalações elétricas: entradas de energia; entradas em MT e BT; ramais de entrada; transformadores; disjuntores de MT e BT; chaves seccionadas MT e BT; para-raios; barramentos e conectores; sistema de aterramento; medição MT e BT;

5.3.1.1.8.3. Quadros elétricos: quadros gerais de distribuição; quadros de força e luz; quadros de automação e controle; quadros de energia estabilizada; identificação e proteção de quadros; identificação de circuitos e rede; SPDA: captos, pontaletes e isoladores; cabos de gaiolas e de descida; hastes e cabos enterrados; conectores e terminais de medição;

5.3.1.1.8.4. Sistemas de iluminação: luminária para lâmpadas led; outros tipos de aparelhos de iluminação; sistemas de comando e dispositivos de controle; iluminação de emergência; iluminação de alerta e sinalização; iluminação de fachada; lâmpadas fluorescentes/led tubulares; lâmpadas fluorescentes/led compactas; lâmpadas fluorescentes/led eletrônicas; lâmpadas incandescentes comuns e mistas; lâmpadas halógenas; lâmpadas tipo dicróica; lâmpadas de vapor metálico; lâmpadas de vapor de mercúrio; lâmpadas tipo spot; soquetes e bocais; reatores diversos.

5.3.1.1.8.5. Pontos de força: tomadas de uso comum; tomadas para equipamentos especiais; tomadas em equipamentos tipo rack; tomadas de sistemas estabilizados.

5.3.1.1.8.6. Sistemas de energia estabilizada: no breaks para automação bancária; sistemas monofásicos; sistemas bifásicos; sistemas trifásicos; bancos de baterias; short-breaks uso geral; estabilizadores de tensão mono, bi e trifásicos.

5.3.1.1.8.7. Geradores de energia: bancos de capacitores; capacitores individuais acionados por intertravamento; capacitores controlados por dispositivos automáticos; geradores de energia. Máquinas elétricas: conjuntos tipo motobombas de recalque; conjuntos motobombas de drenagem.

5.3.1.1.8.8. Sistema de telefonia e lógica: entradas telefônicas; quadros gerais de telefonia; quadros parciais de telefonia; sistemas primários de distribuição; sistemas secundários de distribuição; redes tipo backbone de dados; redes horizontais de dados racks de sistemas de cabeamento estruturado; testes e certificações de redes; identificação dos pontos; cabos elétricos nus; cabos e fios elétricos isolação até 1kv; cabos e fios telefônicos internos e externos; cabos utp. Stp, ftp, fstp; cabos coaxiais (rg/rf 59); cabos em fibra ótica; cabos polarizados; eletrodutos, leitos, calhas e perfis metálicos, eletrodutos e canaletas em PVC; caixas de embutir e sobrepor em alumínio; caixas de embutir e sobrepor em aço; caixas de embutir e sobrepor em PVC.

5.3.1.1.8.9. Sistemas e dispositivos de proteção: protetores contra surtos para redes elétricas; protetores contra surtos para telefonia;

5.3.1.1.8.10. Conhecimento na área de Telecomunicações;

5.3.1.1.8.11. Planejam serviços elétricos, montam, reparam instalações elétricas em equipamentos, recondicionamento de motores elétricos, montam circuitos de comando e de força em equipamentos eletromecânicos;

5.3.1.1.8.12. Executar serviços de manutenção elétrica, montagem de quadros de distribuição, reparar instalações elétricas prediais, realizar adequações elétricas;

5.3.1.1.8.13. Outras atividades correlatas à função.

5.3.1.1.8.14. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de segurança e saúde no trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);

#### 5.3.1.1.9. Assistente Técnico no Serviço Público Nível II - CBO 2505-20

5.3.1.1.9.1. Supervisiona e programa as atividades dos trabalhadores que trabalham com construção civil,

5.3.1.1.9.2. Controla a segurança para o desenvolvimento das atividades na construção de edificações e obras de engenharia.

5.3.1.1.9.3. Monitora as instalações, verifica qualidade, fluxo e movimentação de materiais e insumos utilizados.

5.3.1.1.9.4. Monitora a necessidade de adequações nas edificações.

5.3.1.1.9.5. Profissional com amplo conhecimento de leitura de projetos de arquitetura, eletricidade /telefonia e lógica, hidráulico /sanitários e com capacidade para, subordinado a equipe de Engenharia, planejar, coordenar, administrar e acompanhar tecnicamente serviços de manutenção, reformas e obras prediais;

5.3.1.1.9.6. Qualificação mínima exigida em técnico em edificações.

5.3.1.1.9.7. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de segurança e saúde no trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);

#### 5.3.1.1.10. Pedreiro - CBO 7152-10

5.3.1.1.10.1. Calcular os materiais a serem utilizados na obra; especificar os materiais a serem utilizados na obra; interpretar as ordens de serviço; orçar o serviço;

5.3.1.1.10.2. Disponibilizar os materiais para a obra; providenciar a liberação do local de trabalho; providenciar o local para depósito de materiais e ferramentas; selecionar as ferramentas e equipamentos; selecionar os equipamentos de segurança;

5.3.1.1.10.3. Aplicar o concreto nas fundações; cavar o local para as sapatas; confeccionar o arranque do pilar e a cinta de fundação; construir o gabarito para a locação da obra; marcar a obra a ser realizada; preparar o concreto; providenciar as formas para as fundações;

5.3.1.1.10.4. Alinhar as alvenarias; apertar as alvenarias; aplicar o concreto nas cintas de amarração sobre as alvenarias; aprumar as alvenarias; assentar as vergas nos vãos; assentar os tijolos, blocos e elementos vazados; chumbar os tacos e tarugos para fixação das aduelas; concretar as lajes; concretar os pilares e pilaretes; esquadrear as alvenarias; montar as lajes pré-moldadas; nivelar as alvenarias; preparar a argamassa para o assentamento;

5.3.1.1.10.5. Aplicar o chapisco em tetos e paredes; aplicar o emboço para regularizar a superfície; assentar acabamentos (soleiras, peitoris etc) em portas e janelas; assentar os pré-moldados; marcar os pontos de nível e pontos de massa; preparar a argamassa para o revestimento; preparar argamassa (farofa) para o contrapiso;

5.3.1.1.10.6. Comunicar-se com clientes, superiores e colegas de trabalho; coordenar trabalhos com outros membros da equipe; cuidar do material de trabalho; cumprir as especificações do fabricante; manter-se atualizado quanto as normas técnicas e de segurança; obedecer as normas de segurança; preocupar-se com a produtividade; trabalhar em áreas de risco; trabalhar em grandes alturas; zelar pela qualidade do trabalho;

5.3.1.1.10.7. Outras atividades correlatas à função.

5.3.1.1.10.8. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de segurança e saúde no trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);

#### 5.3.1.1.11. Pintor - CBO 7166-10

5.3.1.1.11.1. Abastecer o equipamento com tinta; aplicar tinta na superfície conforme recomendação do fabricante; inspecionar a superfície conforme padrões de qualidades; limpar superfície (automotivo); polir superfície pintada; retocar a superfície pintada; secar a superfície;

5.3.1.1.11.2. Avaliar umidade das superfícies; limpar o local de trabalho; limpar os materiais e utensílios utilizados para pintura; selecionar materiais de consumo para pintura; selecionar vestimenta para executar a função; verificar irregularidade da superfície;

5.3.1.1.11.3. Checar ordens de serviços; identificar as peças conforme as características da superfície; identificar superfícies e partes a serem pintadas; observar presenças de impurezas;

5.3.1.1.11.4. Calcular as quantidades de materiais conforme o tipo de superfície; estimar o rendimento dos materiais utilizados na pintura; medir a espessura da camada de tinta; medir a superfície a ser pintada (área); registrar a quantidade de material usado em cada peça;

5.3.1.1.11.5. Consultar as instruções de uso e manutenção do equipamento de pintura; definir o equipamento para um melhor aproveitamento na pintura; identificar a função dos equipamentos de pintura; realizar pequenos reparos nos equipamentos de pintura; regular equipamento de pintura de acordo com recomendações do fabricante e superfície a ser pintada; testar equipamentos de pintura;

5.3.1.1.11.6. Aplicar o primer (fundo) para melhorar o acabamento na superfície; corrigir pequenas imperfeições da superfície; identificar imperfeições na superfície; isolar a parte da superfície que não será pintada; limpar a superfície; reconhecer os tipos de superfícies (metal, plástico, madeira); selecionar materiais (lixas, seladores, primer) de acordo com o tipo de superfície;

5.3.1.1.11.7. Alterar componentes da tinta para ajuste da cor; comparar a cor padrão com a cor da superfície; definir as proporções dos componentes da tinta conforme especificações do fabricante; identificar cores, consultando catálogos de fabricantes; identificar o tipo de tinta; verificar a viscosidade de aplicação da tinta; verificar prazo de validade da tinta;

5.3.1.1.11.8. Avaliar iluminação e ventilação do ambiente de trabalho; identificar situações de risco; postar-se ergonomicamente na execução do trabalho; realizar manutenção de equipamentos de proteção individual; respeitar as normas de segurança; selecionar equipamentos de proteção individual conforme situações de risco; utilizar equipamentos de proteção individual; utilizar extintor de incêndio conforme a classe de incêndio;

5.3.1.1.11.9. Acatar determinações superiores; cumprir normas de qualidade; dar provas de pontualidade; demonstrar disciplina; demonstrar interesse no trabalho; demonstrar raciocínio lógico; manter-se atualizado tecnologicamente; mostrar boa apresentação pessoal; trabalhar com responsabilidade.

5.3.1.1.11.10. Outras atividades correlatas à função.

5.3.1.1.11.11. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de segurança e saúde no trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);

5.3.1.1.12. Marceneiro - CBO 7711-05

5.3.1.1.12.1. Montar produtos de madeira e derivados com elementos de fixação;

5.3.1.1.12.2. Elaborar roteiro para a confecção e restauração de produtos de madeira e/ou derivados;

5.3.1.1.12.3. Especificar madeiras, acessórios, ferragens e acabamentos para confecção de produtos de madeira;

5.3.1.1.12.4. Verificar a resistência dos produtos de madeira e derivados;

5.3.1.1.12.5. Fixar ferramentas;

5.3.1.1.12.6. Confeccionar peças a serem substituídas na restauração de reposição;

5.3.1.1.12.7. Executar traçado em madeira, derivados e outros materiais observando o sentido dos veios;

5.3.1.1.12.8. Avaliar a qualidade da matéria-prima para confecção de produtos de madeira e derivados;

5.3.1.1.12.9. Manter as máquinas e ferramentas em condições de funcionamento;

5.3.1.1.12.10. Regular o funcionamento das partes móveis do produto;

5.3.1.1.12.11. Usinar os componentes dos produtos;

5.3.1.1.12.12. Interpretar projetos, desenhos e especificações para a confecção e restauração de produtos de madeira;

5.3.1.1.12.13. Ordenar fluxos do processo de produção;

5.3.1.1.12.14. Preparar o produto para o acabamento;

5.3.1.1.12.15. Colocar arremates finais;

5.3.1.1.12.16. Confeccionar gabaritos ou moldes para execução das peças em madeiras e derivados;

5.3.1.1.12.17. Desmontar e transportar o produto;

5.3.1.1.12.18. Selecionar as ferramentas necessárias para a execução do trabalho; produtos para restauração;

5.3.1.1.12.19. Substituir peças danificadas;

5.3.1.1.12.20. Seguir procedimentos de segurança;

5.3.1.1.12.21. Montar o produto no local de instalação;

5.3.1.1.12.22. Dimensionar produtos de madeira e derivados conforme solicitações de clientes e local de instalação;

5.3.1.1.12.23. Regular as máquinas para obter o produto conforme o projeto;

5.3.1.1.12.24. Preparar local para armazenamento de materiais;

- 5.3.1.1.12.25. Executar acabamento em produtos de madeira e derivados;
- 5.3.1.1.12.26. Colocar ferragens para reajuste de produtos de madeira e derivados; apliques e lâminas nos produtos de madeira e derivados;
- 5.3.1.1.12.27. Revisar as condições do acabamento do produto;
- 5.3.1.1.12.28. Esboçar o produto conforme solicitação do cliente;
- 5.3.1.1.12.29. Preparar local de carga e descarga;
- 5.3.1.1.12.30. Separar o produto e acessórios;
- 5.3.1.1.12.31. Revisar as dimensões do produto;
- 5.3.1.1.12.32. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de segurança e saúde no trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);

#### 5.3.1.1.13. Técnico em Refrigeração - CBO 3141-15

- 5.3.1.1.13.1. Instalar sistemas de ar-condicionado (split, multisplit, VRF/VRV, janela, piso-teto).
- 5.3.1.1.13.2. Executar manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de climatização.
- 5.3.1.1.13.3. Realizar carga, recolhimento e controle de fluido refrigerante.
- 5.3.1.1.13.4. Diagnosticar falhas mecânicas, elétricas e eletrônicas nos sistemas.
- 5.3.1.1.13.5. Instalar e substituir compressores, evaporadores, condensadores e válvulas.
- 5.3.1.1.13.6. Medir e controlar pressão, temperatura e vazão dos sistemas.
- 5.3.1.1.13.7. Ler e interpretar esquemas elétricos e mecânicos.
- 5.3.1.1.13.8. Instalar e manter quadros elétricos de equipamentos de climatização.
- 5.3.1.1.13.9. Verificar isolamento térmico e eficiência energética.
- 5.3.1.1.13.10. Preencher relatórios técnicos e ordens de serviço.
- 5.3.1.1.13.11. Cumprir normas de segurança e meio ambiente (NR-10, NR-35, manuseio de gases).
- 5.3.1.1.13.12. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de segurança e saúde no trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);

#### 5.3.1.1.14. Encanador - CBO 7241-10

- 5.3.1.1.14.1. Conferir validade dos materiais; definir traçados das tubulações; dimensionar tubulações; especificar materiais; estudar projetos; executar projeto; identificar pressão do fluido; inspecionar materiais visualmente; quantificar materiais; separar materiais conforme medidas e tipos;
- 5.3.1.1.14.2. Abrir paredes, lajes, pisos ou valas; acondicionar materiais no local de instalação; fixar suportes; inspecionar local; isolar local de trabalho; marcar local definido para instalação;
- 5.3.1.1.14.3. Abrir roscas nas tubulações; alinhar tubos conforme ângulo especificado; colar tubulações; cortar tubos; encaixar conexões; curvar tubos; identificar tubulações; montar kit's; pintar tubulações; pontear tubulações;

5.3.1.1.14.4. Assentar tubulações; distribuir tubulações; fixar redes; identificar com cores as tubulações conforme finalidade; instalar acessórios e equipamentos; interligar redes e ramais (pontos de consumo); unir tubulações; vedar tubulações;

5.3.1.1.14.5. Corrigir falhas na vedação; determinar tempo de duração do teste conforme NBR; instalar manômetros na rede; liberar rede para uso; monitorar teste no manômetro e na rede; pressurizar a rede; refazer teste; vedar saídas das tubulações;

5.3.1.1.14.6. Cobrir tubulações com areia; envelopar tubulações; isolar tubulações;

5.3.1.1.15.7. Drenar tubulações; regular pressão nas tubulações; testar equipamentos operacionais; testar pressão da água que vem da concessionária; testar tubulações de incêndio;

5.3.1.1.14.8. Analisar causa das falhas ou defeitos; desativar sistemas de distribuição; identificar falhas ou defeitos; identificar materiais, equipamentos e instrumentos utilizados na solução das falhas ou defeitos; reativar sistemas de distribuição; substituir acessórios e equipamentos defeituosos ou fora do prazo de validade; testar reparos dos acessórios ou equipamentos;

5.3.1.1.14.9. Elaborar orçamentos e propostas; preencher requisições de materiais; redigir relatórios de serviços;

5.3.1.1.14.10. Analisar minúcias; comunicar-se; demonstrar iniciativa; demonstrar habilidades numéricas; manter-se atualizado com novas técnicas de instalações; tomar decisões rápidas; trabalhar em equipe; utilizar equipamentos de proteção individual;

5.3.1.1.14.11. Outras atividades correlatas à função.

5.3.1.1.14.12. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de segurança e saúde no trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);

#### 5.3.1.1.15. Piscineiro - CBO 5143-30

5.3.1.1.15.1. Realizar a limpeza e conservação de piscinas.

5.3.1.1.15.2. Aspirar fundo e paredes da piscina.

5.3.1.1.15.3. Escovar bordas, azulejos e ralos.

5.3.1.1.15.4. Fazer tratamento químico da água (cloro, pH, alcalinidade).

5.3.1.1.15.5. Coletar resíduos sólidos da piscina.

5.3.1.1.15.6. Limpar casa de máquinas e entorno da piscina.

5.3.1.1.15.7. Operar equipamentos simples (aspirador, peneira, filtros).

5.3.1.1.15.8. Manter a piscina em condições de higiene e uso seguro.

5.3.1.1.15.9. Seguir normas básicas de segurança e manuseio de produtos químicos.

5.3.1.1.15.10. Cumprimento integral das normas internas da UFJ e das diretrizes de segurança e saúde no trabalho, uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs);

5.3.1.2. As demandas de serviços a serem atendidas pela pretensa contratação são geradas a partir da abertura de chamados pela comunidade acadêmica em sistema digital próprio da instituição. Dessa forma, caberá ao posto de Encarregado de Obras, receber e avaliar as solicitações, planejar, controlar e programar a execução dos serviços pertinentes, garantindo a disponibilidade de recursos humanos e insumos necessários para atendimento no tempo programado.

## **Materiais a serem disponibilizados**



5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1.1. Os materiais serão fornecidos sob demanda, de acordo com o apresentado no item 1, na Tabela, Lote C. Caberá ao posto de Encarregado de Obras, junto ao Assistente técnico no serviço público nível II, identificar os insumos a serem adquiridos, de forma a garantir estoque mínimo para atendimento das demandas. A listagem dos itens deverá ser repassada à equipe de fiscalização do contrato, que providenciará a emissão da Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM) e repassará ao Preposto do contrato para aquisição.

5.4.1.2. Todas as peças, materiais, EPIs e uniformes necessários para a realização dos serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva, reparos e adaptações, sejam Serviços Eventuais ou Especializados, objeto destas especificações, serão fornecidos pela CONTRATADA, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local. Deverão apresentar o padrão mínimo de qualidade, conforme o especificado neste Termo de Referência e seus anexos. Não serão aceitos materiais de baixa qualidade por conta do valor cotado e/ou "pela descrição genérica ou insuficiente do item" na fase de licitação.

5.4.1.3. A responsabilidade com relação à aquisição e integridade do que for fornecido será única e exclusivamente da CONTRATADA, a CONTRATANTE não assumirá qualquer corresponsabilidade pelas mercadorias, mesmo que já depositadas nas dependências desta.

5.4.1.4. Deverá ser mantido, nas dependências da CONTRATANTE, estoque mínimo de Materiais Básicos, de Consumo e de Reposição, de forma a suprir as necessidades diárias das rotinas de manutenção.

5.4.1.5. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento imediato e substituição de toda e qualquer peça ou material necessário ao perfeito funcionamento das instalações.

5.4.1.6. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá alegar falta de materiais ou peças para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

5.4.1.7. A empresa licitante será responsável pela especificação e quantificação dos materiais básicos e de reposição, fornecidos na forma destas especificações, não cabendo qualquer solidariedade e/ou assunção de custos adicionais da CONTRATANTE, advindos de troca/devolução junto a fabricantes e/ou seus prepostos.

5.4.1.8. Os valores dos materiais e peças a serem utilizados na execução contratual serão aqueles resultantes da licitação, conforme proposta da licitante vencedora, com a incidência do BDI diferenciado (BDI MATERIAIS) e aplicação de **desconto linear** ofertado pela licitante sobre o valor total de materiais e peças, devendo tais valores, expressos com 02 (duas) casas decimais, estar devidamente registrados e demonstrados na proposta e no contrato. Conforme Anexo VI e Planilha.

5.4.1.9. Na proposta da licitante vencedora, o que inclui também o dimensionamento e formulação do BDI MATERIAIS, deverão estar considerados e previstos os custos inerentes ao fornecimento dos MATERIAIS E PEÇAS ora tratados, de forma a atender a todas as Unidades da CONTRATANTE, objeto do contrato, englobando: gestão, logística e supervisão, dentre outros.

5.4.1.10. A Fiscalização Técnica avaliara as peças, materiais, EPIs e uniformes fornecidos, em caso de reprovação, caberá à CONTRATADA substituir o que for reprovado, sem custos e/ou ônus à Administração.

5.4.1.11. As composições dos preços de MATERIAIS DISPONIBILIZADOS seguirão, sempre que possível, aqueles constantes no Tabela SINAPI-GO vigente na data limite para apresentação das propostas. Apenas na impossibilidade de uso do SINAPI, devido à indisponibilidade do insumo, deverão ser utilizadas, na ordem que se segue, fontes/composições de outros órgãos públicos, mantendo-se a Data-Base vigente na data limite para apresentação das propostas:

I - SICRO;

II - GOINFRA;

III - SBC;

IV - CPOS;

V - Cotação de mercado (no mínimo 3, com discrepância inferior à 30% entre si, obtendo-se a média aritmética para formação do custo do respectivo item;)

5.4.1.11.1. Decorrido o interregno de 12 (doze) meses da data limite de apresentação das propostas, será alterada a tabela SINAPI de referência para a determinação dos valores a serem pagos para aquela vigente na data em que se completar o interregno.

5.4.1.12. A aquisição do material ou peça deverá observar a menor cotação válida, sobre a qual será aplicado o BDI diferenciado (BDI MATERIAIS), e o desconto ofertado pela licitante.

5.4.1.13. As cotações deverão ser submetidas à Administração para análise e aprovação, formalizadas por meio de Ordem de Fornecimento, previamente à aquisição.

5.4.1.14. Na aquisição de materiais e peças, deverão ser observados critérios de eficiência energética, nos termos do Decreto nº 10.779/2021, da Lei nº 14.133/2021 e das normas técnicas aplicáveis.

5.4.1.15. Os materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA na forma deste edital e empregados nas instalações e equipamentos da CONTRATANTE, deverão ser obrigatoriamente novos, e quando for o caso, dentro do prazo de garantia estabelecido pelo fabricante.

5.4.1.16. Não será admitido em hipótese alguma o emprego de materiais/peças de reposição reconicionados e/ou reaproveitados de outras instalações/equipamentos, salvo expresse consentimento da CONTRATANTE, devidamente formalizado em relatório, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente e da imediata substituição do(s) item(s), sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4.1.17. Só serão pagos pela CONTRATANTE os materiais que forem efetivamente fornecidos, desde que autorizados pela fiscalização. Os materiais só poderão ser fornecidos com a aprovação da fiscalização, caso algum material seja fornecido sem o conhecimento desta o mesmo não será considerado para efeito de pagamento.

5.4.1.18. As despesas com os MATERIAIS E PEÇAS estão limitadas ao valor mensal e anual estimado, conforme Tabela 1 constante no Item 1 deste Termo de Referência, destinados ao Lote C e apresentado em 5.4.1.1.

5.4.1.19. Os materiais e peças fornecidos serão pagos em notas fiscais mensais separadas do valor mensal referente à Equipe Fixa e separada do valor referente à execução de serviços eventuais;

5.4.1.20. As Ferramentas, conforme Anexo VII;

5.4.1.21. Se a Contratada entender que o valor total a ser pago na OFM inviabilize a entrega dos materiais solicitados, esta deve apresentar justificativa técnica que demonstre a inviabilidade de praticar o preço de referência SINAPI ou das demais referências contidas no item 5.4.1.11, apresentando, no mínimo, 3 (três) orçamentos ou cotações de mercado válidas de todos os itens solicitados na OFM, para verificação global da ordem.

5.4.1.22. A decisão final sobre a aceitação do fato caberá à Contratante, por meio da Comissão de Fiscalização, que avaliará a pertinência da justificativa e a economicidade global, garantindo que o valor final proposto ainda é vantajoso e compatível com o mercado, mas ponderando o fato de que, no ato da licitação, a empresa aplicou um desconto sobre os valores da tabela SINAPI, sendo também considerado na análise.

5.4.1.23. Na hipótese de a Contratante acolher as justificativas da Contratada e reconhecer a inexecuibilidade dos valores da OFM, as opções que a primeira parte pode escolher são as seguintes:

5.4.1.23.1. Avaliar a possibilidade de recebimento dos materiais em prazos maiores, caso seja possível, de forma a possibilitar que a Contratada busque fornecedores em lojas virtuais ou em outras cidades, a fim de conseguir atender a entrega dentro dos valores de referência SINAPI.

5.4.1.23.2. Os valores unitários dos materiais solicitados na OFM serão ajustados conforme os preços de mercado encontrados tanto pela Contratada, quanto pela Contratante (que também fará a pesquisa de preços), avaliando cada item para que não haja sobrepreço, podendo ainda optar por manter o preço unitário SINAPI, mas verificando também o valor total da OFM, a fim de garantir o efetivo fornecimento dos materiais solicitados.

### **Serviços eventuais a serem executados**

5.4.2. Considera-se Serviço Eventual, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, todo serviço sob demanda que extrapole as rotinas e competências da Equipe Permanente ou requeira especialização que vai além da qualificação exigida dos profissionais da Equipe Fixa (permanente);

5.4.3. Os Serviços Eventuais também poderão ser acionados quando houver a necessidade de reforço de mão de obra para a Equipe Permanente em situações específicas, casos em que a CONTRATADA deverá comprovar a real necessidade e encaminhar à Fiscalização para análise/aprovação da devida justificativa e da estimativa de horas necessárias à realização dos serviços demandados.

5.4.4. Os valores dos SERVIÇOS EVENTUAIS a serem utilizados na execução contratual serão os resultantes da aplicação do BDI sobre o valor do serviço constante preferencialmente na tabela SINAPI-GO sem desoneração, vigente na data limite para apresentação das propostas, seguido da aplicação do desconto da licitação. O BDI SERVIÇOS, com 02 (duas) casas decimais, deverá estar registrado e demonstrado na proposta da licitante e no contrato, acompanhado da memória de cálculo que explicita seus componentes.

5.4.4.1 Como marco temporal, será considerado o mês da Tabela SINAPI-GO vigente na data limite para apresentação das propostas.

5.4.4.1.1. Decorrido o interregno de 12 (doze) meses da data limite de apresentação de propostas, será alterada a tabela SINAPI de referência para a determinação dos valores a serem pagos para aquela vigente na data em que se completar o interregno.

5.4.4.2 As composições dos SERVIÇOS EVENTUAIS seguirão, sempre que possível, as composições constantes no SINAPI-GO. Apenas na impossibilidade de uso do SINAPI deverão ser utilizadas, na ordem que se segue, fontes/composições de outros órgãos públicos:

I - SICRO;

II - GOINFRA;

III - SBC;

IV - CPOS;

V - Cotação de mercado (no mínimo 3, com discrepância inferior à 30% entre si, obtendo-se a média aritmética para formação do custo do respectivo item;)

5.4.4.3 Quando da utilização de composições de outra base referencial que não seja o SINAPI, sempre que possível, as composições deverão ser adaptadas utilizando-se o preço dos insumos constantes na base SINAPI, sendo utilizado apenas os coeficientes de produtividade da outra base referencial, visando padronizar a Data-Base do orçamento à referência SINAPI.

5.4.4.4. Em caso de utilização de cotação de mercado, as cotações deverão ser submetidas à Administração para aprovação por meio de OS, sendo o pagamento devido apenas após autorização e execução conforme os critérios acima.

5.4.4.5. Sobre a base homologada, aplicar-se-á o BDI correspondente (BDI SERVIÇOS) informado pela licitante, com 02 (duas) casas decimais, bem como desconto ofertado na licitação.

5.4.5. Os Serviços Eventuais **deverão ser executados por profissionais DISTINTOS dos alocados nos postos de trabalho (Lotes A e B)**, de diversas áreas, autônomos ou com vínculo empregatício com a CONTRATADA, previamente cadastrados junto à CONTRATANTE, e serão pagos somente quando realizados e com prévia autorização do Fiscal do contrato, conforme procedimentos elencados no presente Termo de Referência e seus anexos.

5.4.6. Mediante a utilização de Ordem de Serviço (OS), a CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do contrato, convocará a CONTRATADA, sempre que houver a necessária demanda, para a realização de Serviços Eventuais de manutenção ou de reparos

5.4.7. De acordo com a dimensão e complexidade dos serviços eventuais a serem realizados, serão definidos prazos para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a Fiscalização do contrato e a CONTRATADA. Tais prazos serão registrados nas Ordens de Serviço e seus descumprimentos estarão sujeitos à aplicação de penalidades.

5.4.8. Os SERVIÇOS EVENTUAIS somente serão realizados e avaliados mediante a emissão prévia de OS, salvo situações emergências, devidamente justificadas, na qual constará, dentre outras informações, a descrição do serviço, bem como orçamento detalhado dos custos e quantidade de mão de obra e materiais envolvidos, de acordo com as planilhas anexas ao contrato.

5.4.9. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que não tenham sido autorizados por meio de OS – Ordem de Serviço, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

5.4.10. Os Serviços Eventuais somente serão considerados executados mediante a aprovação de todas as etapas pela Fiscalização, incluídas a retirada dos entulhos e materiais inservíveis, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.

5.4.11. Os SERVIÇOS EVENTUAIS serão pagos em notas fiscais mensais separadas do valor mensal referente à Equipe Fixa e separada do valor referente ao fornecimento de Materiais/Peças, quando houver.

5.4.12. As despesas com os Serviços Eventuais estão limitadas ao valor mensal e anual estimado, referente ao Lote D.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.5 O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Uniformes e EPIs**

5.6. Os uniformes e EPIs a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.6.1. O uniforme e EPIs deverão compreender as seguintes peças do vestuário, conforme consta no ANEXO V. Todos os valores correspondem ao custo para 1 (um) colaborador no respectivo posto de trabalho.

5.6.2. A entrega dos uniformes conforme consta nas tabelas anteriores, distinguindo os materiais por cargo, aos empregados no início da execução do contrato, devendo ser substituídos a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.6.2.1. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.6.2.2. Conforme o Catálogo de Materiais (CATMAT) descrito nos itens;

5.6.2.3. Os EPIs devem, além de atender à descrição do CATMAT e serem condizentes com a função desempenhada.

5.6.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.6.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.6.5. Os Uniformes e EPIs, deverão ser entregues conforme apresentado no Anexo V;

## **Insalubridade e Periculosidade**

5.7. A respeito do pagamento de adicionais de Insalubridade e Periculosidade, conforme NR-15 e NR-16, respectivamente, após o início do contrato, caberá à CONTRATADA, PROVIDENCIAR IMEDIATAMENTE, às suas custas, a emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT - relativos às atividades e locais de trabalho de seus colaboradores alocados, a fim de emitir os laudos de insalubridade e/ou periculosidade (conforme Estrutura dos Laudos de Insalubridade e Periculosidade abaixo), de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e em conformidade com o Anexo IX deste TR:

5.7.1. Norma Regulamentadora - 15 Atividades e Operações Insalubres; e

5.7.2. Norma Regulamentadora - 16 Atividades e Operações Perigosas.

5.8. O prazo para a entrega dos laudos de insalubridade e periculosidade à Contratante será 35 (trinta e cinco) dias úteis contados do início da vigência do contrato, devendo a Contratada submeter a documentação conforme descrito no Anexo IX deste TR, ao Gestor / Fiscal(ais) do contrato.

5.9. Havendo a possibilidade de minimização do risco com a utilização de EPI's, caberá a Contratada providenciar o imediato fornecimento ao trabalhador, em atendimento a NR 6 Equipamentos de Proteção Individual do Ministério do Trabalho e Emprego, e também o registro de utilização de EPI de acordo com a Portaria 107/2009 do Ministério do Trabalho e Emprego, a fiscalização de sua utilização conforme item anterior deste Termo de Referência, bem como os treinamentos pertinentes regulamentados pelas NR's vigentes.

5.10. Os laudos apresentados serão submetidos à unidade responsável pela análise de insalubridade da Contratante para homologação interna e SOMENTE APÓS A HOMOLOGAÇÃO, constatado o necessário pagamento do respectivo adicional de insalubridade ao trabalhador, a Contratada será notificada com o rol das funções, locais de trabalho e percentuais devidos referentes à insalubridade.

5.11. Caso o LTCAT apresentado não seja homologado, a Contratada providenciará as correções necessárias no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

5.12. Havendo a incidência de adicionais, a contratada providenciará a anotação e alteração da remuneração do trabalhador relativo às funções e locais insalubres no prazo de até 30 (trinta) dias após a notificação da homologação pela Contratante e efetuará a quitação junto ao trabalhador de todos os valores retroativos devidos;

5.13. Na planilha de custos e formação de preços, anexo do Edital, para garantia da isonomia deste certame licitatório, as licitantes deverão agir do seguinte modelo:

**5.13.1 Cotar o percentual referente ao adicional periculosidade para os cargos de Eletricista.** No entanto, no prazo apresentado em 5.18, a contar da assinatura do contrato, a Contratada apresentará o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), emitido por médico ou engenheiro de segurança do trabalho inscrito no respectivo conselho de classe para os locais, devidamente registrado no Ministério do Trabalho e condições nele determinados. A apresentação do LTCAT com os referidos

Laudos para o cargo de eletricitista é indispensável, conforme estabelecido na NR-16, itens 16.3 e 16.3.1. Caso seja constatado no LTCAT a não incidência de periculosidade nas funções aqui referenciadas, será glosado na medição posterior. O pagamento de adicional de periculosidade até a apresentação do LTCAT ampara-se no ART. 193, inciso I do Decreto Lei 5452/1943.

**5.13.2 Não cotar o percentual referente ao adicional de insalubridade** e do adicional de periculosidade das demais funções. Contudo, no prazo apresentado em 5.18, a contar da assinatura do contrato, a Contratada apresentará o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), emitido por médico ou engenheiro de segurança do trabalho inscrito no respectivo conselho de classe para os locais, devidamente registrado no Ministério do Trabalho e condições nele determinados, ficando o pagamento do adicional de insalubridade condicionado à realização da referida perícia.

5.14. Após apresentação do laudo e homologação, havendo constatação de adicionais conforme a legislação trabalhistas os valores do contrato serão alterados por meio de apostilamento.

5.15. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. O fiscal do contrato deverá solicitar da empresa CONTRATADA a cópia (digitalizada) da ficha de entrega dos EPI's, feita para cada trabalhador separadamente, com os dados de cada EPI, incluindo C.A., data de entrega e de validade e com as devidas assinaturas e inserir na pasta: FISCALIZAÇÃO, sub-processo do SEI que deu origem ao CONTRATO; e

6.16.2. A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA deverá ocorrer, predominantemente, via correio eletrônico.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle de frequência dos colaboradores, das horas trabalhadas e das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.20.1. Deverão ser disponibilizados, instalados e mantidos 4 (quatro) equipamentos fixos de registro de ponto eletrônico, a serem alocados em:

6.20.1.1. Galpão de Máquinas, localizado no Campus Jatobá da UFJ;

6.20.1.2. Fazenda Escola, localizado no Campus Jatobá da UFJ;

6.20.1.3. No prédio da Reitoria, localizado no Campus Jatobá da UFJ;

6.20.1.4. Galpão do setor de Manutenção Predial, localizado no Campus Jatobá da UFJ.

6.20.2. Adicionalmente, deverá ser disponibilizado Aplicativo Móvel para registro de ponto eletrônico para ocasiões eventuais;

6.20.3. Todos os custos com fornecimento e manutenção correrão por conta da CONTRATADA.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

## **Fiscalização Administrativa**

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.



6.34. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.34.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.34.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.34.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.34.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.34.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.34.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.34.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.34.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.34.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.34.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.34.1.3.. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.34.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.34.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.34.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.34.1.3.4. . comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.34.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.34.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.34.1.3.7 documentos comprobatórios de que o capital social mínimo integralizado atende ao disposto no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

6.34.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.34.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.34.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.34.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.34.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35. . Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.34.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.36. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.34.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.38. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.39. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.40. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.41. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.42. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.45. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.46. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.47. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.48. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.49. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.50. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.51. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.52. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.53. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.54. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.55. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.56. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.56.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.56.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.57 As compensações de jornada limitam-se:

6.57.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.57.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.58 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.59. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.60. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.61. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.62. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.63. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.64. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.64.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.64.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.65. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.66. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

### **Gestor do Contrato**

6.67. Cabe ao gestor do contrato:

6.67.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.67.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.67.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.67.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.67.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.67.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.67.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.67.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.67.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.67.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.68. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Registro de ocorrências no período de aferição, nos termos da Tabela 1 do IMR, disponível no Anexo IV.

7.4.2. Ordem de fornecimento de materiais devidamente entregues e atestados pela Fiscalização;

7.4.3. Aferição de possíveis glosas decorrentes de inexecução parcial do objeto;

### Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 ( dez) dias, pelos fiscais técnico e fiscal administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, até o quinto dia útil de cada mês, a CONTRATADA deverá submeter à Fiscalização Técnica os relatórios comprovando a execução dos serviços prestados no mês anterior.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.38. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.38.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.38.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

### **Repactuação**

7.39. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.40. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.40.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.40.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.41. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.41.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.42. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.43. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.



7.44. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.45. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.46. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [IPCA - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO], com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

- 7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [60 SESSENTA DIAS], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.63. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.65.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

### **Reajuste**

7.66 Os preços dos itens, que compõe os Lotes C e D, inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas, considerando a data-base da planilha SINAPI-GO vigente naquele mês.

7.77.1.. Decorrido o interregno de 12 (doze) meses da data limite para apresentação das propostas, será alterada a tabela SINAPI de referência para a determinação dos valores a serem pagos para aquela vigente na data em que se completar o interregno.

7.67. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais dos Lotes A e B serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.68. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.69. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.70. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.72. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.72. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.73. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.74. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.74.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.74.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.74.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.74.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.75 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Conta-Depósito Vinculada**

#### **Conta-Depósito Vinculada**

7.76. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.77. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.78. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.79. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.80. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.81. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.81.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.81.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.81.3. Multa sobre o FGTS; e

7.81.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.82. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.83. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.84. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.85. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.86. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.87. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.88. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.89. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2 % (dois décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15%** (quinze por cento) **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15%** (quinze por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15%** (quinze por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação..

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15%** (quinze por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15%** (quinze por cento) a **30%** (trinta por cento), ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1. Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência, a multa será de 3,2% (três vincula dois por cento) ao dia do valor do Contrato;

8.2.4.7.2. Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia, a multa será de 0,8 % (oito décimos por cento) ao dia do valor do Contrato;

8.2.4.7.3. Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia do valor do Contrato;

8.2.4.7.4. Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA, a multa será de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia do valor do Contrato; e

8.2.4.7.5. Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato, a multa será de 0,5 % (cinco décimos por cento) ao dia do valor do Contrato

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. Para a parcela relativa aos serviços dos Lotes A e B, sob regime de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra (por posto de trabalho), será adotada a empreitada por preço global, já que esse regime é o mais

adequado quando se contrata o serviço por preço certo e total e é possível prever com exatidão os quantitativos que serão executados.

9.3. Para as parcelas de fornecimento de materiais e serviços (Lotes C e D), sob demanda, o regime adotado será o de empreitada por preço unitário já que esse regime é mais adequado quando se contrata a execução do serviço por preço certo de unidades determinadas.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.4. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de mão de obra do Estado de Goiás – SEAC-GO, do ano de 2026/2027, NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO001031/2025 DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/12/2025 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR077732/2025 NÚMERO DO PROCESSO: 10162.207355/2025-95 DATA DO PROTOCOLO: 12/12/2025 E na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Sindicato da Indústria e da Construção no Estado de Goiás - SINDUSCON-GO, do ano de 2025 / 2027 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SRT00233/2025 DATA DE REGISTRO NO MTE: 03/07/2025 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR032842/2025 NÚMERO DO PROCESSO: 47997.278588/2025-60 DATA DO PROTOCOLO: 12 /06/2025.

a) salário-base e adicionais, quando for o caso:

Referente ao Lote A, o valor obtido para remuneração através de CCT SEAC-GO, foi de:

- R\$ 3.536,07 (três mil quinhentos e trinta e seis reais e sete centavos) para Operador de Máquinas Agrícolas;
- R\$ 2.509,47 (dois mil quinhentos e nove reais e quarenta e sete centavos) para Trabalhador Volante da Agricultura;
- R\$ 2.338,36 (dois mil trezentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos) para Vaqueiro; e,
- R\$ 2.193,54 (dois mil cento e noventa e três reais e cinquenta e quatro centavos) para Jardineiro.

Os postos Trabalhador Agropecuário em Geral (CBO 6210-05), que não possui remuneração específica na CCT SEAC-GO, foi obtidos considerando-se o piso salarial da categoria:

- R\$ 1.711,00 (um mil setecentos e onze reais) para Trabalhador Agropecuário em geral.

Para o Lote B, os valores para remuneração através da CCT SEAC-GO, foram de:

- R\$ 5.018,93 (cinco mil dezoito reais e noventa e três centavos) para Assistente Técnico no Serviço Público nível II;
- R\$ 3.450,50 (três mil quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos) para Marceneiro;
- R\$ 2.641,81 (dois mil seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos) para Técnico de refrigeração; e
- R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para Piscineiro;

Para o Lote B, os valores para remuneração através da CCT SINDUSCON-GO, foram de:

- R\$ 2.798,40 (dois mil setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) para Administrativo de Obras;
- R\$ 3.542,00 (três mil quinhentos e quarenta e dois reais) para Encarregado de Obras;
- R\$ 3.306,16 (três mil trezentos e seis reais e dezesseis centavos) para Eletricista, incluso adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento);
- R\$ 2.543,20 (dois mil quinhentos e quarenta e três reais e vinte centavos) para Pedreiro;
- R\$ 2.543,20 (dois mil quinhentos e quarenta e três reais e vinte centavos) para Pintor;
- R\$ 2.543,20 (dois mil quinhentos e quarenta e três reais e vinte centavos) para Encanador;

b) auxílio-alimentação, sendo:

- R\$ 572,00 (quinhentos e setenta e dois reais) para postos enquadrados na CCT SEAC-GO; e
- R\$ 495,88 (quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos) para postos enquadrados na CCT SINDUSCON-GO;



c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

- i) Auxílio-transporte, cujo valor será definido conforme a necessidade de deslocamento do empregado e as regras da legislação vigente, nos termos das respectivas CCTs;
- ii) Seguro de Vida em Grupo, conforme apólice e custo previstos na CCT;

9.4.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.4.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.4.3. Os valores orçados pela Administração constam na planilha de formação de preço, Anexo deste Termo de Referência.

## **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

**9.26.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e**

9.26.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo VIII** deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.31.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.31.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra terceirizada com dedicação exclusiva, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, de acordo com o disposto no item 4.2 do ETP;

9.34.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, sendo:

9.34.1.2.1 Mínimo de 20 (vinte) postos de trabalho de mão de obra terceirizada com Dedicação exclusiva.

9.34.1.3. De forma complementar e em conformidade com o Art.67, § 1º e 2º da Lei 14.133/21 a licitante deverá apresentar atestados que comprovem capacidade técnica relacionada às parcelas de maior relevância do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	CBO	UN	QUANT	RELEVÂNCIA (Superior a 4%)	QUANT. MÍNIMO A SER APRESENTADO
1	Operador de Máquina Agrícola	6410-10	Posto	5	13,61%	2
2	Trabalhador Volante de Agricultura	6220-20	Posto	2	4,08%	1
3	Vaqueiro	6231-10	Posto	4	7,72%	2
4	Trabalhador Agropecuário Geral	6210-05	Posto	4	6,05%	2
5	Jardineiro	6220-10	Posto	8	14,67%	4
7	Administrativo de Obras	4110-05	Posto	5	11,12%	2
9	Eletricista	7156-15	Posto	4	10,68%	2
10	Pedreiro	7152-10	Posto	2	4,25%	1

9.34.1.3.1. Para Operador de Máquinas Agrícola, Trabalhador Volante de Agricultura, Vaqueiro, Trabalhador Agropecuário Geral e Jardineiro: Mínimo de 10 (dez) postos de trabalhadores agropecuários, florestais ou de manutenção de áreas verdes, podendo ser utilizado para comprovação cargos constantes na mesma família ocupacional ou equivalentes.

9.34.1.3.2. Para Administrativo de Obras: Mínimo de 2 (dois) postos de agentes, assistentes ou auxiliares administrativos, podendo ser utilizado para comprovação cargos constantes na mesma família ocupacional.

9.34.1.3.3. Para Eletricista e Pedreiro: Mínimo de 3 (três) postos de trabalhadores vinculados à construção civil ou manutenção predial, podendo ser utilizado para comprovação cargos equivalentes aos exigidos ou com atribuições superiores;

9.34.1.4 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.1.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.1.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.42.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.42.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.42.6.1. ata de fundação;

9.42.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.42.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.42.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.42.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.42.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.42.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 3.663.619,80 (três milhões, seiscentos e sessenta e três mil oitocentos e vinte e três reais e dezesseis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 26453/156678;

II) Fonte de recursos: 10000000000;

III) Programa de trabalho: 231318;

IV) Elemento de despesa: 339037; e

v) . Plano interno: M0000G0100N.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.
- 12.2 Os Anexos, bem como a planilha editável de formação de custos estão disponíveis para acesso no link:
- <https://drive.google.com/drive/folders/1WcmpA4WeCy92xBqnw-Zlt-JwySb5wQJz?usp=sharing>

Jataí, 02 de abril de 2026.

13. ANEXO I

ANEXO I

PLANILHA DE CUSTOS

Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1WcmpA4WeCy92xBqnw-Zlt-JwySb5wQJz?usp=sharing>

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1WcmpA4WeCy92xBqnw-Zlt-JwySb5wQJz?usp=sharing>

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRE RODRIGO CHOUPINA ANDRADE SILVA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 10:35:33.

LAZARO RUBENS ARAUJO PINTO

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 15:24:16.*

**IGNACIO LINDOLFO HOLDEFER**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 16:35:59.*

**GABRIEL FERNANDES SOUSA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 14:35:24.*

**GUILHERME AZEVEDO OLIVEIRA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 17:25:02.*

**VANIA KLEIN GAROLLO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 15:26:58.*

**RICARDO PORTO SIMOES MATHIAS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 14:38:55.*





**PROPOSTA DE PREÇO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ**

ITEM	TIPO DE POSTO	QTD. POSTOS	VALOR POR POSTO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Operador de Máquina Agrícola	5	R\$ 8.310,87	R\$ 41.554,35	R\$ 498.652,20
2	Trabalhador Volante de Agricultura	2	R\$ 6.233,82	R\$ 12.467,64	R\$ 149.611,68
3	Vaqueiro	4	R\$ 5.889,77	R\$ 23.559,08	R\$ 282.708,96
4	Trabalhador Agropecuário em Geral	4	R\$ 4.619,40	R\$ 18.477,60	R\$ 221.731,20
5	Jardineiro	8	R\$ 5.598,58	R\$ 44.788,64	R\$ 537.463,68
6	Administrativo de Obras	5	R\$ 6.791,70	R\$ 33.958,50	R\$ 407.502,00
7	Encarregado de Obra	1	R\$ 8.342,65	R\$ 8.342,65	R\$ 100.111,80
8	Eletricista	4	R\$ 8.152,88	R\$ 32.611,52	R\$ 391.338,24
9	Assistente Técnico no Serviço Público Nível II	1	R\$ 11.236,38	R\$ 11.236,38	R\$ 134.836,56
10	Pedreiro	2	R\$ 6.483,58	R\$ 12.967,16	R\$ 155.605,92
11	Pintor	1	R\$ 6.533,79	R\$ 6.533,79	R\$ 78.405,48
12	Marceneiro	1	R\$ 8.171,83	R\$ 8.171,83	R\$ 98.061,96
13	Técnico em Refrigeração	1	R\$ 6.561,32	R\$ 6.561,32	R\$ 78.735,84
14	Encanador	1	R\$ 6.488,23	R\$ 6.488,23	R\$ 77.858,76
15	Piscineiro	1	R\$ 6.231,96	R\$ 6.231,96	R\$ 74.783,52
16	Fornecimento de materiais sob demanda com BDI	Sob Demanda		R\$ 11.351,00	R\$ 136.212,00
17	Fornecimento de serviços sob demanda com BDI	Sob Demanda		R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>41</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 305.301,65</b>	<b>R\$ 3.663.619,80</b>

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
Nº do Processo Autuação Nº				
Nº da Autuação de 2024 (Nº de inscrição do Brasil)				
<b>Descrição dos Serviços (Dados Referentes à Contratação)</b>				
A	Data de apresentação da proposta (dd/mm/aa)			
B	Assinatura	Assinatura do Cliente Assinatura do Proponente		
C	Nº do Ato de Licitação, Convênio ou Determinação	Nº do Ato de Licitação Nº do Convênio ou Determinação		
D	Número da massa de empenho contratada	Nº da Massa de Empenho Nº da Massa de Empenho		
<b>Identificação do Serviço</b>				
Tipo de Serviço Operador de Máquinas Agrícolas – Aluguel	Unidade de Medida Hora	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) 1000	Classificação Brasileira de Ocupações 4112-10	
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas prioridades. Não se trata de uma tabela rígida, mas sim, uma ferramenta que pode ser adaptada às necessidades do contrato.				
Nota 2: A planilha deverá ser elaborada em conjunto com o Edital, para fins de detalhamento das especificações técnicas e de validação dos dados.				
<b>1. MODULOS</b>				
Nota 1: Os dados de entrada e saída devem ser fornecidos pelo contratante.				
<b>2. Dados para composição dos custos referentes a mão de obra</b>				
Tipo do serviço (manutenção, reparação, etc.) 1. Manutenção 2. Reparação 3. Manutenção preventiva 4. Manutenção corretiva 5. Manutenção de emergência 6. Manutenção de rotina 7. Manutenção de rotina 8. Manutenção de rotina 9. Manutenção de rotina 10. Manutenção de rotina	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00 7. 1000,00 8. 1000,00 9. 1000,00 10. 1000,00	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00 7. 1000,00 8. 1000,00 9. 1000,00 10. 1000,00	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00 7. 1000,00 8. 1000,00 9. 1000,00 10. 1000,00	
<b>3. MODULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO</b>				
Composição da Remuneração A. Salário Base B. Adicional de Insalubridade C. Adicional de Periculosidade D. Adicional de Função E. Adicional de Hora Extra F. Adicional de Turno	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00	
<b>4. MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS</b>				
Subtítulo 2.1 - 13º (treze) percentual sobre Salário, Férias e Adicional de Função A. 13% (treze) percentual sobre Salário, Férias e Adicional de Função B. 13% (treze) percentual sobre Salário, Férias e Adicional de Função	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00	
Nota 1: O valor de 13% (treze) percentual sobre Salário, Férias e Adicional de Função é o valor máximo a ser pago pelo empregador.				
<b>5. MODULO 3 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), Fundo de Reserva por Tempo de Serviço (FRTS) e outras contribuições</b>				
Subtítulo 3.1 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Reserva por Tempo de Serviço (FRTS) e outras contribuições A. INSS (INstituto Nacional de Seguro Social) B. FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) C. FICP (Fundo de Investimento em Capital) D. FICP (Fundo de Investimento em Capital) E. FICP (Fundo de Investimento em Capital) F. FICP (Fundo de Investimento em Capital) G. FICP (Fundo de Investimento em Capital) H. FICP (Fundo de Investimento em Capital) I. FICP (Fundo de Investimento em Capital) J. FICP (Fundo de Investimento em Capital)	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00 7. 1000,00 8. 1000,00 9. 1000,00 10. 1000,00	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00 7. 1000,00 8. 1000,00 9. 1000,00 10. 1000,00	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00 7. 1000,00 8. 1000,00 9. 1000,00 10. 1000,00	
Nota 1: O valor de 13% (treze) percentual sobre Salário, Férias e Adicional de Função é o valor máximo a ser pago pelo empregador.				
<b>6. MODULO 4 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL ASSENTADO</b>				
Subtítulo 4.1 - Substituição Anualizada Legal A. Substituição Anualizada Legal B. Substituição Anualizada Legal C. Substituição Anualizada Legal D. Substituição Anualizada Legal E. Substituição Anualizada Legal F. Substituição Anualizada Legal G. Substituição Anualizada Legal H. Substituição Anualizada Legal I. Substituição Anualizada Legal J. Substituição Anualizada Legal	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00 7. 1000,00 8. 1000,00 9. 1000,00 10. 1000,00	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00 7. 1000,00 8. 1000,00 9. 1000,00 10. 1000,00	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5. 1000,00 6. 1000,00 7. 1000,00 8. 1000,00 9. 1000,00 10. 1000,00	
Nota 1: O valor de 13% (treze) percentual sobre Salário, Férias e Adicional de Função é o valor máximo a ser pago pelo empregador.				
<b>7. MODULO 5 - CUSTOS DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL ASSENTADO</b>				
Subtítulo 5.1 - Substituição Anualizada Legal A. Substituição Anualizada Legal B. Substituição Anualizada Legal C. Substituição Anualizada Legal D. Substituição Anualizada Legal E. Substituição Anualizada Legal F. Substituição Anualizada Legal G. Substituição Anualizada Legal H. Substituição Anualizada Legal I. Substituição Anualizada Legal J. Substituição Anualizada Legal	Valor (R\$) 1. 1000,00 2. 1000,00 3. 1000,00 4. 1000,00 5.			

Operador de Máquinas					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redondo, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

=D6\*E6  
=D7\*E7  
=E8\*D8  
=E9\*D9  
=SOMA(F6:F9)  
=E10/12

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	luva vaqueta de segurança vaqueta	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
2	luva tricotada com palma antiderrapante	Par	4	R\$ 9,80	R\$ 39,20
3	luva latex cano curto	Par	8	R\$ 2,61	R\$ 20,88
4	luva nitrílica cano longo	Par	2	R\$ 44,00	R\$ 88,00
5	luva de algodão com banho de latex corrugado	Par	6	R\$ 4,00	R\$ 24,00
6	kit conjunto para aplicação de agrotóxicos contendo: bone árabe, viseira, camisa, calça e avental de poliester repelente	Conjunto	2	R\$ 123,50	R\$ 247,00
7	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
8	máscara PFF2 com válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
9	máscara para pulverização de agrotóxicos e pesticidas com duplo filtro e com carvão ativado	Unid.	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
10	boné árabe em helanca p/ proteção ao sol	Unid.	4	R\$ 15,64	R\$ 62,56
11	avental de raspa de 1,20m x 0,60m	Unid.	2	R\$ 20,76	R\$ 41,52
12	botina com bico de plástico, em couro preto vulcaflex	Par	6	R\$ 42,90	R\$ 257,40
13	bota de borracha cano longo – tipo 7 léguas	Par	2	R\$ 57,48	R\$ 114,96
14	Perneira 5 hastes em polipropileno	Par	2	R\$ 40,99	R\$ 81,98
15	abafador de ruídos, tipo concha, 31db	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
16	óculos de segurança/proteção, incolor	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
17	óculos de proteção UV, fumê	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
18	protetor solar, 120ml, fator proteção 60	Unid.	6	R\$ 18,00	R\$ 108,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.733,76	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 144,48	

=E19\*D19  
=E20\*D20  
=E21\*D21  
=E22\*D22  
=E23\*D23  
=E24\*D24  
=E25\*D25  
=E26\*D26  
=E27\*D27  
=E28\*D28  
=E29\*D29  
=E30\*D30  
=E31\*D31  
=E32\*D32  
=E33\*D33  
=E34\*D34  
=E35\*D35  
=E36\*D36  
=SOMA(F19:F36)  
=E37/12

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS									
Nº do Processo									
Inscrição Nº									
RUA JOSEFA DE ALMEIDA TEIXEIRA DE BRASILEIA									
Determinação dos Serviços (Dados Relevantes à Contratação)									
A Data de apresentação da proposta (dd/mm/aaaa)									
B Assinatura		Assinatura							
C Nome do Assinante, Cargo, e Endereço Completo									
D Número de meios de comunicação (telefone)									
Identificação do Serviço									
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)	Classificação Brasileira de Ocupações						
Trabalhador Voluntário de Agricultura (Mecânica)	Posto		2202-35						
Nota 1: Esta planilha poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e a suas respectivas prioridades.									
Nota 2: As prioridades constantes nesta planilha poderão ser desconsideradas quando se tratar de determinada situação que proporcionar a destinação adequada dos trabalhadores contratados para uma determinada atividade.									
1. MODOS									
Mão de obra									
Mão de obra vinculada a execução contratual									
Quota para composição dos custos referentes a mão de obra									
1. (por de serviço) remuneração para cada característica (destinada)									
2. (destinada) Salários de Ocupações		R\$ 2.500,00							
3. (destinada) Remuneração da Categoria Profissional		R\$ 2.500,00							
4. (destinada) Profissional (remuneração a contratação contratual)		R\$ 2.500,00							
5. (destinada) do (destinada) Contratação		R\$ 2.500,00							
6. (destinada) de Registro de Ocorrências (destinada) Cadastro no RFE		R\$ 2.500,00							
7. (destinada) de categoria (destinada)		R\$ 2.500,00							
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.									
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor médio de mercado.									
MODULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO									
A	Componente da Remuneração	%	VALOR (R\$)						
A1	Salário Base	100,00	R\$ 2.500,00						
A2	Adicional Periculosidade	0,00	R\$ 0,00						
A3	Adicional Insalubridade	0,00	R\$ 0,00						
A4	Adicional Noturno	0,00	R\$ 0,00						
A5	Outras (especificar)	0,00	R\$ 0,00						
TOTAL DO MODULO 1		R\$ 2.500,00							
Nota 1: O Modulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado para prestação do serviço no período de 12 meses.									
MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS									
Subitem 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias									
A	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	13,33	VALOR (R\$)						
A1	13º (décimo terceiro) Salário	13,33	R\$ 333,33						
A2	Férias e Adicional de Férias	13,33	R\$ 333,33						
TOTAL DO SUBITEM 2.1		R\$ 666,66							
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços e custódia mensal, apresenta-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores relativos a formação de preços, férias e adicional de férias.									
Nota 2: O valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado é de 1/12 (um doze avos) do valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado.									
Nota 3: O valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado é de 1/12 (um doze avos) do valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado.									
Nota 4: O valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado é de 1/12 (um doze avos) do valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado.									
Nota 5: O valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado é de 1/12 (um doze avos) do valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado.									
Nota 6: O valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado é de 1/12 (um doze avos) do valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado.									
Nota 7: O valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado é de 1/12 (um doze avos) do valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado.									
Nota 8: O valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado é de 1/12 (um doze avos) do valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado.									
Nota 9: O valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado é de 1/12 (um doze avos) do valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado.									
Nota 10: O valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado é de 1/12 (um doze avos) do valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado.									
Nota 11: O valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado é de 1/12 (um doze avos) do valor de férias e adicional de férias a ser pago ao empregado.									

Trabalhador Volante					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	Porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

=D6\*E6  
=D7\*E7  
=E8\*D8  
=E9\*D9  
=SOMA(F6:F9)  
=E10/12

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	luva para procedimento não cirúrgico látex	Par	200	R\$ 0,76	R\$ 152,00
2	luva vaqueta de segurança vaqueta	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
3	luva tricotada com palma antiderrapante	Par	4	R\$ 9,80	R\$ 39,20
4	luva latex cano curto	Par	8	R\$ 2,61	R\$ 20,88
5	luva nitrilica cano longo	Par	2	R\$ 44,00	R\$ 88,00
6	luva de algodão com banho de latex corrugado	Par	6	R\$ 4,00	R\$ 24,00
7	kit conjunto para aplicação de agrotóxicos contendo: bone árabe, viseira, camisa, calça e avental de poliester repelente	Conjunto	2	R\$ 123,50	R\$ 247,00
8	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
9	máscara PFF2 com válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
10	máscara para pulverização de agrotóxicos e pesticidas com duplo filtro e com carvão ativado	Unid.	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
11	boné árabe em helanca p/ proteção ao sol	Unid.	4	R\$ 15,64	R\$ 62,56
12	avental de raspa de 1,20m x 0,60m	Unid.	2	R\$ 20,76	R\$ 41,52
13	botina com bico de plástico, em couro preto vulcaflex	Par	6	R\$ 42,90	R\$ 257,40
14	bota de borracha cano longo – tipo 7 léguas	Par	2	R\$ 57,48	R\$ 114,96
15	Perneira 5 hastes em polipropileno	Par	2	R\$ 40,99	R\$ 81,98
16	abafador de ruídos, tipo concha, 31 db	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
17	óculos de segurança/proteção, incolor	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
18	óculos de proteção UV, fumê	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
19	protetor solar, 120ml, fator proteção 60	Unid.	6	R\$ 18,00	R\$ 108,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.885,76	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 157,15	

=E19\*D19  
=E20\*D20  
=E21\*D21  
=E22\*D22  
=E23\*D23  
=E24\*D24  
=E25\*D25  
=E26\*D26  
=E27\*D27  
=E28\*D28  
=E30\*D30  
=E31\*D31  
=E32\*D32  
=E33\*D33  
=E34\*D34  
=E35\*D35  
=E36\*D36  
=E37\*D37  
=SOMA(F19:F37)  
=E38/12



Vapores Uniformes				
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores Custo Unit.    Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fixa	Unid.	10	R\$ 14,00    R\$ 140,00    -D616
2	calça jeans ou lã	Unid.	5	R\$ 24,90    R\$ 124,50    -D617
3	calção de identificação	Unid.	1	R\$ 1,60    R\$ 1,60    -B6108
4	botão de segurança para trava de segurança	Unid.	1	R\$ 4,40    R\$ 4,40    -D619
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 399,92
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,98

EPIs				
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Semestral	Valores Custo Unit.    Custo Total
1	luva para procedimento não cirúrgico ultra	Par	200	R\$ 0,78    R\$ 152,00    -E11P019
2	luva vedada de segurança vedante	Par	4	R\$ 18,83    R\$ 75,32    -E2P020
3	luva tricotada com palma antideslizante	Par	4	R\$ 6,80    R\$ 27,20    -E1P021
4	luva latex coto curto	Par	8	R\$ 2,61    R\$ 20,88    -E2P022
5	luva nitrila coto longo	Par	2	R\$ 24,00    R\$ 48,00    -E1P023
6	luva de algodão com barbo de latex corrugado	Par	6	R\$ 2,00    R\$ 12,00    -E2P024
7	kit contendo para-álcool de álcool 70% contendo: bone draba, vialito, caneta, calça e avental de polietileno zipados	Conjunto	2	R\$ 124,30    R\$ 247,00    -E2P025
8	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	20	R\$ 2,68    R\$ 43,48    -E2P026
9	máscara PFF2 com válvula	Unid.	20	R\$ 2,68    R\$ 43,48    -E2P027
10	máscara para proteção de aerossóis e partículas com dupla filtro e com canudo ativado	Unid.	2	R\$ 100,00    R\$ 200,00    -E2P028
11	bone draba em náilon 4, protegido do sol	Unid.	4	R\$ 10,44    R\$ 41,76    -E1P029
12	avental de papel de 1,20m x 0,80m	Unid.	2	R\$ 20,78    R\$ 41,52    -E2P030
13	botão para trava de segurança, em resina preta, vedante	Pir	6	R\$ 42,00    R\$ 252,00    -E1P031
14	bola de borracha coto longo – tipo 7 Neopre	Pir	2	R\$ 57,48    R\$ 114,96    -E2P032
15	Proteção 2 etapas anti-polluição	Pir	2	R\$ 49,00    R\$ 98,00    -E1P033
16	abridor de ruído, tipo concha, 31 db	Unid.	2	R\$ 73,99    R\$ 147,98    -E2P034
17	botão de segurança para trava, coto	Unid.	4	R\$ 4,70    R\$ 18,80    -E2P035
18	botão de proteção UV, lã	Unid.	4	R\$ 4,70    R\$ 18,80    -E2P036
19	botão de proteção UV, tipo protetor 30	Unid.	6	R\$ 18,00    R\$ 108,00    -E2P037
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.884,78
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 351,18



MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS				
Nº do Processo				
Licitação Nº				
Atividade/Objeto do contrato (Descrição do Serviço)				
A. Data de apresentação da proposta (data de entrega)				
B. Município				
C. Rua de Acesso, Convenção ou Distrito, Cidades				
D. Número de meses da execução contratual				
Identificação do Serviço				
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)	Classificação Brasileira de Ocupações	
Trabalhador Alocado em Geral Administrativo	Pessoa	1	4210-05	
Nota 1: Esta planilha poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e às respectivas provisões para insumos, desde que não conflitem.				
Nota 2: Os preços contratados desta planilha poderão ser reanunciados quando se tratar de determinados serviços que apresentem características técnicas dos trabalhadores da contratação para com a Administração.				
1. MÓDULOS				
Módulo de obra				
Módulo de obra (incluindo o transporte)				
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra				
1. Tipo de serviço (segundo a classificação brasileira de ocupações)				4210-05
2. Classificação Brasileira de Ocupações				4210-05
3. Índice Nacional de Custo do Trabalho				100,00
4. Categoria profissional (relacionada à execução contratual)				4210-05
5. Índice de Custo do Trabalho				100,00
6. Número de Registro da Classificação Brasileira de Ocupações no MTE				50000001-0005
7. Data de início da execução contratual				10/01/2020
Nota 1: O valor a ser elaborado em função desta planilha de obra.				
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.				
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1. Composição da Remuneração		%	VALOR (R\$)	
A. Salário Base			R\$ 1.711,00	
B. Adicional Função			0,00	
C. Gratificação Superior			0,00	
D. Adicional Insalubridade			0,00	
E. Adicional Noturno			0,00	
F. Outros (especificar)			0,00	
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ 1.711,00	
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.				
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias				
1. 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)	
A. 13º (décimo terceiro) Salário		8,33%	142,58	
B. Adicional de Férias + 1/3		12,50%	213,88	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,83%	356,46	
Nota 1: O valor a ser elaborado em função desta planilha de obra.				
Nota 2: O valor a ser elaborado em função desta planilha de obra.				
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições				
1. GPS, FGTS e outras contribuições		%	VALOR (R\$)	
A. GPS		8,00%	136,88	
B. FGTS		3,00%	51,33	
C. Seguro Educado		2,50%	42,78	
D. Seguro Saúde		1,50%	25,67	
E. Seguro Vida		1,50%	25,67	
F. Seguro Incapacidade		0,50%	8,56	
G. Seguro Acidente Pessoal		0,50%	8,56	
H. Seguro Vida Incapacidade		0,50%	8,56	
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		26,00%	430,95	
Nota 1: Os encargos previdenciários e o fundo de garantia por tempo de serviço são calculados com base no valor mensal do empregado.				
Nota 2: O valor a ser elaborado em função desta planilha de obra.				
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				
1. Benefícios Mensais e Diários		%	VALOR (R\$)	
A. Transporte (das atividades a e f) passagens diárias e valor de passagem		-	189,20	
B. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
C. Participação do trabalhador no custo		-	102,68	
D. Auxílio-Redução/Alimentação		-	572,00	
E. Custo de auxílio-reeducação/alimentação para a empresa		-	555,00	
F. Participação do trabalhador no custo		-	82,50	
G. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
H. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
I. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
J. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
K. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
L. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
M. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
N. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
O. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
P. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
Q. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
R. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
S. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
T. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
U. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
V. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
W. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
X. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
Y. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
Z. Aluguel de veículo para transporte		-	0,00	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			614,16	
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).				
Nota 2: O valor a ser elaborado em função desta planilha de obra.				
Submódulo 2.4 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
1. Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		%	VALOR (R\$)	
A. 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		-	356,46	
B. GPS, FGTS e outras contribuições		-	430,95	
C. Benefícios Mensais e Diários		-	614,16	
TOTAL DO MÓDULO 2			1.401,57	
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
1. Provisão para Rescisão		%	VALOR (R\$)	
A. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
B. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
C. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
D. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
E. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
F. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
G. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
H. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
I. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
J. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
K. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
L. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
M. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
N. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
O. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
P. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
Q. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
R. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
S. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
T. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
U. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
V. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
W. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
X. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
Y. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
Z. Provisão para Rescisão		0,42%	7,15	
TOTAL DO MÓDULO 3			121,56	
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
1. Custo de Reposição do Profissional Ausente		%	VALOR (R\$)	
A. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
B. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
C. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
D. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
E. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
F. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
G. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
H. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
I. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
J. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
K. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
L. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
M. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
N. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
O. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
P. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
Q. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
R. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
S. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
T. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
U. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
V. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
W. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
X. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
Y. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
Z. Custo de Reposição do Profissional Ausente		0,00%	0,00	
TOTAL DO MÓDULO 4			0,00	
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
1. Insumos Diversos		%	VALOR (R\$)	
A. Insumos		0,00%	0,00	
B. Insumos		0,00%	0,00	
C. Insumos		0,00%	0,00	
D. Insumos		0,00%	0,00	
E. Insumos		0,00%	0,00	
F. Insumos		0,00%	0,00	
G. Insumos		0,00%	0,00	
H. Insumos		0,00%	0,00	
I. Insumos		0,00%	0,00	
J. Insumos		0,00%	0,00	
K. Insumos		0,00%	0,00	
L. Insumos		0,00%	0,00	
M. Insumos		0,00%	0,00	
N. Insumos		0,00%	0,00	
O. Insumos		0,00%	0,00	
P. Insumos		0,00%	0,00	
Q. Insumos		0,00%	0,00	
R. Insumos		0,00%	0,00	
S. Insumos		0,00%	0,00	
T. Insumos		0,00%	0,00	
U. Insumos		0,00%	0,00	
V. Insumos		0,00%	0,00	
W. Insumos		0,00%	0,00	
X. Insumos		0,00%	0,00	
Y. Insumos		0,00%	0,00	
Z. Insumos		0,00%	0,00	
TOTAL DO MÓDULO 5			0,00	
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
1. Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR (R\$)	
A. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
B. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
C. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
D. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
E. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
F. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
G. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
H. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
I. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
J. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
K. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
L. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
M. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
N. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
O. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
P. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Q. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
R. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
S. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
T. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
U. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
V. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
W. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
X. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Y. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Z. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
TOTAL DO MÓDULO 6			0,00	
MÓDULO 7 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
1. Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR (R\$)	
A. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
B. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
C. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
D. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
E. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
F. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
G. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
H. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
I. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
J. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
K. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
L. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
M. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
N. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
O. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
P. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Q. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
R. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
S. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
T. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
U. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
V. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
W. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
X. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Y. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Z. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
TOTAL DO MÓDULO 7			0,00	
MÓDULO 8 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
1. Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR (R\$)	
A. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
B. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
C. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
D. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
E. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
F. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
G. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
H. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
I. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
J. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
K. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
L. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
M. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
N. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
O. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
P. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Q. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
R. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
S. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
T. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
U. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
V. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
W. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
X. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Y. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Z. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
TOTAL DO MÓDULO 8			0,00	
MÓDULO 9 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
1. Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR (R\$)	
A. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
B. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
C. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
D. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
E. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
F. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
G. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
H. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
I. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
J. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
K. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
L. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
M. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
N. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
O. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
P. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Q. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
R. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
S. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
T. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
U. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
V. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
W. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
X. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Y. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
Z. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
TOTAL DO MÓDULO 9			0,00	
MÓDULO 10 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
1. Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR (R\$)	
A. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
B. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
C. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
D. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
E. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
F. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
G. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
H. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
I. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
J. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
K. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
L. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
M. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
N. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
O. Custos Indiretos		0,00%	0,00	
P. Custos Indiretos				

Trabalhador Acupostolico				
Uniformes				
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores Custo Unit.    Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fixa	Unid.	10	R\$ 14,00    R\$ 140,00    -D6*E6
2	calça jeans ou lã	Unid.	6	R\$ 15,92    R\$ 95,52    -D7*E7
3	calção de identificação	Unid.	1	R\$ 1,60    R\$ 1,60    -D6*E6
4	botão de segurança	Unid.	1	R\$ 4,40    R\$ 4,40    -D6*E6
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 995,92
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 79,66

EPIs				
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores Custo Unit.    Custo Total
1	luva para procedimento não cirúrgico ultra	Par	200	R\$ 0,76    R\$ 152,00    -E19*F19
2	luva vedada de segurança vedante	Par	4	R\$ 18,83    R\$ 75,32    -E20*F20
3	luva vedada com antena antidecapagem	Par	4	R\$ 6,80    R\$ 27,20    -E19*F21
4	luva latex coto curto	Par	8	R\$ 2,61    R\$ 20,88    -E22*F22
5	luva nitrila coto longo	Par	2	R\$ 4,90    R\$ 9,80    -E23*F23
6	luva de algodão com barbo de latex corrugado	Par	6	R\$ 4,00    R\$ 24,00    -E24*F24
7	kit contendo para proteção de equipamentos contendo: bone draba, viseira, capota, calça e avental de polietileno impermeável	Conjunto	2	R\$ 124,30    R\$ 247,60    -E25*F25
8	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	20	R\$ 2,68    R\$ 43,48    -E26*F26
9	máscara PFF2 com válvula	Unid.	20	R\$ 2,68    R\$ 43,48    -E27*F27
10	máscara para proteção de aerossóis e partículas com dupla filtro e com carvão ativado	Unid.	2	R\$ 100,00    R\$ 200,00    -E28*F28
11	bone draba em náilon e, protegido do sol	Unid.	4	R\$ 10,44    R\$ 41,76    -E29*F29
12	avental de papel de 1,20m x 0,80m	Unid.	2	R\$ 20,78    R\$ 41,52    -E30*F30
13	botão coto tipo de plástico, em espuma, vedante, vedante	Pir	4	R\$ 42,90    R\$ 171,60    -E31*F31
14	bola de borracha coto longo - tipo 7 Nequim	Pir	2	R\$ 57,48    R\$ 114,96    -E32*F32
15	Perceira 2,5 metros em polipropileno	Pir	2	R\$ 49,00    R\$ 98,00    -E33*F33
16	abridor de rodos, tipo zorrocha, 31 cm	Unid.	2	R\$ 73,99    R\$ 147,98    -E34*F34
17	botão de segurança impermeável, coto	Unid.	4	R\$ 4,70    R\$ 18,80    -E35*F35
18	botão de proteção UV, lã	Unid.	4	R\$ 4,70    R\$ 18,80    -E36*F36
19	botão de proteção UV, tipo protetor de	Unid.	6	R\$ 18,00    R\$ 108,00    -E37*F37
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.789,96
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 149,16

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS						
Nº do Processo:						
Contrato Nº:						
Em anexo, há a planilha de custos e formação de preços.						
Discriminação dos Serviços (Dados Referentes à Contratação)						
A. Data de apresentação da proposta (diem/mens/a)						
B. Município/UF						
C. Rua da Avenida, Convenção ou Distrito, Cidades			Jardim/UF			
D. Número de meses da execução contratual			2020			
12						
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)	Classificação Brasileira de Ocupações		
Jardineiro - Oritrismo	Posto	3	6220-10			
Nota 1: Esta planilha poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas percentagens e/ou estimativas, desde que seja justificada.						
Nota 2: As percentuais constantes desta planilha poderão ser desconsiderados quando o valor de determinados serviços que procedem da dedução excluirão dos trabalhadores do contratado para com a Administração.						
1. MÓDULOS						
Mapa de obra						
Mapa de obra vinculada à execução contratual						
Mapa para composição dos custos referentes à mão-de-obra						
1. Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)						
2. Classificação Brasileira de Ocupações						
3. Base Nacional de Custos Profissional						
4. Categoria profissional (vinculada à execução contratual)						
5. Descrição do Serviço/Convenção/Contrato						
6. Número de Registro do Serviço/Convenção/Contrato no MTE						
7. Data base de cotação (diem/mens/a)						
Nota 1: Verificar se elaborado um quadro para cada tipo de serviço.						
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.						
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO						
	%	VALOR (R\$)				
A. Salário Base		R\$ 2.193,54				
B. Adicional Função/Qualificação						
C. Qualificação Supervisora						
D. Adicional Insalubridade						
E. Adicional Noturno						
F. Outros (especificar)						
TOTAL DO MÓDULO 1		R\$ 2.193,54	(SOMAR(130-144))			
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.						
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS						
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias						
2.1.1 13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	182,89	H07*E945			
A. 13º (décimo terceiro) Salário	12,50%	274,19	H07*E945			
B. Adicional de Férias + 1/3						
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		457,08	(SOMAR(133-154))			
Nota 1: Consta a planilha de custos e formação de preços e custeio mensal/mensal, promovendo-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação, auxílio, férias e adicional de férias.						
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividida por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.						
Nota 3: A verba de férias e o adicional de férias contratual prevista no art. 146 e seguintes da Lei nº 14.133, de 01/07/2015, não é considerada para fins de cálculo de férias e adicional de férias, devendo ser considerada o pagamento das férias proporcionais ao final do contrato de 12 meses. Lata rubrica, quando da contratação contratual, sobre os custos (de acordo com o contrato).						
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições						
2.2.1 GPS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)				
A. INSS	20,00%	438,71	H07*E945			
B. Seguro-Educação	2,00%	43,87	H07*E945			
C. Seguro-Acidente	3,00%	65,81	H07*E945			
D. Seguro-Doença	1,00%	21,27	H07*E945			
E. FGTS - 8%	8,00%	175,48	H07*E945			
F. FORTC - 0,50%	0,50%	10,97	H07*E945			
G. PIS/PASEP	0,65%	14,26	H07*E945			
H. PIS/PIS	0,00%	0,00	H07*E945			
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		867,29	(SOMAR(163-170))			
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
Nota 2: O SAU ou RAV ajustado é superior do grau de risco do serviço vai variar entre 0,5% até 6%, a depender do risco da sua atividade (RAV e FAR).						
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários						
A. Transporte (para trabalhadores a 7º passagem diárias x valor de passagem)	-	189,20	*E945 Transporte e Auxílio Alimentação/ D23			
A.1 Custo do vale-transporte para a empresa	-	57,36				
A.2 Participação do trabalhador no custeio	-	131,84	*E945 Transporte e Auxílio Alimentação/ E23			
B. Auxílio-Reposição Alimentação	-	572,00	*E945 Transporte e Auxílio Alimentação/ X3			
B.1 Custo de auxílio-reposição/alimentação para a empresa	-	569,00	(H07-185)			
C. Participação do trabalhador no custeio	-	40,20				
C.1 Assistência Médica e F. familiar	-	0,00				
C.2 Assistência Médica e F. familiar para a empresa	-	0,00				
C.3 Participação do trabalhador no custeio	-	0,00				
D. Almoço, Almoço e Serviço aos Trabalhadores	-	10,00				
E. Almoço	-	0,00				
F. Seguro da vida, invalidez e funeral	-	2,00				
G. Outros Benefícios Sociais (especificar)	-	0,00				
TOTAL SUBMÓDULO 2.3		882,20	(H07-185+H07-188+H07-190)			
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).						
Nota 2: Quando a prestação dos benefícios estiver em Férias, Condições e Estatísticas Sociais de Trabalho e Alimento de acordo com o disposto no art. 8º desta Instrução Normativa.						
Quadro-resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários						
2. Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	-	VALOR (R\$)				
A. 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	-	457,08	H07*E945			
B. GPS, FGTS e outras contribuições	-	867,29	H07*E945			
C. Benefícios Mensais e Diários	-	882,20	(SOMAR(155+H07-191))			
TOTAL DO MÓDULO 2		1.846,57	(SOMAR(155+H07-191))			
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3. Provisão para Rescisão	%	VALOR (R\$)				
A. Provisão para Rescisão (estimativa de 3% dos funcionários ativos no MPO) - Salário 11/10/10 (R\$ 2.193,54) x 3%	0,42%	914,10	H10*E945			
B. Conforme fórmula da R. 24 do MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS (MPO)						
C. Incidência da FGTS sobre o Salário Integralizado (R\$ 1.426,42) x 0,42%	0,63%	60,12	H10*E945			
D. Incidência da FGTS sobre o Salário Integralizado (R\$ 1.426,42) x 0,42%	0,63%	60,12	H10*E945			
E. Salário Integralizado (incidência de 7% durante os 2º e 3º meses, percentual relativo a contrato de 12 meses) = (7/100) x (2/12) x (R\$ 2.193,54) x 12 = R\$ 382,47	1,94%	422,59	H10*E945			
F. Salário Integralizado (incidência de 7% durante os 2º e 3º meses, percentual relativo a contrato de 12 meses) = (7/100) x (2/12) x (R\$ 2.193,54) x 12 = R\$ 382,47	1,94%	422,59	H10*E945			
G. Incidência da GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Salário Integralizado (36,8% x 1,94%)	0,11%	15,00	H10*E945			
H. Salário de FGTS e contribuições sobre o Salário Integralizado	0,00%	0,00	H10*E945			
TOTAL MÓDULO 3		156,81	(SOMAR(110-115))			
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
Nota 1: Os bens que compõem o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado abdicar na prestação de serviço salvo quando, conforme as provisões estabelecidas na legislação.						
Submódulo 4.1 - Substituto Ausências Legais						
4.1. Ausências Legais	%	VALOR (R\$)				
A. Substituto na cobertura da Férias (1/12*100) - (Não haverá substituto)	0,00%	0,00	H11*E945			
B. Substituto na cobertura de Ausências Legais (1/12*100) x 36%	3,00%	65,42	H11*E945			
C. Substituto na cobertura de Ausências Legais (1/12*100) x 36%	3,00%	65,42	H11*E945			
D. Substituto na cobertura da Férias-Proporcionais (1/12*100) x 36%	0,00%	0,00	H11*E945			
E. Substituto na cobertura de Ausências Legais (1/12*100) x 36%	0,00%	0,00	H11*E945			
F. Substituto na cobertura de Ausências Legais (1/12*100) x 36%	0,00%	0,00	H11*E945			
G. Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	0,00	H11*E945			
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		130,84	(SOMAR(110-115))			
Submódulo 4.2 - Substituto na Integridade						
4.2. Ausências Legais	%	VALOR (R\$)				
A. Substituto na cobertura de Intervalo para repouso no almoço	0,00%	0,00	H11*E945			
B. Intercâmbio pelo repouso Integridade	0,00%	0,00	H11*E945			
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00	H11*E945			
Quadro-resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente						
4. Custo de Reposição do Profissional Ausente	-	VALOR (R\$)				
A. Substituto nas Ausências Legais	-	130,84	H11*E945			
B. Substituto na Integridade	-	0,00	H11*E945			
TOTAL DO MÓDULO 4		130,84	(SOMAR(116+117))			
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS						
5. Insumos Diversos	%	VALOR (R\$)				
A. Uniformes	7,20%	157,93	Uniforme e EPIs - Jardineiro E11			
B. EPIs	1,30%	28,52	Uniforme e EPIs - Jardineiro E11			
C. Equipamento: Ponto Eletrônico	1,30%	28,52	Equipamento E11			
D. Outros (especificar)	0,00%	0,00				
TOTAL DO MÓDULO 5		214,97	(SOMAR(142+145))			
Nota: Valores mensais por empregado.						
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO						
6. Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	VALOR (R\$)				
A. Custos Indiretos	1,00%	21,94	H12*E945			
B. Lucro	10,00%	219,40	H12*E945			
C - TRIBUTOS						
C.1. Tributos Federais (especificar)						
C.1.1 IRPF	0,00%	0,00	H12*E945			
C.1.2 COFINS	0,00%	0,00	H12*E945			
C.2. Tributos Estaduais (especificar)						
C.2.1 ICMS	0,00%	0,00	H12*E945			
C.3. Tributos Municipais (especificar)						
TOTAL DO MÓDULO 6		241,34	(SOMAR(152+153))			
Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.						
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.						
Quadro-resumo do Custo por Empregado						
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)						
A. MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		2.193,54	H07			
B. MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		1.846,57	H07			
C. MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO		156,81	H10			
D. MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		130,84	H11			
E. MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		214,97	H11			
Subtotal (A + B + C + D + E)		4.542,73	(SOMAR(167+171))			
F. MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		241,34	H12			
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO		4.784,07	(SOMAR(167+171+172+173+174+175+176+177+178+179+180+181+182+183+184+185+186+187+188+189+190+191+192+193+194+195+196+197+198+199+200+201+202+203+204+205+206+207+208+209+210+211+212+213+214+215+216+217+218+219+220+221+222+223+224+225+226+227+228+229+230+231+232+233+234+235+236+237+238+239+240+241+242+243+244+245+246+247+248+249+250+251+252+253+254+255+256+257+258+259+260+261+262+263+264+265+266+267+268+269+270+271+272+273+274+275+276+277+278+279+280+281+282+283+284+285+286+287+288+289+290+291+292+293+294+295+296+297+298+299+300+301+302+303+304+305+306+307+308+309+310+311+312+313+314+315+316+317+318+319+320+321+322+323+324+325+326+327+328+329+330+331+332+333+334+335+336+337+338+339+340+341+342+343+344+345+346+347+348+349+350+351+352+353+354+355+356+357+358+359+360+361+362+363+364+365+366+367+368+369+370+371+372+373+374+375+376+377+378+379+380+381+382+383+384+385+386+387+388+389+390+391+392+393+394+395+396+397+398+399+400+401+402+403+404+405+406+407+408+409+410+411+412+413+414+415+416+417+418+419+420+421+422+423+424+425+426+427+428+429+430+431+432+433+434+435+436+437+438+439+440+441+442+443+444+445+446+447+448+449+450+451+452+453+454+455+456+457+458+459+460+461+462+463+464+465+466+467+468+469+470+471+472+473+474+475+476+477+478+479+480+481+482+483+484+485+486+487+488+489+490+491+492+493+494+495+496+497+498+499+500+501+502+503+504+505+506+507+508+509+510+511+512+513+514+515+516+517+518+519+520+521+522+523+524+525+526+527+528+529+530+531+532+533+534+535+536+537+538+539+540+541+542+543+544+545+546+547+548+549+550+551+552+553+554+555+556+557+558+559+560+561+562+563+564+565+566+567+568+569+570+571+572+573+574+575+576+577+578+579+580+581+582+583+584+585+586+587+588+589+590+591+592+593+594+595+596+597+598+599+600+601+602+603+604+605+606+607+608+609+610+611+612+613+614+615+616+617+618+619+620+621+622+623+624+625+626+627+628+629+630+631+632+633+634+635+636+637+638+639+640+641+642+643+644+645+646+647+648+649+650+651+652+653+654+655+656+657+658+659+660+661+662+663+664+665+666+667+668+669+670+671+672+673+674+675+676+677+678+679+680+681+682+683+684+685+686+687+688+689+690+691+692+693+694+695+696+697+698+699+700+701+702+703+704+705+706+707+708+709+710+711+712+713+714+715+716+717+718+719+720+721+722+723+724+725+726+727+728+729+730+731+732+733+734+735+736+737+738+739+740+741+742+743+744+745+746+747+748+749+750+751+752+753+754+755+756+757+758+759+760+761+762+763+764+765+766+767+768+769+770+771+772+773+774+775+776+777+778+779+780+781+782+783+784+785+786+787+788+789+790+791+792+793+794+795+796+797+798+799+800+801+802+803+804+805+806+807+808+809+810+811+812+813+814+815+816+817+818+819+820+821+822+823+824+825+826+827+828+829+830+831+832+833+834+835+836+837+838+839+840+841+842+843+844+845+846+847+848+849+850+851+852+853+854+855+856+857+858+859+860+861+862+863+864+865+866+867+868+869+870+871+872+873+874+875+876+877+878+879+880+881+882+883+884+885+886+887+888+889+890+891+892+893+894+895+896+897+898+899+900+901+902+903+904+905+906+907+908+909+910+911+912+913+914+915+916+917+918+919+920+921+922+923+924+925+926+927+928+929+930+931+932+933+934+935+936+937+938+939+940+941+942+943+944+945+946+947+948+949+950+951+952+953+954+955+956+957+958+959+960+961+962+963+964+965+966+967+968+969+970+971+972+973+974+975+976+977+978+979+980+981+982+983+984+985+986+987+988+989+990+991+992+993+994+995+996+997+998+999+1000)			

Jardineiros Uniformes				
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores
				Custo Unit.      Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha 15x	Unid.	10	R\$ 14,00      R\$ 140,00      -D6161
2	calça jeans ou lã	Unid.	6	R\$ 15,92      R\$ 95,52      -D1171
3	calção de identificação	Unid.	1	R\$ 1,60      R\$ 1,60      -D6168
4	botão de pressão para trava de segurança	Unid.	1	R\$ 4,40      R\$ 4,40      -D6169
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 999,92
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 79,99

EPIs				
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores
				Custo Unit.      Custo Total
1	luva para procedimento não cirúrgico ultra	PAR	200	R\$ 0,76      R\$ 152,00      -E11P019
2	luva vedada de segurança vedante	Par	4	R\$ 18,83      R\$ 75,32      -E21P020
3	luva tricotada com palma antideslizante	Par	4	R\$ 6,80      R\$ 27,20      -E11P021
4	luva latex coto curto	Par	8	R\$ 2,61      R\$ 20,88      -E21P022
5	luva nitrila coto longo	Par	2	R\$ 4,00      R\$ 8,00      -E11P023
6	luva de algodão com barbo de latex corrugado	Par	6	R\$ 4,00      R\$ 24,00      -E21P024
7	kit contendo para proteção de equipamentos contendo: boné drálico, viseira, camisa, calça e avental de polietileno impermeável	Conjunto	2	R\$ 124,30      R\$ 247,60      -E21P025
8	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	20	R\$ 2,68      R\$ 43,48      -E21P026
9	máscara PFF2 com válvula	Unid.	20	R\$ 2,68      R\$ 43,48      -E21P027
10	máscara para proteção de agentes tóxicos e patogênicos com dupla filtro e com carvão ativado	Unid.	2	R\$ 100,00      R\$ 200,00      -E21P028
11	boné drálico em náilon 66, protegido do sol	Unid.	4	R\$ 10,44      R\$ 41,76      -E11P029
12	avental de papel de 1,20m x 0,80m	Unid.	2	R\$ 20,76      R\$ 41,52      -E21P030
13	botina com sola de plástico, em couro preto, vedante	Par	6	R\$ 44,00      R\$ 264,00      -E11P031
14	botas de borracha coto longo – tipo 7 Neopre	Par	2	R\$ 57,48      R\$ 114,96      -E21P032
15	Proteção à queda em polietileno	Par	2	R\$ 46,00      R\$ 92,00      -E11P033
16	abridor de rodos, tipo concha, 31 cm	Unid.	2	R\$ 73,99      R\$ 147,98      -E21P034
17	botas de segurança antiderrapante, couro	Unid.	4	R\$ 4,70      R\$ 18,80      -E21P035
18	botas de proteção LCV, lã	Unid.	4	R\$ 4,70      R\$ 18,80      -E21P036
19	luvas ester., 22cm, látex, protegido 30s	Unid.	6	R\$ 18,00      R\$ 108,00      -E21P037
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.884,76
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 157,05



Administrativo de Obras						
Uniformes						
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valor/m		
				Custo Unit.	Custo Total	
1	camiseta manga curta, gola redonda, malha fina	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00	COF6
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92	COF7
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50	COF8
4	sorta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50	COA4(F6/F9)
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 101,00		
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,68		COF102



Emprego						
Uniformes						
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores		
				Custo Unit.	Custo Total	
1	camiseta manga curta, gola redonda, malha fta	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00	OP08
2	calça jeans ou bñm	Unid.	8	R\$ 43,90	R\$ 351,92	OP07
3	botas de identificação	Unid.	1	R\$ 1,00	R\$ 1,00	OP08
4	corte crachá com fivela de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50	OP09
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,42		SCMAA/P8/P9
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,62		E1012





Eletrocista Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta em algodão, manga curta e gola redonda	Unid.	6	R\$ 54,00	R\$ 324,00
2	uniforme eletrocista - calça e camisa manga longa anjo eletrônico cor. NR10 flanco II - CA 48511 48513	Unid.	4	R\$ 156,82	R\$ 627,28
3	banda de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	capa chuveir com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,30	R\$ 2,30
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 955,18	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 79,61	
EPs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	protetor auditivo do tipo concha - 21 dB - Diabético	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
2	lentes CA 11068 funde	Unid.	6	R\$ 4,70	R\$ 28,20
3	culos CA 11068 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
6	protetor solar para orelhas - 17dB	Unid.	6	R\$ 2,01	R\$ 12,06
7	protetor solar com espelho - PPS 80 - 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
8	capa de chuva com capuz	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74
9	luz laser multiluz - CA 38150/ 18512 40528 (24141)	Par	10	R\$ 2,61	R\$ 26,10
10	luz vermelha total - CA 37788	Par	4	R\$ 18,35	R\$ 73,39
11	luz elétrica - CA 18354/ 38975	Par	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
12	luz verde alta total - CA 48187	Unid.	2	R\$ 10,54	R\$ 21,08
13	luzira completa - eletrônica - CA 34657	Par	6	R\$ 105,50	R\$ 633,00
Custo anual de EPs por empregado				R\$ 1.545,38	
Custo mensal de EPs por empregado				R\$ 128,17	
EPs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade p/ 2 anos	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	lâmpada eletrônica com protetor frontal semica-para-ventos	Unid.	1	R\$ 105,47	R\$ 105,47
2	luz vermelha baixa tensão (NBR 10822 / NBR 16258 / ASTM D120) 500 V, Classe AA, Antichama - Com tampa de cobertura inclusa	Unid.	1	R\$ 258,00	R\$ 258,00
3	luzi parafusadas 4P anti-furto - CA 30535	Unid.	1	R\$ 313,00	R\$ 313,00
4	máscara 1 litro - CPV31	Unid.	1	R\$ 213,00	R\$ 213,00
5	protetor solar para orelhas, MS 1897	Unid.	1	R\$ 33,10	R\$ 33,10
Custo para dois anos de EPs por empregado				R\$ 1.565,57	
Custo mensal de EPs por empregado				R\$ 65,21	
Soma mensal de EPs				R\$ 193,38	

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo

Contrato Nº

Atividade/Objeto do At-Ex-Exercício do Brasil

A. Data de apresentação da proposta (diária/mensal)

B. Município

C. Rua da Avenida, Convenção ou Distrito Civil

D. Número de meses da execução contratual

Assin. e Carim.

2020

12

Identificação do Serviço

Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Classificação Brasileira de Ocupações

Tipo de Serviço

Unidade de Medida

Posto

1

2900-20

Assistente Técnico no Serviço Público Nível II - 44

Inclusão

Nota 1: Esta planilha poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou extras, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser demonstradas quando se tratar de determinadas sempre que proximarem da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratação para com a Administração.

1. MODULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra

1. Tipo de serviço (imposto sobre serviços com características distintas)

2. Classificação Brasileira de Ocupações

3. Salário Nominal por Categoria Profissional

4. Categoria profissional (concordada a execução contratual)

5. Sindicato do Distrito/Convenção Civil

6. Número de Registro do Distrito/Convenção Civil no MTE

7. Data base da categoria (diária/mensal)

2900-20

R\$ 5.018,93

SEAC

02/03/2017/2025

1/1/2020

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal da contratação.

MODULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1. Composição da Remuneração

%

VALOR (R\$)

A. Base

83,33%

R\$ 4.179,33

B. Adicional Periculosidade

0,00%

0,00

C. Gratificação Especial

0,00%

0,00

D. Adicional Insalubridade

0,00%

0,00

E. Adicional Noturno

0,00%

0,00

F. Outros (especificar)

0,00%

0,00

TOTAL DO MODULO 1

R\$ 4.179,33

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

%

VALOR (R\$)

A. 13º (décimo terceiro) Salário

8,33%

R\$ 346,93

B. Adicional de Férias + Férias

12,10%

R\$ 506,28

TOTAL SUBMODULO 2.1

R\$ 853,21

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisão-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores mensais a serem pagos pelo contratante.

Nota 2: O adicional de férias consta no Submódulo 2.1 (corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 anterior.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 10º e seguintes da Lei nº 14.133, de 11 de abril de 2021, a rubrica férias tem como objetivo principal servir à necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da contratação contratual, limita-se ao valor devido.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

12. GPS, FGTS e outras contribuições

%

VALOR (R\$)

A. INSS

20,00%

R\$ 835,87

B. Seguro-Educação

2,00%

R\$ 83,59

C. SAT

0,00%

0,00

D. RESC do SEB

1,00%

R\$ 41,79

E. SENAC - SENAC

0,00%

0,00

F. RESC do SENAC

0,00%

0,00

G. INCTA

0,00%

0,00

H. FGTS

8,00%

R\$ 334,35

TOTAL SUBMODULO 2.2

R\$ 1.264,81

Nota 1: Os valores das despesas previdenciárias, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O INSS no INSS é calculado e superior do grau de risco do serviço no valor entre 10% até 20%, a depender do grau de risco do serviço (R-1 a R-3).

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

A. Transporte (das atividades a nº passagens diárias x valor da passagem)

-

R\$ 189,20

A.1 Custo do vale-transporte para a empresa

-

R\$ 5,00

A.2 Participação do trabalhador no custo

-

R\$ 301,14

B. Auxílio-Transporte/Alojamento

-

R\$ 172,00

B.1 Custo do auxílio-transporte/alimentação para a empresa

-

R\$ 109,00

B.2 Participação do trabalhador no custo

-

R\$ 62,50

C. Assistência Médica e Familiar

-

0,00

C.1 Custo assistência médica e familiar para a empresa

-

0,00

C.2 Participação do trabalhador no custo

-

0,00

D. Vale-Alimentação e Serviço aos Trabalhadores

-

0,00

E. Auxílio Creche

-

0,00

F. Seguro de vida, invalidez e funeral

-

0,00

G. Outros (Benefício Social Familiar)

-

0,00

TOTAL SUBMODULO 2.3

R\$ 597,74

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo total do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios constantes em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e alterar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2. Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

%

VALOR (R\$)

A. 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

-

R\$ 853,21

B. GPS, FGTS e outras contribuições

-

R\$ 1.264,81

C. Benefícios Mensais e Diários

-

R\$ 597,74

TOTAL DO MODULO 2

R\$ 2.715,76

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3. Provisão para Rescisão

%

VALOR (R\$)

A. 11(11)º, 12(12)º, 13(13)º, 14(14)º, 15(15)º, 16(16)º, 17(17)º, 18(18)º, 19(19)º, 20(20)º, 21(21)º, 22(22)º, 23(23)º, 24(24)º, 25(25)º, 26(26)º, 27(27)º, 28(28)º, 29(29)º, 30(30)º, 31(31)º, 32(32)º, 33(33)º, 34(34)º, 35(35)º, 36(36)º, 37(37)º, 38(38)º, 39(39)º, 40(40)º, 41(41)º, 42(42)º, 43(43)º, 44(44)º, 45(45)º, 46(46)º, 47(47)º, 48(48)º, 49(49)º, 50(50)º, 51(51)º, 52(52)º, 53(53)º, 54(54)º, 55(55)º, 56(56)º, 57(57)º, 58(58)º, 59(59)º, 60(60)º, 61(61)º, 62(62)º, 63(63)º, 64(64)º, 65(65)º, 66(66)º, 67(67)º, 68(68)º, 69(69)º, 70(70)º, 71(71)º, 72(72)º, 73(73)º, 74(74)º, 75(75)º, 76(76)º, 77(77)º, 78(78)º, 79(79)º, 80(80)º, 81(81)º, 82(82)º, 83(83)º, 84(84)º, 85(85)º, 86(86)º, 87(87)º, 88(88)º, 89(89)º, 90(90)º, 91(91)º, 92(92)º, 93(93)º, 94(94)º, 95(95)º, 96(96)º, 97(97)º, 98(98)º, 99(99)º, 100(100)º

0,42%

R\$ 20,91

B. 11(11)º, 12(12)º, 13(13)º, 14(14)º, 15(15)º, 16(16)º, 17(17)º, 18(18)º, 19(19)º, 20(20)º, 21(21)º, 22(22)º, 23(23)º, 24(24)º, 25(25)º, 26(26)º, 27(27)º, 28(28)º, 29(29)º, 30(30)º, 31(31)º, 32(32)º, 33(33)º, 34(34)º, 35(35)º, 36(36)º, 37(37)º, 38(38)º, 39(39)º, 40(40)º, 41(41)º, 42(42)º, 43(43)º, 44(44)º, 45(45)º, 46(46)º, 47(47)º, 48(48)º, 49(49)º, 50(50)º, 51(51)º, 52(52)º, 53(53)º, 54(54)º, 55(55)º, 56(56)º, 57(57)º, 58(58)º, 59(59)º, 60(60)º, 61(61)º, 62(62)º, 63(63)º, 64(64)º, 65(65)º, 66(66)º, 67(67)º, 68(68)º, 69(69)º, 70(70)º, 71(71)º, 72(72)º, 73(73)º, 74(74)º, 75(75)º, 76(76)º, 77(77)º, 78(78)º, 79(79)º, 80(80)º, 81(81)º, 82(82)º, 83(83)º, 84(84)º, 85(85)º, 86(86)º, 87(87)º, 88(88)º, 89(89)º, 90(90)º, 91(91)º, 92(92)º, 93(93)º, 94(94)º, 95(95)º, 96(96)º, 97(97)º, 98(98)º, 99(99)º, 100(100)º

0,00%

0,00

C. 11(11)º, 12(12)º, 13(13)º, 14(14)º, 15(15)º, 16(16)º, 17(17)º, 18(18)º, 19(19)º, 20(20)º, 21(21)º, 22(22)º, 23(23)º, 24(24)º, 25(25)º, 26(26)º, 27(27)º, 28(28)º, 29(29)º, 30(30)º, 31(31)º, 32(32)º, 33(33)º, 34(34)º, 35(35)º, 36(36)º, 37(37)º, 38(38)º, 39(39)º, 40(40)º, 41(41)º, 42(42)º, 43(43)º, 44(44)º, 45(45)º, 46(46)º, 47(47)º, 48(48)º, 49(49)º, 50(50)º, 51(51)º, 52(52)º, 53(53)º, 54(54)º, 55(55)º, 56(56)º, 57(57)º, 58(58)º, 59(59)º, 60(60)º, 61(61)º, 62(62)º, 63(63)º, 64(64)º, 65(65)º, 66(66)º, 67(67)º, 68(68)º, 69(69)º, 70(70)º, 71(71)º, 72(72)º, 73(73)º, 74(74)º, 75(75)º, 76(76)º, 77(77)º, 78(78)º, 79(79)º, 80(80)º, 81(81)º, 82(82)º, 83(83)º, 84(84)º, 85(85)º, 86(86)º, 87(87)º, 88(88)º, 89(89)º, 90(90)º, 91(91)º, 92(92)º, 93(93)º, 94(94)º, 95(95)º, 96(96)º, 97(97)º, 98(98)º, 99(99)º, 100(100)º

0,14%

R\$ 6,65

D. 11(11)º, 12(12)º, 13(13)º, 14(14)º, 15(15)º, 16(16)º, 17(17)º, 18(18)º, 19(19)º, 20(20)º, 21(21)º, 22(22)º, 23(23)º, 24(24)º, 25(25)º, 26(26)º, 27(27)º, 28(28)º, 29(29)º, 30(30)º, 31(31)º, 32(32)º, 33(33)º, 34(34)º, 35(35)º, 36(36)º, 37(37)º, 38(38)º, 39(39)º, 40(40)º, 41(41)º, 42(42)º, 43(43)º, 44(44)º, 45(45)º, 46(46)º, 47(47)º, 48(48)º, 49(49)º, 50(50)º, 51(51)º, 52(52)º, 53(53)º, 54(54)º, 55(55)º, 56(56)º, 57(57)º, 58(58)º, 59(59)º, 60(60)º, 61(61)º, 62(62)º, 63(63)º, 64(64)º, 65(65)º, 66(66)º, 67(67)º, 68(68)º, 69(69)º, 70(70)º, 71(71)º, 72(72)º, 73(73)º, 74(74)º, 75(75)º, 76(76)º, 77(77)º, 78(78)º, 79(79)º, 80(80)º, 81(81)º, 82(82)º, 83(83)º, 84(84)º, 85(85)º, 86(86)º, 87(87)º, 88(88)º, 89(89)º, 90(90)º, 91(91)º, 92(92)º, 93(93)º, 94(94)º, 95(95)º, 96(96)º, 97(97)º, 98(98)º, 99(99)º, 100(100)º

0,14%

R\$ 6,65

E. 11(11)º, 12(12)º, 13(13)º, 14(14)º, 15(15)º, 16(16)º, 17(17)º, 18(18)º, 19(19)º, 20(20)º, 21(21)º, 22(22)º, 23(23)º, 24(24)º, 25(25)º, 26(26)º, 27(27)º, 28(28)º, 29(29)º, 30(30)º, 31(31)º, 32(32)º, 33(33)º, 34(34)º, 35(35)º, 36(36)º, 37(37)º, 38(38)º, 39(39)º, 40(40)º, 41(41)º, 42(42)º, 43(43)º, 44(44)º, 45(45)º, 46(46)º, 47(47)º, 48(48)º, 49(49)º, 50(50)º, 51(51)º, 52(52)º, 53(53)º, 54(54)º, 55(55)º, 56(56)º, 57(57)º, 58(58)º, 59(59)º, 60(60)º, 61(61)º, 62(62)º, 63(63)º, 64(64)º, 65(65)º, 66(66)º, 67(67)º, 68(68)º, 69(69)º, 70(70)º, 71(71)º, 72(72)º, 73(73)º, 74(74)º, 75(75)º, 76(76)º, 77(77)º, 78(78)º, 79(79)º, 80(80)º, 81(81)º, 82(82)º, 83(83)º, 84(84)º, 85(85)º, 86(86)º, 87(87)º, 88(88)º, 89(89)º, 90(90)º, 91(91)º, 92(92)º, 93(93)º, 94(94)º, 95(95)º, 96(96)º, 97(97)º, 98(98)º, 99(99)º, 100(100)º

0,14%

R\$ 6,65

F. 11(11)º, 12(12)º, 13(13)º, 14(14)º, 15(15)º, 16(16)º, 17(17)º, 18(18)º, 19(19)º, 20(20)º, 21(21)º, 22(22)º, 23(23)º, 24(24)º, 25(25)º, 26(26)º, 27(27)º, 28(28)º, 29(29)º, 30(30)º, 31(31)º, 32(32)º, 33(33)º, 34(34)º, 35(35)º, 36(36)º, 37(37)º, 38(38)º, 39(39)º, 40(40)º, 41(41)º, 42(42)º, 43(43)º, 44(44)º, 45(45)º, 46(46)º, 47(47)º, 48(48)º, 49(49)º, 50(50)º, 51(51)º, 52(52)º, 53(53)º, 54(54)º, 55(55)º, 56(56)º, 57(57)º, 58(58)º, 59(59)º, 60(60)º, 61(61)º, 62(62)º, 63(63)º, 64(64)º, 65(65)º, 66(66)º, 67(67)º, 68(68)º, 69(69)º, 70(70)º, 71(71)º, 72(72)º, 73(73)º, 74(74)º, 75(75)º, 76(76)º, 77(77)º, 78(78)º, 79(79)º, 80(80)º, 81(81)º, 82(82)º, 83(83)º, 84(84)º, 85(85)º, 86(86)º, 87(87)º, 88(88)º, 89(89)º, 90(90)º, 91(91)º, 92(92)º, 93(93)º, 94(94)º, 95(95)º, 96(96)º, 97(97)º, 98(98)º, 99(99)º, 100(100)º

0,14%

R\$ 6,65

G. 11(11)º, 12(12)º, 13(13)º, 14(14)º, 15(15)º, 16(16)º, 17(17)º, 18(18)º, 19(19)º, 20(20)º, 21(21)º, 22(22)º, 23(23)º, 24(24)º, 25(25)º, 26(26)º, 27(27)º, 28(28)º, 29(29)º, 30(30)º, 31(31)º, 32(32)º, 33(33)º, 34(34)º, 35(35)º, 36(36)º, 37(37)º, 38(38)º, 39(39)º, 40(40)º, 41(41)º, 42(42)º, 43(43)º, 44(44)º, 45(45)º, 46(46)º, 47(47)º, 48(48)º, 49(49)º, 50(50)º, 51(51)º, 52(52)º, 53(53)º, 54(54)º, 55(55)º, 56(56)º, 57(57)º, 58(58)º, 59(59)º, 60(60)º, 61(61)º, 62(62)º, 63(63)º, 64(64)º, 65(65)º, 66(66)º, 67(67)º, 68(68)º, 69(69)º, 70(70)º, 71(71)º, 72(72)º, 73(73)º, 74(74)º, 75(75)º, 76(76)º, 77(77)º, 78(78)º, 79(79)º, 80(80)º, 81(81)º, 82(82)º, 83(83)º, 84(84)º, 85(85)º, 86(86)º, 87(87)º, 88(88)º, 89(89)º, 90(90)º, 91(91)º, 92(92)º, 93(93)º, 94(94)º, 95(95)º, 96(96)º, 97(97)º, 98(98)º, 99(99)º, 100(100)º

0,14%

R\$ 6,65

TOTAL DO MODULO 3

R\$ 27,56

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4. Custo de Reposição do Profissional Ausente

%

VALOR (R\$)

A. Substituto em Ausência Legal

-

R\$ 10,00

B. Substituto em Injúria

-

R\$ 10,00

TOTAL DO MODULO 4

R\$ 20,00

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5. Insumos Diversos

%

VALOR (R\$)

A. Uniformes

1,00%

R\$ 1,00

B. EPIs

0,00%

R\$ 0,00

C. Alimentação - Tábua Serviço Público

0,00%

R\$ 0,00

D. Equipamento - Posto Eletrônico

0,00%

R\$ 0,00

TOTAL DO MODULO 5

R\$ 1,00

Nota: Valores mensais por alimentação.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6. Custos Indiretos, Tributos e Lucro

%

VALOR (R\$)

A. Custos Indiretos

0,00%

R\$ 0,00

B. Lucro

10,00%

R\$ 343,35

C. TRIBUTOS

C.1.1. IRR

0,00%

R\$ 0,00

C.1.2. COFINS

0,00%

R\$ 0,00

C.2. Outros Tributos (especificar)

0,00%

R\$ 0,00

C.3. Tributos Municipais (especificar)

0,00%

R\$ 0,00

TOTAL DO MODULO 6

R\$ 343,35

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-Obra vinculada à prestação contratual (valor por empregado)

VALOR (R\$)

A. MODULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

R\$ 4.179,33

B. MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

R\$ 2.715,76

C. MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

R\$ 27,56

D. MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

R\$ 20,00

E. MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

R\$ 1,00

F. MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

R\$ 343,35

Subtotal (A + B + C + D + E + F)

R\$ 7.287,00

MODULO 7 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

R\$ 343,35

VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO

R\$ 7.630,35

Jair, 10 de março de 2020.

Técnicos em Serviço Público II					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	Camiseta manga longa, gola redonda, malha 100	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	Calça jeans ou terno	Unid.	8	R\$ 41,90	R\$ 335,20
3	Botão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	Botão crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 899,20	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,93	
EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	Botão de proteção com respaldos - tipo 60 FPS	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
2	Botão de proteção com respaldos - tipo 60 FPS	Unid.	2	R\$ 10,00	R\$ 20,00
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 6,00	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 5,00	



=D6\*E6  
 =D7\*E7  
 =D8\*E8  
 =D9\*E9  
 =SOMA(F6:F9)

=E19\*019  
 =E20\*020  
 =E21\*021  
 =E22\*022  
 =E23\*023  
 =E24\*024  
 =E25\*025  
 =E26\*026  
 =E27\*027  
 =E28\*028  
 =E29\*029  
 =E30\*030  
 =E31\*031  
 =90MA(F19.F31)

=E42\*D42  
=SOMA(F42:F42)  
=E43/24



Pintor					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha 1/4	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00 -OK'E8
2	calça jeans ou lã	Unid.	8	R\$ 43,00	R\$ 350,00 -OY'E7
3	botão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50 -OK'E8
4	cinta cacha com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50 -OK'E8
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 89,42	-SOMAF16 F9)
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,86	-E1012

EPs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	protetor auditivo do tipo concha - 31 dB	Unid.	2	R\$ 73,90	R\$ 147,80 -E10D19
2	culos CA 11080 lentes	Unid.	8	R\$ 4,70	R\$ 20,00 -E20D00
3	culos CA 11080 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00 -E2Y1D01
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80 -E2YD02
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,98	R\$ 19,80 -E2YD03
6	protetor auricular plug silicone - 11dB	Unid.	6	R\$ 2,50	R\$ 15,00 -E4YD04
7	capote caba com respaldo - EPS 80 - 120 cm	Unid.	2	R\$ 10,00	R\$ 20,00 -E4YD06
8	saco de chuva com capuz	Unid.	6	R\$ 14,57	R\$ 26,74 -E4YD08
9	luz ultra melhora - CA 38310/18212/25528/24141	Par	10	R\$ 2,50	R\$ 25,00 -E4YD07
10	luz vaqueta total - CA 37368	Par	6	R\$ 18,68	R\$ 72,32 -E4YD08
11	luz vólta - CA 18174/28105	Par	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00 -E4YD09
12	luz árabe alta total - CA 46167	Unid.	2	R\$ 15,64	R\$ 31,28 -E4YD00
13	luz de segurança - CA 3504	Par	6	R\$ 106,50	R\$ 639,00 -E4YD11
Custo anual de EPs por empregado				R\$ 1.548,26	-SOMAF19 F31)
Custo mensal de EPs por empregado				R\$ 128,17	-E3012

EPs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade por 2 anos	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	descrição de segurança - CA 14414	Unid.	1	R\$ 31,39	R\$ 31,39 -E4YD42
Custo para dois anos de EPs por empregado				R\$ 31,39	-SOMAF42 F42)
Custo mensal de EPs por empregado				R\$ 5,62	-E4024
Custo total de EPs por empregado				R\$ 129,39	-E10+E44





Mecanismo Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valor em	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha 1/4	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans no bico	Unid.	8	R\$ 43,50	R\$ 348,00
3	botão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,52	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,63	
EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valor em	
				Custo Unit.	Custo Total
1	capoteira avulsão do tipo avulsão - 21 cm	Unid.	2	R\$ 73,00	R\$ 146,00
2	luvas CA 11268 fumê	Unid.	6	R\$ 4,70	R\$ 28,20
3	scudo CA 11268 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00
4	máscara PFF2 tipo respirador	Unid.	10	R\$ 1,58	R\$ 15,80
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,58	R\$ 15,80
6	protetor auricular plug ultrassom - 118B	Unid.	6	R\$ 2,01	R\$ 12,06
7	protetor solar com repelente - FPS 60 - 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
8	capa de chuva com capuz	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74
9	luva látex multiuso - CA 38310/ 18212 45528 /2411	Par	10	R\$ 2,51	R\$ 25,10
10	luva nitrila neta - CA 37266	Par	4	R\$ 18,53	R\$ 74,12
11	luva nitrila - CA 18346/ 38375	Par	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
12	boné drácula alta total - CA 48187	Unid.	2	R\$ 15,64	R\$ 31,28
13	roupa de segurança - CA 34554	Par	6	R\$ 105,50	R\$ 633,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.545,39	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 128,77	
EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade (p/ 5 anos)	Valor em	
				Custo Unit.	Custo Total
1	aparelho de respiração - CA 34414	Unid.	1	R\$ 12,03	R\$ 12,03
Custo para 5 anos por EPIs por empregado				R\$ 12,03	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 0,82	
Custo total mensal de EPIs por empregado				R\$ 129,59	



Técnico em Refrigeração					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fio	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00 -DPE8
2	calça jeans ou btrm	Unid.	8	R\$ 43,09	R\$ 351,82 -DPE7
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50 -DPE8
4	botão crachá com fivela de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50 -DPE9
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,82	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

-SOMA(F6 F9)  
E-10/12

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	protetor auditivo do tipo concha – 31 dB	Unid.	2	R\$ 73,09	R\$ 147,08 E-10/D19
2	luvas CA 11268 termi	Unid.	6	R\$ 4,10	R\$ 24,60 E-20/D05
3	culos CA 11288 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00 E-21/D01
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,69	R\$ 16,90 E-22/D02
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,85	R\$ 18,50 E-22/D02
6	protetor ocular para salivares – 176B	Unid.	6	R\$ 2,01	R\$ 12,06 E-24/D04
7	protetor solar com espelente – FPS 60 – 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00 E-20/D05
8	sapo de chovia com caducel	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74 E-20/D06
9	vaso latex mediano – CA 38310/ 18312 45268 (24181	Par	10	R\$ 2,61	R\$ 26,10 E-27/D07
10	boia vaqueta total – CA 57368	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32 E-28/D08
11	boia náutica – CA 18314/ 28375	Par	10	R\$ 44,09	R\$ 440,90 E-29/D09
12	boné adulto tipo touc – CA 46187	Unid.	2	R\$ 15,54	R\$ 31,08 E-30/D00
13	botina de segurança – CA 34554	Par	6	R\$ 106,50	R\$ 639,00 E-31/D01
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.545,26	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 128,77	

-SOMA(F9 F31)  
E-30/12

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade p 2 anos	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	capacete de segurança – CA 34414	Unid.	1	R\$ 12,09	R\$ 12,09 E-42/D42
Custo para dois anos de EPIs por empregado				R\$ 12,09	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 1,51	
Custo total mensal de EPIs por empregado				R\$ 128,78	

-SOMA(F42 F42)  
E-42/24  
E-33-E44



Encanador					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fina	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou terno	Unid.	6	R\$ 43,50	R\$ 261,00
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	corpo crochê com brasa de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 805,02	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,68	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	vestibor auditivo do tipo concha - 51 dB	Unid.	2	R\$ 73,00	R\$ 147,00
2	scuba CA 11288 fumê	Unid.	6	R\$ 4,70	R\$ 28,20
3	calveira CA 11288 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
6	protetor auricular atenuação - 17dB	Unid.	6	R\$ 3,21	R\$ 19,26
7	protetor solar com respaldos - PPS 60 - 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
8	capa de chuva com capuz	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74
9	luz solar reflexiva - CA 38150/16312/45526/26141	Pw	10	R\$ 3,01	R\$ 30,10
10	luz segurança total - CA 37369	Pw	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
11	luz reflexiva - CA 18141/ 38975	Pw	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
12	luz de alto brilho - CA 46187	Unid.	2	R\$ 15,04	R\$ 30,08
13	luzes de segurança - CA 34504	Pw	6	R\$ 105,50	R\$ 633,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.945,23	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 158,77	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade por ano	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	aparelho de segurança - CA 34414	Unid.	1	R\$ 12,59	R\$ 12,59
Custo para dois anos de EPIs por empregado				R\$ 12,59	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 6,52	
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 129,36	



Piscineiro					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fta	Unid.	10	R\$ 14,00	R\$ 140,00 -DPE8
2	calça jeans escura	Unid.	5	R\$ 43,99	R\$ 219,95 -DPE7
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50 -DPE8
4	coria crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50 -DPE9
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 899,50	-SOMA(F6 F9)
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,96	-E10/12

EPs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	volante auditivo do tipo concha - 51 dB	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98 -E19/D19
2	scuba CA 11288 fumê	Unid.	6	R\$ 4,70	R\$ 28,20 -E20/D20
3	calça CA 11288 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00 -E21/D21
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,88	R\$ 18,80 -E22/D22
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,88	R\$ 18,80 -E23/D23
6	volante auditivo ultra sônico - 120dB	Unid.	6	R\$ 2,01	R\$ 12,06 -E24/D24
7	capote alça com suspensor - PPE 80 - 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00 -E25/D25
8	sepi de alça com capote	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74 -E26/D26
9	luz laser infravermelho - CA 38125/16312/45526/26141	Par	10	R\$ 2,81	R\$ 28,10 -E27/D27
10	luz violeta total - CA 37369	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32 -E28/D28
11	luz ródica - CA 18314/ 38975	Par	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00 -E29/D29
12	luz infravermelho total - CA 46187	Unid.	2	R\$ 15,64	R\$ 31,28 -E30/D30
13	luz de segurança - CA 34554	Par	6	R\$ 106,50	R\$ 639,00 -E31/D31
Custo anual de EPs por empregado				R\$ 1.545,38	-SOMA(F19 F31)
Custo mensal de EPs por empregado				R\$ 128,77	-E32/12

EPs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade p/ 2 anos	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	capote de segurança - CA 34414	Unid.	1	R\$ 12,59	R\$ 12,59 -E42/D42
Custo para dois anos de EPs por empregado				R\$ 12,59	-SOMA(F42 F43)
Custo mensal de EPs por empregado				R\$ 6,42	-E43/24
Custo total mensal de EPs por empregado				R\$ 139,19	-E33+E44







[illegible]

			Equipamento		Valores	
Item	Descrição	Unid.	Funcionários	Quantidade	Custo Unit.	Custo Total
1	relógio biométrico eletrônico*	Unid.	41	4	R\$ 1.527,26	R\$ 6.369,12
Custo mensal de uniformes por empregado						R\$ 1,30
* taxa de depreciação de 10% anual						

					OBSERVAÇÕES	
FORMAÇÃO DE PREÇOS GRUPO 03 E GRUPO 04					BD - Materiais e equipamentos	3,31%
					BD - Serviços	34,99%
					Desconto	5,00%
					Desconto	5,00%
					Desconto	5,00%
					Desconto	5,00%
					Desconto	5,00%
					Desconto	5,00%
					Desconto	5,00%
					Desconto	5,00%
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
16	Fornecimento de material sub-estrutura	m³	12,00	R\$ 10.666,67	R\$ 11.351,00	R\$ 139.212,00
17	Fornecimento de energia sub-estrutura	kWh	12,00	R\$ 16.666,67	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00

<div><div></div><div><div>UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUAZEIRO DO NORTE</div><div>PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE</div><div>BR 314, 3015, Campos Sales, Natal (RN), CEP 55001-015</div><div>Tel: 3361-1111, 3361-1112, 3361-1113, 3361-1114, 3361-1115</div></div><div></div></div>			
<b>SIMPLIFICADO E REDUZIDO (RDU)</b>			
Cálculo (Benefícios e Despesas Indiretas):			
$BDI = \frac{A + B + C + D + E + F + G + H + I + J + K + L + M + N + O + P + Q + R + S + T + U + V + W + X + Y + Z}{100} \times 100$			
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1	Material de Construção	1	1.00%
2	Mano de obra	2	2.00%
3	Material de Manutenção	3	3.00%
4	Material de Transporte	4	4.00%
5	Material de Manutenção	5	5.00%
6	Material de Manutenção	6	6.00%
7	Material de Manutenção	7	7.00%
8	Material de Manutenção	8	8.00%
9	Material de Manutenção	9	9.00%
10	Material de Manutenção	10	10.00%
11	Material de Manutenção	11	11.00%
12	Material de Manutenção	12	12.00%
13	Material de Manutenção	13	13.00%
14	Material de Manutenção	14	14.00%
15	Material de Manutenção	15	15.00%
16	Material de Manutenção	16	16.00%
17	Material de Manutenção	17	17.00%
18	Material de Manutenção	18	18.00%
19	Material de Manutenção	19	19.00%
20	Material de Manutenção	20	20.00%
21	Material de Manutenção	21	21.00%
22	Material de Manutenção	22	22.00%
23	Material de Manutenção	23	23.00%
24	Material de Manutenção	24	24.00%
25	Material de Manutenção	25	25.00%
26	Material de Manutenção	26	26.00%
27	Material de Manutenção	27	27.00%
28	Material de Manutenção	28	28.00%
29	Material de Manutenção	29	29.00%
30	Material de Manutenção	30	30.00%
31	Material de Manutenção	31	31.00%
32	Material de Manutenção	32	32.00%
33	Material de Manutenção	33	33.00%
34	Material de Manutenção	34	34.00%
35	Material de Manutenção	35	35.00%
36	Material de Manutenção	36	36.00%
37	Material de Manutenção	37	37.00%
38	Material de Manutenção	38	38.00%
39	Material de Manutenção	39	39.00%
40	Material de Manutenção	40	40.00%
41	Material de Manutenção	41	41.00%
42	Material de Manutenção	42	42.00%
43	Material de Manutenção	43	43.00%
44	Material de Manutenção	44	44.00%
45	Material de Manutenção	45	45.00%
46	Material de Manutenção	46	46.00%
47	Material de Manutenção	47	47.00%
48	Material de Manutenção	48	48.00%
49	Material de Manutenção	49	49.00%
50	Material de Manutenção	50	50.00%
51	Material de Manutenção	51	51.00%
52	Material de Manutenção	52	52.00%
53	Material de Manutenção	53	53.00%
54	Material de Manutenção	54	54.00%
55	Material de Manutenção	55	55.00%
56	Material de Manutenção	56	56.00%
57	Material de Manutenção	57	57.00%
58	Material de Manutenção	58	58.00%
59	Material de Manutenção	59	59.00%
60	Material de Manutenção	60	60.00%
61	Material de Manutenção	61	61.00%
62	Material de Manutenção	62	62.00%
63	Material de Manutenção	63	63.00%
64	Material de Manutenção	64	64.00%
65	Material de Manutenção	65	65.00%
66	Material de Manutenção	66	66.00%
67	Material de Manutenção	67	67.00%
68	Material de Manutenção	68	68.00%
69	Material de Manutenção	69	69.00%
70	Material de Manutenção	70	70.00%
71	Material de Manutenção	71	71.00%
72	Material de Manutenção	72	72.00%
73	Material de Manutenção	73	73.00%
74	Material de Manutenção	74	74.00%
75	Material de Manutenção	75	75.00%
76	Material de Manutenção	76	76.00%
77	Material de Manutenção	77	77.00%
78	Material de Manutenção	78	78.00%
79	Material de Manutenção	79	79.00%
80	Material de Manutenção	80	80.00%
81	Material de Manutenção	81	81.00%
82	Material de Manutenção	82	82.00%
83	Material de Manutenção	83	83.00%
84	Material de Manutenção	84	84.00%
85	Material de Manutenção	85	85.00%
86	Material de Manutenção	86	86.00%
87	Material de Manutenção	87	87.00%
88	Material de Manutenção	88	88.00%
89	Material de Manutenção	89	89.00%
90	Material de Manutenção	90	90.00%
91	Material de Manutenção	91	91.00%
92	Material de Manutenção	92	92.00%
93	Material de Manutenção	93	93.00%
94	Material de Manutenção	94	94.00%
95	Material de Manutenção	95	95.00%
96	Material de Manutenção	96	96.00%
97	Material de Manutenção	97	97.00%
98	Material de Manutenção	98	98.00%
99	Material de Manutenção	99	99.00%
100	Material de Manutenção	100	100.00%

**NOTAS:**

1. Tribunal de Contas da União - TC 036.076/2013-2 - Acórdão Nº 2.022/2013

2. O/2009 conforme a Lei Complementar 146/2006 da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte (Art. 114, § 2º - Art. 108 - Art. 112, inciso II, alínea I)

**NOTAS:**

1. O valor será abatido das legendas trabalhistas e tributárias vigentes, inclusive acordos de classes, sob pena de desclassificação do projeto de obra.

2. É de responsabilidade da empreiteira a adequação de todos os formulários utilizados na planilha orçamentária.

3. O valor do imposto sobre o lucro líquido (IRPJ) deve ser calculado com base no lucro líquido da empresa, conforme a legislação em vigor, e não com base no lucro bruto.

## ANEXO II

### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital ~~OU Aviso de Contratação Direta~~, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão ~~/Concorrência/Dispensa Eletrônica~~ nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

### ANEXO III

#### ATESTADO DE VISITA AO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

LOGO EMPRESA

Licitação \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**OBJETO:** serviços contínuos e eventuais, de manutenção preventiva e corretiva predial, serviços de manutenção e conservação de áreas urbanas e rurais, apoio técnico-operacional, com o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos e insumos necessários para a execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, na Universidade Federal de Jataí (UFJ), em Jataí/GO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Atestamos que o(a) Sr.(<sup>a</sup>) \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_, na qualidade de profissional indicado pela empresa  
\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº  
\_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, compareceu à vistoria  
ao local de prestação de serviço do Edital nº \_\_\_\_\_ e efetuou visita ao local onde  
serão prestados tais serviços, conforme especificado em Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura e matrícula do servidor público responsável**

Obs.: Caso a licitante opte por não realizar a vistoria ao local, deverá declarar (podendo utilizar modelo abaixo) que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão, conforme Edital.

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E  
PECULIARIDADES INERENTES A NATUREZA DO TRABALHO**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_,  
na \_\_\_\_\_ qualidade \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ responsável \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ empresa \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, com sede no endereço \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, fone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, declaro que optei por não fazer a vistoria

técnica para conhecimento do local onde será executado o serviço abaixo identificado, a ser contratado neste Edital. Declaro ainda, ter conhecimento de todas as dificuldades porventura existentes. Assumimos total responsabilidade por este fato e não utilizaremos deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este órgão, conforme Edital.

**OBJETO: serviços contínuos e eventuais, de manutenção preventiva e corretiva predial, serviços de manutenção e conservação de áreas urbanas e rurais, apoio técnico-operacional, com o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos e insumos necessários para a execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, na Universidade Federal de Jataí (UFJ), em Jataí/GO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Nome e assinatura do Representante da empresa**

(Nome da empresa) (CNPJ)

(Nome do responsável) (CPF)

(Deverá apresentar procuração)

(Deverá assinar digitalmente e apresentar certidão de verificação)



**ANEXO IV**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

Contratante: Universidade Federal de Jataí – UFJ  
Contratada: [Razão Social da Empresa]  
Objeto: Serviços contínuos e eventuais, de manutenção preventiva e corretiva predial, serviços de manutenção e conservação de áreas urbanas e rurais, apoio técnico-operacional, com o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos e insumos necessários para a execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, na Universidade Federal de Jataí (UFJ)

Referência Contratual: [Número do Contrato]  
Setor Responsável pela Fiscalização: Prefeitura Universitária  
Período de Avaliação: [Mês e Ano]  
Fiscal Técnico do Contrato: [Nome Completo e Matrícula/SIAPE]

**1. Objetivo do IMR**

Este Instrumento de Medição de Resultado (IMR) define, em bases objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis de qualidade esperados para a prestação dos serviços, servindo como mecanismo para aferir o desempenho da Contratada no cumprimento de suas obrigações contratuais. A avaliação abrange a conformidade da execução do contrato como um todo, considerando os resultados entregues.

O resultado apurado por este instrumento fundamentará o ajuste no pagamento mensal, vinculando a remuneração da Contratada à qualidade e aos resultados efetivamente alcançados, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa nº 05/2017.

**2. Metodologia de Avaliação**

A aferição dos resultados será realizada mensalmente, partindo-se de uma pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

A cada falha ou desconformidade na execução do contrato registrada pela fiscalização, serão deduzidos os pontos correspondentes, conforme os critérios definidos na Tabela de Ocorrências e Deduções. A pontuação final do período será calculada pela seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação Final} = 100 - (\text{Somatório dos Pontos Deduzidos})$$

O resultado desta equação reflete o nível de desempenho da Contratada no período e servirá de base para o ajuste no pagamento.

**3. Tabela de Ocorrências e Deduções**

A avaliação do resultado contratual será baseada na execução global dos serviços, considerando as informações formais encaminhadas pelas chefias imediatas dos setores atendidos, os registros da fiscalização técnica e eventuais ocorrências documentadas (como comunicações, notificações ou registros de não conformidades).

As ocorrências refletem falhas ou desvios que impactam a qualidade, continuidade ou confiabilidade da prestação dos serviços pela contratada. Cada ocorrência registrada implica dedução de pontos, conforme a gravidade e a abrangência do impacto.

**Tabela 1 - Ocorrências e Critérios de Avaliação**

Código	Tipo de Ocorrência / Descrição da Falha	Criticidade	Dedução	Área Afetada
A.1	Erros recorrentes ou entrega de documentos com qualidade inferior à exigida.	Leve	-5 pontos	Apoio Administrativo
A.2	Atraso injustificado no cumprimento de prazos administrativos previamente estabelecidos.	Médio	-10 pontos	Apoio Administrativo

A.3	Reclamação formal e procedente de unidade atendida sobre a qualidade, precisão ou tempo de resposta nos serviços.	Alto	-15 pontos	Apoio Administrativo
B.1	Solicitações de serviços não atendidas dentro do prazo estabelecido.	Médio	-10 pontos	Apoio Operacional
B.2	Dano ou extravio de material durante a realização dos serviços.	Grave	-20 pontos	Apoio Operacional
C.1	Registros de atraso ou ausência não justificada em postos, comunicados pelas chefias setoriais e confirmados pela fiscalização.	Médio	-10 pontos	Geral
C.2	Falta injustificada de trabalhador sem reposição imediata ou comunicação prévia à fiscalização.	Alto	-15 pontos	Geral
C.3	Não utilização ou uso inadequado de uniforme, crachá ou EPI, observados por chefias setoriais ou fiscalização.	Médio	-10 pontos	Geral
C.4	Descumprimento de determinação formal da fiscalização técnica ou ausência de resposta a comunicação oficial.	Alto	-15 pontos	Geral
C.5	Conduta inadequada ou comportamento incompatível com o ambiente institucional, relatado formalmente por servidor responsável.	Alto	-15 pontos	Geral

**Regra de Reincidência:** Se um tipo de ocorrência registrado no presente mês já foi objeto de dedução no relatório do mês anterior, a penalidade será aplicada em dobro.

**Observação:** As ocorrências devem ser documentadas (por e-mail, comunicação formal ou relatório de chefia). Relatos verbais isolados não serão considerados para dedução de pontuação.

#### 4. Fator de Ajuste no Pagamento

A pontuação final apurada determinará o percentual do valor mensal a ser pago à Contratada, conforme as faixas abaixo, assegurando proporcionalidade e transparência na mensuração dos resultados.

**Tabela 2 - Percentual de Pagamento**

Faixa de Pontuação Final	Nível de Desempenho	Fator de Ajuste (Pagamento)	Observações
95 a 100	Excelente	100%	Desempenho exemplar, acima do esperado.
85 a 94	Bom	98%	Desempenho plenamente satisfatório.
75 a 84	Regular	95%	Desempenho com pequenas falhas pontuais.
60 a 74	Insuficiente	90%	Falhas recorrentes que exigem plano de melhorias pela Contratada.
Abaixo de 60	Crítico	85%	Desempenho inaceitável, enseja processo administrativo e aplicação de sanções.

O total devido, ou seja, o pagamento mensal após a avaliação do IMR será concebido por meio da Fórmula de Cálculo a seguir:

$$\text{Valor Devido} = (\text{Valor Medido}) \times (\text{Fator de Ajuste})$$

## 5. Formulário de Avaliação Mensal do IMR

**Período de Avaliação:** [Mês e Ano]

**Fiscal Técnico do Contrato:** [Nome Completo e Matrícula/SIAPE]

**Tabela 3 – Formulário do IMR**

Ocorrência (Código)	Base de Dedução	Constatado no mês	Reincidência (mês ant.)	Total Deduzido
A.1	-5			
A.2	-10			
A.3	-15			
B.1	-10			
B.2	-20			
C.1	-10			
C.2	-15			
C.3	-10			
C.4	-15			
C.5	-15			
Total a ser deduzido na pontuação:				

### Instrução para o Fiscal:

- Marque com "X" a coluna "Constatado no Mês" se a falha ocorreu ao menos uma vez.
- Marque com "X" a coluna "Reincidência (Mês Ant.)" se a falha for uma repetição de ocorrência registrada no mês anterior.
- Calcule o "Total Deduzido" conforme a marcação.

**Pontuação Final do Mês:** [100 - Total de Pontos Deduzidos] = [Resultado Final]

**Fator de Ajuste Aplicado:** [100%, 98%, 95%, 90% ou 85%]

**Comentários e Recomendações do Fiscal (obrigatório em caso de pontuação inferior a 95):**  
[Descrever as ocorrências e justificar a pontuação]

## 6. Disposições Finais

Os ajustes no pagamento decorrentes da aplicação deste IMR têm natureza de glosa e não se confundem com a aplicação das sanções por inexecução contratual previstas no Contrato e na Lei nº 14.133/2021.

A empresa contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência formal da avaliação, para apresentar justificativa ou defesa contra a pontuação atribuída, que será analisada pela autoridade competente.

Durante o primeiro mês de vigência contratual, a avaliação terá caráter educativo, sendo as falhas apenas notificadas à contratada para permitir o ajuste dos serviços, sem a aplicação de descontos.

## 7. Assinaturas

[Nome Completo do Fiscal]  
Fiscal Técnico do Contrato  
Matrícula/SIAPE: [Número]

[Nome Completo do Representante]  
Representante da Empresa Contratada Cargo:  
[Cargo]

Operador de Máquinas					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redondo, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	luva vaqueta de segurança vaqueta	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
2	luva tricotada com palma antiderrapante	Par	4	R\$ 9,80	R\$ 39,20
3	luva latex cano curto	Par	8	R\$ 2,61	R\$ 20,88
4	luva nitrilica cano longo	Par	2	R\$ 44,00	R\$ 88,00
5	luva de algodão com banho de latex corrugado	Par	6	R\$ 4,00	R\$ 24,00
6	kit conjunto para aplicação de agrotóxicos contendo: bone árabe, viseira, camisa, calça e avental de poliester repelente	Conjunto	2	R\$ 123,50	R\$ 247,00
7	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
8	máscara PFF2 com válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
9	máscara para pulverização de agrotóxicos e pesticidas com duplo filtro e com carvão ativado	Unid.	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
10	boné árabe em helanca p/ proteção ao sol	Unid.	4	R\$ 15,64	R\$ 62,56
11	avental de raspa de 1,20m x 0,60m	Unid.	2	R\$ 20,76	R\$ 41,52
12	botina com bico de plástico, em couro preto vulcaflex	Par	6	R\$ 42,90	R\$ 257,40
13	bota de borracha cano longo – tipo 7 léguas	Par	2	R\$ 57,48	R\$ 114,96
14	Perneira 5 hastes em polipropileno	Par	2	R\$ 40,99	R\$ 81,98
15	abafador de ruídos, tipo concha, 31db	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
16	óculos de segurança/proteção, incolor	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
17	óculos de proteção UV, fumê	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
18	protetor solar, 120ml, fator proteção 60	Unid.	6	R\$ 18,00	R\$ 108,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.733,76	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 144,48	

Trabalhador Volante					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	Porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	luva para procedimento não cirúrgico látex	Par	200	R\$ 0,76	R\$ 152,00
2	luva vaqueta de segurança vaqueta	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
3	luva tricotada com palma antiderrapante	Par	4	R\$ 9,80	R\$ 39,20
4	luva latex cano curto	Par	8	R\$ 2,61	R\$ 20,88
5	luva nitrilica cano longo	Par	2	R\$ 44,00	R\$ 88,00
6	luva de algodão com banho de latex corrugado	Par	6	R\$ 4,00	R\$ 24,00
7	kit conjunto para aplicação de agrotóxicos contendo: bone árabe, viseira, camisa, calça e avental de poliester repelente	Conjunto	2	R\$ 123,50	R\$ 247,00
8	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
9	máscara PFF2 com válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
10	máscara para pulverização de agrotóxicos e pesticidas com duplo filtro e com carvão ativado	Unid.	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
11	boné árabe em helanca p/ proteção ao sol	Unid.	4	R\$ 15,64	R\$ 62,56
12	avental de raspa de 1,20m x 0,60m	Unid.	2	R\$ 20,76	R\$ 41,52
13	botina com bico de plástico, em couro preto vulcaflex	Par	6	R\$ 42,90	R\$ 257,40
14	bota de borracha cano longo – tipo 7 léguas	Par	2	R\$ 57,48	R\$ 114,96
15	Perneira 5 hastes em polipropileno	Par	2	R\$ 40,99	R\$ 81,98
16	abafador de ruídos, tipo concha, 31 db	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
17	óculos de segurança/proteção, incolor	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
18	óculos de proteção UV, fumê	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
19	protetor solar, 120ml, fator proteção 60	Unid.	6	R\$ 18,00	R\$ 108,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.885,76	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 157,15	

Vaqueiro					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Semestre	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	luva para procedimento não cirúrgico látex	Par	200	R\$ 0,76	R\$ 152,00
2	luva vaqueta de segurança vaqueta	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
3	luva tricotada com palma antiderrapante	Par	4	R\$ 9,80	R\$ 39,20
4	luva latex cano curto	Par	8	R\$ 2,61	R\$ 20,88
5	luva nitrilica cano longo	Par	2	R\$ 44,00	R\$ 88,00
6	luva de algodão com banho de latex corrugado	Par	6	R\$ 4,00	R\$ 24,00
7	kit conjunto para aplicação de agrotóxicos contendo: bone árabe, viseira, camisa, calça e avental de poliester repelente	Conjunto	2	R\$ 123,50	R\$ 247,00
8	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
9	máscara PFF2 com válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
10	máscara para pulverização de agrotóxicos e pesticidas com duplo filtro e com carvão ativado	Unid.	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
11	boné árabe em helanca p/ proteção ao sol	Unid.	4	R\$ 15,64	R\$ 62,56
12	avental de raspa de 1,20m x 0,60m	Unid.	2	R\$ 20,76	R\$ 41,52
13	botina com bico de plástico, em couro preto vulcaflex	Par	6	R\$ 42,90	R\$ 257,40
14	bota de borracha cano longo – tipo 7 léguas	Par	2	R\$ 57,48	R\$ 114,96
15	Perneira 5 hastes em polipropileno	Par	2	R\$ 40,99	R\$ 81,98
16	abafador de ruídos, tipo concha, 31 db	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
17	óculos de segurança/proteção, incolor	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
18	óculos de proteção UV, fumê	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
19	protetor solar, 120ml, fator proteção 60	Unid.	6	R\$ 18,00	R\$ 108,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.885,76	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 157,15	

Trabalhador Agropecuário					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	luva para procedimento não cirúrgico látex	Par	200	R\$ 0,76	R\$ 152,00
2	luva vaqueta de segurança vaqueta	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
3	luva tricotada com palma antiderrapante	Par	4	R\$ 9,80	R\$ 39,20
4	luva latex cano curto	Par	8	R\$ 2,61	R\$ 20,88
5	luva nitrilica cano longo	Par	2	R\$ 44,00	R\$ 88,00
6	luva de algodão com banho de latex corrugado	Par	6	R\$ 4,00	R\$ 24,00
7	kit conjunto para aplicação de agrotóxicos contendo: bone árabe, viseira, camisa, calça e avental de poliester repelente	Conjunto	2	R\$ 123,50	R\$ 247,00
8	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
9	máscara PFF2 com válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
10	máscara para pulverização de agrotóxicos e pesticidas com duplo filtro e com carvão ativado	Unid.	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
11	boné árabe em helanca p/ proteção ao sol	Unid.	4	R\$ 15,64	R\$ 62,56
12	avental de raspa de 1,20m x 0,60m	Unid.	2	R\$ 20,76	R\$ 41,52
13	botina com bico de plástico, em couro preto vulcaflex	Par	4	R\$ 42,90	R\$ 171,60
14	bota de borracha cano longo – tipo 7 léguas	Par	2	R\$ 57,48	R\$ 114,96
15	Perneira 5 hastes em polipropileno	Par	2	R\$ 40,99	R\$ 81,98
16	abafador de ruídos, tipo concha, 31 db	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
17	óculos de segurança/proteção, incolor	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
18	óculos de proteção UV, fumê	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
19	protetor solar, 120ml, fator proteção 60	Unid.	6	R\$ 18,00	R\$ 108,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.799,96	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 150,00	

Jardineiro					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	luva para procedimento não cirúrgico látex	PAR	200	R\$ 0,76	R\$ 152,00
2	luva vaqueta de segurança vaqueta	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
3	luva tricotada com palma antiderrapante	Par	4	R\$ 9,80	R\$ 39,20
4	luva latex cano curto	Par	8	R\$ 2,61	R\$ 20,88
5	luva nitrilica cano longo	Par	2	R\$ 44,00	R\$ 88,00
6	luva de algodão com banho de latex corrugado	Par	6	R\$ 4,00	R\$ 24,00
7	kit conjunto para aplicação de agrotóxicos contendo: bone árabe, viseira, camisa, calça e avental de poliester repelente	Conjunto	2	R\$ 123,50	R\$ 247,00
8	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
9	máscara PFF2 com válvula	Unid.	26	R\$ 1,68	R\$ 43,68
10	máscara para pulverização de agrotóxicos e pesticidas com duplo filtro e com carvão ativado	Unid.	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
11	boné árabe em helanca p/ proteção ao sol	Unid.	4	R\$ 15,64	R\$ 62,56
12	avental de raspa de 1,20m x 0,60m	Unid.	2	R\$ 20,76	R\$ 41,52
13	botina com bico de plástico, em couro preto vulcaflex	Par	6	R\$ 42,90	R\$ 257,40
14	bota de borracha cano longo – tipo 7 léguas	Par	2	R\$ 57,48	R\$ 114,96
15	Perneira 5 hastes em polipropileno	Par	2	R\$ 40,99	R\$ 81,98
16	abafador de ruídos, tipo concha, 31 db	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
17	óculos de segurança/proteção, incolor	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
18	óculos de proteção UV, fumê	Unid.	4	R\$ 4,70	R\$ 18,80
19	protetor solar, 120ml, fator proteção 60	Unid.	6	R\$ 18,00	R\$ 108,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.885,76	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 157,15	



Administrativo de Obras					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga curta, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

Encarregado					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga curta, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

Eletricista					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta em algodão, manga curta e gola redonda	Unid.	6	R\$ 54,00	R\$ 324,00
2	uniforme eletricista – calça e camisa manga longa arco elétrico cz: NR10 Risco II – CA 48511 48513	Unid.	4	R\$ 156,82	R\$ 627,28
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 955,28	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 79,61	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	protetor auditivo do tipo concha – 31 dB – Dielétrico	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
2	óculos CA 11268 fumê	Unid.	6	R\$ 4,70	R\$ 28,20
3	óculos CA 11268 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
6	protetor auricular plug silicone – 17dB	Unid.	6	R\$ 2,01	R\$ 12,06
7	protetor solar com repelente – FPS 60 – 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
8	capa de chuva com capuz	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74
9	luva latex multiuso – CA 38310/ 16312 /45628 /34141	Par	10	R\$ 2,61	R\$ 26,10
10	luva vaqueta total – CA 37368	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
11	luva nitrílica – CA 16314/ 38975	Par	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
12	boné árabe aba total – CA 46167	Unid.	2	R\$ 15,64	R\$ 31,28
13	botina composite – eletricista – CA 34557	Par	6	R\$ 106,50	R\$ 639,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.545,28	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 128,77	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade p/ 2 anos	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	capacete eletricista com protetor facial contra arco voltaico	Unid.	1	R\$ 705,07	R\$ 705,07
2	luva isolante baixa tensão (NBR 10622 / NBR 16295 / ASTM D120) 500 V, Classe AA, Antichama – Com luva de cobertura inclusa	Unid.	1	R\$ 298,00	R\$ 298,00
3	cinto paraquedista 4P acolchoado – CA 35520	Unid.	1	R\$ 313,90	R\$ 313,90
4	talabarte Y 55mm, CP2101	Unid.	1	R\$ 215,00	R\$ 215,00
5	mosquetão dupla trava, MG 1897	Unid.	1	R\$ 33,10	R\$ 33,10
Custo para dois anos de EPIs por empregado				R\$ 1.565,07	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 65,21	

Soma mensal de EPIs				R\$ 193,98	
---------------------	--	--	--	------------	--

Técnico em Serviço Público II					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPis					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	protetor solar com repelente – fator 60 FPS	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
2	boné árabe aba total – CA 46167	Unid.	2	R\$ 15,64	R\$ 31,28
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 67,28	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 5,61	

Pedreiro					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	protetor auditivo do tipo concha – 31 dB	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
2	óculos CA 11268 fumê	Unid.	6	R\$ 4,70	R\$ 28,20
3	óculos CA 11268 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
6	protetor auricular plug silicone – 17dB	Unid.	6	R\$ 2,01	R\$ 12,06
7	protetor solar com repelente – FPS 60 – 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
8	capa de chuva com capuz	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74
9	luva latex multiuso – CA 38310/ 16312 /45628 /34141	Par	10	R\$ 2,61	R\$ 26,10
10	luva vaqueta total – CA 37368	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
11	luva nitrílica – CA 16314/ 38975	Par	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
12	boné árabe aba total – CA 46167	Unid.	2	R\$ 15,64	R\$ 31,28
13	botina de segurança – CA 34554	Par	6	R\$ 106,50	R\$ 639,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.545,28	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 128,77	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade p/ 2 anos	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	capacete de segurança – CA 34414	Unid.	1	R\$ 12,59	R\$ 12,59
Custo para dois anos de EPIs por empregado				R\$ 12,59	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 0,52	

Custo total de EPIs por empregado				R\$ 129,30	
-----------------------------------	--	--	--	------------	--

Pintor					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	protetor auditivo do tipo concha – 31 dB	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
2	óculos CA 11268 fumê	Unid.	6	R\$ 4,70	R\$ 28,20
3	óculos CA 11268 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
6	protetor auricular plug silicone – 17dB	Unid.	6	R\$ 2,01	R\$ 12,06
7	protetor solar com repelente – FPS 60 – 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
8	capa de chuva com capuz	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74
9	luva latex multiuso – CA 38310/ 16312 /45628 /34141	Par	10	R\$ 2,61	R\$ 26,10
10	luva vaqueta total – CA 37368	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
11	luva nitrílica – CA 16314/ 38975	Par	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
12	boné árabe aba total – CA 46167	Unid.	2	R\$ 15,64	R\$ 31,28
13	botina de segurança – CA 34554	Par	6	R\$ 106,50	R\$ 639,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.545,28	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 128,77	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade p/ 2 anos	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	capacete de segurança – CA 34414	Unid.	1	R\$ 12,59	R\$ 12,59
Custo para dois anos de EPIs por empregado				R\$ 12,59	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 0,52	

Custo total de EPIs por empregado				R\$ 129,30	
-----------------------------------	--	--	--	------------	--

Marceneiro					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	protetor auditivo do tipo concha – 31 dB	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
2	óculos CA 11268 fumê	Unid.	6	R\$ 4,70	R\$ 28,20
3	óculos CA 11268 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
6	protetor auricular plug silicone – 17dB	Unid.	6	R\$ 2,01	R\$ 12,06
7	protetor solar com repelente – FPS 60 – 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
8	capa de chuva com capuz	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74
9	luva latex multiuso – CA 38310/ 16312 /45628 /34141	Par	10	R\$ 2,61	R\$ 26,10
10	luva vaqueta total – CA 37368	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
11	luva nitrílica – CA 16314/ 38975	Par	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
12	boné árabe aba total – CA 46167	Unid.	2	R\$ 15,64	R\$ 31,28
13	botina de segurança – CA 34554	Par	6	R\$ 106,50	R\$ 639,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.545,28	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 128,77	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade p/ 2 anos	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	capacete de segurança – CA 34414	Unid.	1	R\$ 12,59	R\$ 12,59
Custo para dois anos de EPIs por empregado				R\$ 12,59	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 0,52	
Custo total mensal de EPIs por empregado				R\$ 129,30	

Técnico em Refrigeração					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	protetor auditivo do tipo concha – 31 dB	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
2	óculos CA 11268 fumê	Unid.	6	R\$ 4,70	R\$ 28,20
3	óculos CA 11268 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
6	protetor auricular plug silicone – 17dB	Unid.	6	R\$ 2,01	R\$ 12,06
7	protetor solar com repelente – FPS 60 – 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
8	capa de chuva com capuz	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74
9	luva latex multiuso – CA 38310/ 16312 /45628 /34141	Par	10	R\$ 2,61	R\$ 26,10
10	luva vaqueta total – CA 37368	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
11	luva nitrílica – CA 16314/ 38975	Par	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
12	boné árabe aba total – CA 46167	Unid.	2	R\$ 15,64	R\$ 31,28
13	botina de segurança – CA 34554	Par	6	R\$ 106,50	R\$ 639,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.545,28	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 128,77	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade p/ 2 anos	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	capacete de segurança – CA 34414	Unid.	1	R\$ 12,59	R\$ 12,59
Custo para dois anos de EPIs por empregado				R\$ 12,59	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 0,52	
Custo total mensal de EPIs por empregado				R\$ 129,30	



Encanador					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	protetor auditivo do tipo concha – 31 dB	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
2	óculos CA 11268 fumê	Unid.	6	R\$ 4,70	R\$ 28,20
3	óculos CA 11268 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
6	protetor auricular plug silicone – 17dB	Unid.	6	R\$ 2,01	R\$ 12,06
7	protetor solar com repelente – FPS 60 – 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
8	capa de chuva com capuz	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74
9	luva latex multiuso – CA 38310/ 16312 /45628 /34141	Par	10	R\$ 2,61	R\$ 26,10
10	luva vaqueta total – CA 37368	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
11	luva nitrílica – CA 16314/ 38975	Par	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
12	boné árabe aba total – CA 46167	Unid.	2	R\$ 15,64	R\$ 31,28
13	botina de segurança – CA 34554	Par	6	R\$ 106,50	R\$ 639,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.545,28	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 128,77	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade p/ 2 anos	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	capacete de segurança – CA 34414	Unid.	1	R\$ 12,59	R\$ 12,59
Custo para dois anos de EPIs por empregado				R\$ 12,59	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 0,52	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 129,30	

Piscineiro					
Uniformes					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	camiseta manga longa, gola redonda, malha fria	Unid.	10	R\$ 54,00	R\$ 540,00
2	calça jeans ou brim	Unid.	8	R\$ 43,99	R\$ 351,92
3	cartão de identificação	Unid.	1	R\$ 1,50	R\$ 1,50
4	porta crachá com trava de segurança	Unid.	1	R\$ 2,50	R\$ 2,50
Custo anual de uniformes por empregado				R\$ 895,92	
Custo mensal de uniformes por empregado				R\$ 74,66	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade Anual	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	protetor auditivo do tipo concha – 31 dB	Unid.	2	R\$ 73,99	R\$ 147,98
2	óculos CA 11268 fumê	Unid.	6	R\$ 4,70	R\$ 28,20
3	óculos CA 11268 transparente	Unid.	10	R\$ 4,70	R\$ 47,00
4	máscara PFF2 sem válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
5	máscara PFF2 com válvula	Unid.	10	R\$ 1,68	R\$ 16,80
6	protetor auricular plug silicone – 17dB	Unid.	6	R\$ 2,01	R\$ 12,06
7	protetor solar com repelente – FPS 60 – 120 ml	Unid.	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00
8	capa de chuva com capuz	Unid.	2	R\$ 14,37	R\$ 28,74
9	luva latex multiuso – CA 38310/ 16312 /45628 /34141	Par	10	R\$ 2,61	R\$ 26,10
10	luva vaqueta total – CA 37368	Par	4	R\$ 18,83	R\$ 75,32
11	luva nitrílica – CA 16314/ 38975	Par	10	R\$ 44,00	R\$ 440,00
12	boné árabe aba total – CA 46167	Unid.	2	R\$ 15,64	R\$ 31,28
13	botina de segurança – CA 34554	Par	6	R\$ 106,50	R\$ 639,00
Custo anual de EPIs por empregado				R\$ 1.545,28	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 128,77	

EPIs					
Item	Descrição	Unid.	Quantidade p/ 2 anos	Valores	
				Custo Unit.	Custo Total
1	capacete de segurança – CA 34414	Unid.	1	R\$ 12,59	R\$ 12,59
Custo para dois anos de EPIs por empregado				R\$ 12,59	
Custo mensal de EPIs por empregado				R\$ 0,52	
Custo total mensal de EPIs por empregado				R\$ 129,30	

FORMAÇÃO DE PREÇOS LOTE C, LOTE D					BDI - Materiais e equipamentos		13,51%		OBSERVAÇÕES	
					BDI - Serviços		20,00%			
					Bancos		Data-Base		Alterar para a referência vigente na época da abertura das propostas, a qual será utilizada durante a vigência contratual	
					SINAPI-GO		01/2026			
					SBC		01/2026			
					CPOS		01/2026			
					Desconto		0,00%		Alterar para o desconto ofertado	
					Encargos Sociais		Não desonerado			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL		Os percentuais de BDI e desconto serão aplicados a todos os itens que compoem a planilha orçamentária quando da emissão da OFM ou OS, inclusive itens não disponíveis no SINAPI, que serão obtidos nos bancos complementares ou cotações.		
16	Fornecimento de materiais sob demanda	mês	12,00	R\$ 10.000,00	R\$ 11.351,00	R\$ 136.212,00				
17	Fornecimento de serviços sob demanda	mês	12,00	R\$ 16.666,67	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00				



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ  
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - PREUNI

BR 364, 3800, Campus Jatobá - Setor Industrial, Jataí-GO, CEP 75801-615  
Telefone: +55 (64) 3606-8205/8206 - www.preuni.jatai.ufg.br - preuni@ufj.edu.br



BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS (BDI)

Fórmula (Benefícios e Despesas Indiretas):

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	BDI SERVIÇOS EVENTUAIS	BDI FORNECIMENTO DE MATERIAIS
1	Administração Central	AC	3,00%	3,45%
2	Riscos	R	1,27%	0,85%
3	Seguros e Garantias	SG	0,80%	0,48%
4	Despesas Financeiras	DF	1,35%	0,85%
5	Lucro / Remuneração	L	7,40%	3,50%
6	Tributos	T	4,70%	3,65%
6.1	PIS		0,65%	0,65%
6.2	COFINS		3,00%	3,00%
6.3	ISSQN		1,05%	0,00%
6.4	CPRB		0,00%	0,00%
BDI			20,00%	13,51%

FONTE:

1. Tribunal de Contas da União - TC 036.076/2011-2 - Acórdão Nº 2622/2013
2. ISSQN conforme a Lei Complementar 1445/1990 da Prefeitura Municipal de Jataí (Art. 114, § 2º - Art. 108 - Art. 125, inciso II, alínea I)

NOTAS

1. Deverão ser obedecidas as legislações trabalhistas e tributária vigentes, inclusive acordos de classes, sob pena de desclassificação da Proposta de Preços;
2. É de responsabilidade da proponente a adequação de todas as fórmulas utilizadas na planilha orçamentária.
3. \*Empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional devem apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006.

Uso Coletivo dos Postos: Eletricista; Pedreiro; Pintor; Marceneiro; Técnico em Refrigeração; Encanador							
Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem, etc)	Unidade física	Quantidade	Valor	Valor Total	Taxa de Depreciação Anual	
2	Compressor de ar elétrico profissional 10 PCM, 110L, 140 PSI, 110/220V, monofásico	Unidade	1	R\$ 2.341,85	R\$ 2.341,85	10,00%	R\$ 234,19
3	Esmeriladeira angular 4 1/2" com velocidade ajustável 220V	Unidade	2	R\$ 325,63	R\$ 651,26	20,00%	R\$ 130,25
4	Esmeriladeira angular 7" 220V	Unidade	1	R\$ 710,00	R\$ 710,00	20,00%	R\$ 142,00
5	Furadeira Industrial 1/2" POL 760W – Bancada 220V	Unidade	1	R\$ 2.750,75	R\$ 2.750,75	20,00%	R\$ 550,15
6	Furadeira Industrial com martelete SDS 800W com ponteiro e talhadeira em maleta – 220V	Unidade	5	R\$ 921,15	R\$ 4.605,75	20,00%	R\$ 921,15
7	Inversor de Solda monofásico 160A, Potência de 700W	Unidade	1	R\$ 1.125,00	R\$ 1.125,00	10,00%	R\$ 112,50
8	Jogo de chave combinada 6 a32mm	Conjunto	3	R\$ 412,15	R\$ 1.236,45	20,00%	R\$ 247,29
9	Jogo de chave hexagonal (canhão) 3mm a 14mm	Conjunto	3	R\$ 200,00	R\$ 600,00	20,00%	R\$ 120,00
10	Kit chave jogo catraca reversível soquete 46 peças	Kit	1	R\$ 979,90	R\$ 979,90	20,00%	R\$ 195,98
11	Kit de acessórios com 100 peças para parafusadeira	Kit	3	R\$ 289,71	R\$ 869,13	20,00%	R\$ 173,83
13	Lavadora alta pressão 1500W - 220V	Unidade	1	R\$ 2.176,90	R\$ 2.176,90	10,00%	R\$ 217,69
14	Nível a laser verde 20m – horizontal, vertical e prumo	Unidade	1	R\$ 871,00	R\$ 871,00	10,00%	R\$ 87,10
15	Parafusadeira profissional com reverso e impacto com baterias 18V ou 20V – 220V	Unidade	5	R\$ 950,00	R\$ 4.750,00	20,00%	R\$ 950,00
16	régua de alumínio 2m	Unidade	5	R\$ 42,54	R\$ 212,70	20,00%	R\$ 42,54
21	Serra mármore 1500W uso profissional, 220V	Unidade	1	R\$ 320,00	R\$ 320,00	10,00%	R\$ 32,00

Total da Depreciação Anual:	R\$ 4.156,66
Total da Depreciação Mensal:	R\$ 346,39
Quantidade de Colaboradores:	10
Total da Depreciação Mensal p/ Colaborador:	R\$ 34,64

Eletricista							
Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem, etc)	Unidade física	Quantidade	Valor	Valor Total	Taxa de Depreciação Anual	
1	Alicate amperímetro cat III	Unidade	1	R\$ 218,90	R\$ 218,90	20,00%	R\$ 43,78
2	alicate bico reto 7 (8")	Unidade	1	R\$ 59,90	R\$ 59,90	20,00%	R\$ 11,98
3	alicate de prensa terminal	Unidade	1	R\$ 82,82	R\$ 82,82	20,00%	R\$ 16,56
4	alicate diagonal para corte rente 6"	Unidade	1	R\$ 41,93	R\$ 41,93	20,00%	R\$ 8,39
5	alicate universal 8", eletricista, cabo isolado (AC 1000V)	Unidade	1	R\$ 56,16	R\$ 56,16	20,00%	R\$ 11,23
6	bolsa de lona para ferramentas (maleta p/ ferramenta) 40 x 30 x 20 cm	Unidade	1	R\$ 208,43	R\$ 208,43	20,00%	R\$ 41,69
7	chave philips toco (PH1)	Unidade	1	R\$ 8,03	R\$ 8,03	20,00%	R\$ 1,61
8	chave philips toco (PH2)	Unidade	1	R\$ 8,03	R\$ 8,03	20,00%	R\$ 1,61
9	decapador de fio	Unidade	1	R\$ 100,00	R\$ 100,00	20,00%	R\$ 20,00
10	detector de tensão (baixa tensão)	Unidade	1	R\$ 74,66	R\$ 74,66	20,00%	R\$ 14,93
12	ferro de solda (para estanho) profissional – 220V	Unidade	1	R\$ 75,00	R\$ 75,00	20,00%	R\$ 15,00
13	jogo de chave allen	Kit	1	R\$ 58,01	R\$ 58,01	20,00%	R\$ 11,60
14	Jogo de chave hexagonal (canhão) 3mm a 14mm	Kit	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00	20,00%	R\$ 40,00
15	jogo de chave de fenda e philips isolada, 1000V – 6 peças	Kit	1	R\$ 119,61	R\$ 119,61	20,00%	R\$ 23,92
16	lima quadrada 8"	Unidade	1	R\$ 36,02	R\$ 36,02	20,00%	R\$ 7,20
17	nível de alumínio com perfil I – 40cm - 16"	Unidade	1	R\$ 67,92	R\$ 67,92	20,00%	R\$ 13,58
18	trena 5m	Unidade	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00	20,00%	R\$ 5,00

Total da Depreciação Anual:	R\$ 288,08
Total da Depreciação Mensal:	R\$ 24,01
Quantidade de Colaboradores:	3
Total da Depreciação Mensal p/ Colaborador:	R\$ 8,00

Assistente Técnico no Serviço Público Nível II							
Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem, etc)	Unidade física	Quantidade	Valor	Valor Total	Taxa de Depreciação Anual	
1	trena 5m	Unidade	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00	20,00%	R\$ 5,00
2	trena laser 40m (ref: bosh, dewalt, fluke)	Unidade	1	R\$ 559,00	R\$ 559,00	10,00%	R\$ 55,90

Total da Depreciação Anual:	R\$ 60,90
Total da Depreciação Mensal:	R\$ 5,08
Quantidade de Colaboradores:	1
Total da Depreciação Mensal p/ Colaborador:	R\$ 5,08

Pedreiro							
Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem, etc)	Unidade física	Quantidade	Valor	Valor Total	Taxa de Depreciação Anual	
1	bolsa de lona para ferramentas (maleta p/ ferramenta) 40 x 30 x 20 cm	Unidade	1	R\$ 208,43	R\$ 208,43	20,00%	R\$ 41,69
2	carrinho de mão, chapa de aço, oda de borracha	Unidade	1	R\$ 181,86	R\$ 181,86	20,00%	R\$ 36,37
3	colher pedreiro 9"	Unidade	1	R\$ 23,03	R\$ 23,03	20,00%	R\$ 4,61
4	desempenadeira aço dentada	Unidade	1	R\$ 15,10	R\$ 15,10	20,00%	R\$ 3,02
5	desempenadeira aço lisa	Unidade	1	R\$ 15,10	R\$ 15,10	20,00%	R\$ 3,02
6	esquadro 90° x 30cm – 12"	Unidade	1	R\$ 24,28	R\$ 24,28	20,00%	R\$ 4,86
10	marreta 1kg cabo de madeira	Unidade	1	R\$ 37,80	R\$ 37,80	20,00%	R\$ 7,56
11	marreta 500g cabo de madeira	Unidade	1	R\$ 35,91	R\$ 35,91	20,00%	R\$ 7,18
12	martelo cabo de madeira	Unidade	1	R\$ 44,16	R\$ 44,16	20,00%	R\$ 8,83
13	martelo de borracha 450g	Unidade	1	R\$ 30,69	R\$ 30,69	20,00%	R\$ 6,14
14	masseira	Unidade	1	R\$ 22,90	R\$ 22,90	20,00%	R\$ 4,58
15	nível de alumínio com perfil I – 40cm – 16"	Unidade	1	R\$ 67,92	R\$ 67,92	20,00%	R\$ 13,58
16	ponteira de aço liso 3/4" x 10"	Unidade	1	R\$ 27,43	R\$ 27,43	20,00%	R\$ 5,49
17	ponteiro SDS	Unidade	1	R\$ 28,27	R\$ 28,27	20,00%	R\$ 5,65
18	prumo de centro	Unidade	1	R\$ 33,41	R\$ 33,41	20,00%	R\$ 6,68
19	prumo de parede	Unidade	1	R\$ 38,64	R\$ 38,64	20,00%	R\$ 7,73
20	Talhadeira 10"	Unidade	1	R\$ 29,16	R\$ 29,16	20,00%	R\$ 5,83
21	talhadeira SDS	Unidade	1	R\$ 28,27	R\$ 28,27	20,00%	R\$ 5,65
22	trena 5m	Unidade	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00	20,00%	R\$ 5,00

Total da Depreciação Anual:	R\$ 183,47
Total da Depreciação Mensal:	R\$ 15,29
Quantidade de Colaboradores:	1
Total da Depreciação Mensal p/ Colaborador:	R\$ 15,29

Pintor							
Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem, etc)	Unidade física	Quantidade	Valor	Valor Total	Taxa de Depreciação Anual	
1	bandeja de pintura	Unidade	12	R\$ 16,03	R\$ 192,36	20,00%	R\$ 38,47
2	bolsa de lona para ferramentas (maleta p/ ferramenta) 40 x 30 x 20 cm	Unidade	1	R\$ 208,43	R\$ 208,43	20,00%	R\$ 41,69
3	cabo alumínio extensor telescópio 5 metros	Unidade	2	R\$ 184,49	R\$ 368,98	20,00%	R\$ 73,80
4	desempenadeira aço dentada	Unidade	2	R\$ 15,10	R\$ 30,20	20,00%	R\$ 6,04
5	desempenadeira aço lisa	Unidade	2	R\$ 15,10	R\$ 30,20	20,00%	R\$ 6,04
6	desempenadeira para lixa	Unidade	2	R\$ 33,44	R\$ 66,88	20,00%	R\$ 13,38
7	desempenadeira PVC – tamanho médio	Unidade	2	R\$ 15,09	R\$ 30,18	20,00%	R\$ 6,04
8	escova de aço com cabo – 4x15 fileira de cerdas	Unidade	4	R\$ 8,17	R\$ 32,68	20,00%	R\$ 6,54
9	espátula 3"	Unidade	3	R\$ 15,59	R\$ 46,77	20,00%	R\$ 9,35
11	extensor de cabo de rolo, 2m – pintura	Unidade	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20,00%	R\$ 0,00
12	kit de chave de fenda e philips – 10 peças	Kit	1	R\$ 68,69	R\$ 68,69	20,00%	R\$ 13,74
13	kit para compressor de ar com 5 peças	Kit	1	R\$ 224,84	R\$ 224,84	20,00%	R\$ 44,97
14	lixadeira elétrica orbital 150mm, 350W/220V	Unidade	1	R\$ 749,99	R\$ 749,99	20,00%	R\$ 150,00
15	lixadeira teto parede girafa, autoaspirante, 850W/220V	Unidade	1	R\$ 1.141,37	R\$ 1.141,37	20,00%	R\$ 228,27
16	misturador de tinta 100mmx60cm	Unidade	1	R\$ 41,85	R\$ 41,85	20,00%	R\$ 8,37
17	nível de alumínio com perfil I – 40cm – 16"	Unidade	1	R\$ 67,92	R\$ 67,92	20,00%	R\$ 13,58
18	trena 5m	Unidade	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00	20,00%	R\$ 5,00

Total da Depreciação Anual:	R\$ 665,27
Total da Depreciação Mensal:	R\$ 55,44
Quantidade de Colaboradores:	1
Total da Depreciação Mensal p/ Colaborador:	R\$ 55,44

Marceneiro							
Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem, etc)	Unidade física	Quantidade	Valor	Valor Total	Taxa de Depreciação Anual	
1	bolsa de lona para ferramentas (maleta p/ ferramenta) 40 x 30 x 20 cm	Unidade	1	R\$ 208,43	R\$ 208,43	20,00%	R\$ 41,69
2	espátula 3"	Unidade	1	R\$ 15,59	R\$ 15,59	20,00%	R\$ 3,12
3	esquadro 90° x 30cm – 12"	Unidade	1	R\$ 24,28	R\$ 24,28	20,00%	R\$ 4,86
5	kit grampo de aperto rápido c/4 unidade	Kit	4	R\$ 70,98	R\$ 283,92	20,00%	R\$ 56,78
6	kit de chave de fenda e philips – 10 peças	Kit	1	R\$ 68,69	R\$ 68,69	20,00%	R\$ 13,74
7	martelo de torçao 450g	Unidade	1	R\$ 30,69	R\$ 30,69	20,00%	R\$ 6,14
8	nível de alumínio com perfil I – 40cm – 16"	Unidade	1	R\$ 67,92	R\$ 67,92	20,00%	R\$ 13,58
9	trena 5m	Unidade	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00	20,00%	R\$ 5,00

Total da Depreciação Anual:	R\$ 144,90
Total da Depreciação Mensal:	R\$ 12,08
Quantidade de Colaboradores:	1
Total da Depreciação Mensal p/ Colaborador:	R\$ 12,08

Técnico em Refrigeração							
Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem, etc)	Unidade física	Quantidade	Valor	Valor Total	Taxa de Depreciação Anual	
1	bolsa de lona para ferramentas (maleta p/ ferramenta) 40 x 30 x 20 cm	Unidade	1	R\$ 208,43	R\$ 208,43	20,00%	R\$ 41,69
2	bolsão coletor para limpeza de ar condicionado até 30.000 Btus	Unidade	1	R\$ 339,90	R\$ 339,90	20,00%	R\$ 67,98
3	bomba de vácuo estágio duplo 7 CFM, 560 W/H, 60Hz, Biovlt	Unidade	1	R\$ 899,00	R\$ 899,00	10,00%	R\$ 89,90
4	chave inglesa 10"	Unidade	2	R\$ 75,72	R\$ 151,44	20,00%	R\$ 30,29
6	ferro de solda (para estanho) profissional – 220V	Unidade	1	R\$ 75,00	R\$ 75,00	20,00%	R\$ 15,00
7	jogo de chave allen	Unidade	1	R\$ 58,01	R\$ 58,01	20,00%	R\$ 11,60
8	Kit de acessórios com 100 peças para parafusadeira	Kit	1	R\$ 289,71	R\$ 289,71	20,00%	R\$ 57,94
9	kit flangeador excêntrico de tubo de 1/8 a 1/2 pol.	Kit	1	R\$ 336,90	R\$ 336,90	20,00%	R\$ 67,38
10	kit manifold profissional com mangueira – completo – para gases R410, R22 e R32	Kit	1	R\$ 306,27	R\$ 306,27	20,00%	R\$ 61,25
11	nível de alumínio com perfil I – 40cm – 16"	Unidade	1	R\$ 67,92	R\$ 67,92	20,00%	R\$ 13,58
12	vacuômetro	Unidade	1	R\$ 230,45	R\$ 230,45	20,00%	R\$ 46,09
17	trena 5m	Unidade	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00	20,00%	R\$ 5,00

Total da Depreciação Anual:	R\$ 507,71
Total da Depreciação Mensal:	R\$ 42,31
Quantidade de Colaboradores:	1
Total da Depreciação Mensal p/ Colaborador:	R\$ 42,31

Encanador							
Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem, etc)	Unidade física	Quantidade	Valor	Valor Total	Taxa de Depreciação Anual	
1	bolsa de lona para ferramentas (maleta p/ ferramenta) 40 x 30 x 20 cm	Unidade	1	R\$ 208,43	R\$ 208,43	20,00%	R\$ 41,69
2	cegueta completa (arco + lâmina)	Unidade	1	R\$ 14,26	R\$ 14,26	20,00%	R\$ 2,85
3	chave grifo 14"	Unidade	1	R\$ 120,00	R\$ 120,00	20,00%	R\$ 24,00
4	chave grifo 24"	Unidade	1	R\$ 199,00	R\$ 199,00	20,00%	R\$ 39,80
6	chave inglesa 10"	Unidade	1	R\$ 75,72	R\$ 75,72	20,00%	R\$ 15,14
7	chave inglesa 15"	Unidade	1	R\$ 244,84	R\$ 244,84	20,00%	R\$ 48,97
8	Corta-tubos com capacidade de 6 – 42mm	Unidade	1	R\$ 113,68	R\$ 113,68	20,00%	R\$ 22,74
10	lima quadrada 8"	Unidade	1	R\$ 36,02	R\$ 36,02	20,00%	R\$ 7,20
11	marreta 500g cabo de madeira	Unidade	1	R\$ 35,91	R\$ 35,91	20,00%	R\$ 7,18
12	nível de alumínio com perfil I – 40cm – 16"	Unidade	1	R\$ 67,92	R\$ 67,92	20,00%	R\$ 13,58
17	trena 5m	Unidade	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00	20,00%	R\$ 5,00
18	Talhadeira 10"	Unidade	1	R\$ 29,16	R\$ 29,16	20,00%	R\$ 5,83
19	torno morsa de bancada número 4	Unidade	1	R\$ 191,16	R\$ 191,16	20,00%	R\$ 38,23

Total da Depreciação Anual:	R\$ 228,16
Total da Depreciação Mensal:	R\$ 19,01
Quantidade de Colaboradores:	1
Total da Depreciação Mensal p/ Colaborador:	R\$ 19,01

Piscineiro							
Ordem	Especificação (nome, tipo, embalagem, etc)	Unidade física	Quantidade	Valor	Valor Total	Taxa de Depreciação Anual	
1	cabo telescópio alumínio 10m – piscina	Unidade	1	R\$ 344,80	R\$ 344,80	20,00%	R\$ 68,96
2	peneira para piscina	Unidade	2	R\$ 36,12	R\$ 72,24	20,00%	R\$ 14,45

Total da Depreciação Anual:	R\$ 83,41
Total da Depreciação Mensal:	R\$ 6,95
Quantidade de Colaboradores:	1
Total da Depreciação Mensal p/ Colaborador:	R\$ 6,95

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Anexo VII-E, IN nº 05/2017)**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) n.º \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Endereço completo	Nº/Ano do Contrato	Vigência	Valor total do contrato*
Valor total dos contratos				

**Observação:**

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: \*Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E "D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:  $\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}} \times 12 > 1$

Valor total dos contratos \*

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado\*

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:  $\frac{\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$

Valor da Receita Bruta

Justificativa para divergência:

Local e data

---

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.



# **ANEXO IX**

## **Insalubridade e Periculosidade**

A respeito dos Laudos de Insalubridade e Periculosidade, este Anexo estabelece que o modelo de apresentação do material será na forma de 'CADERNO TÉCNICO', conforme orientações aqui descritas:

### **1 - Caderno Técnico**

1.1 – Laudos de Insalubridade

1.2 – Laudos de Periculosidade

1.3 – Anexo I - Metodologia de Tomada de Amostras (separadas por agente nocivo, citando o tipo de equipamento usado para coletar amostras de campo, técnica empregada pelo laboratório de análise, bem como sua fundamentação técnico-legal);

1.4 – Anexo II - Agentes Nocivos e seus Riscos para Saúde

1.5 – Anexo III - Legislação utilizada na elaboração dos laudos técnicos;

1.6 – Anexo IV - Laudos de Calibração dos Equipamentos de Medição e respectivos calibradores (separados por agente nocivo), fornecendo todas as informações necessárias para identificação e rastreabilidade. Os laudos de calibração devem estar dentro do prazo de validade, emitidos por laboratório acreditado pela Rede Brasileira de Calibração (RBC) e contendo o selo do INMETRO;

1.7 – Anexo V - Laudos dos laboratórios para agentes químicos, devidamente identificado (separados por agente nocivo, unidade, instituto, departamento, local, cargos ou similar);

1.8 – Anexo VI - Relatório emitido com os equipamentos na avaliação quantitativa de campo (quando aplicável), incluindo o histograma para ruído e devidamente identificado (separados por agente nocivo, unidade, local, função, cargos ou similar);

1.9 – Anexo VII - ART do engenheiro responsável pelo LTCAT da Contratada;

1.10 – Quadro Resumo

1.11 – Os documentos listados para a elaboração do Caderno Técnico e, repectivamente, do LTCAT, deverão ser organizados e separados por unidade / cargo / função.

## **2 - Estrutura do Laudo de Insalubridade**

2.1 Identificação (unidade – posto – cargo – local e/ou locais de trabalho ou similar);

2.2 Identificação dos cargos e a descrição básica de suas respectivas atividades;

2.3 Data (dia/mês/ano);

2.4 Descrição geral do ambiente periciado (mínimo: edificação, instalações, equipamentos);

2.5 Resultado da avaliação qualitativa;

2.6 Resultado da avaliação quantitativa, por agente nocivo;

2.7 Insalubridade:

2.7.1 Por Agente Nocivo (Químico – Físico – Biológico)

2.7.2 Descrição (fonte geradora, meio de propagação, valores encontrados, embasamento técnico-legal);

2.7.3 Limite de Tolerância;

2.7.4 Tempo de Exposição;

2.7.5 Embasamento Técnico-legal;

2.7.6 Observações;

2.8 Medidas corretivas existentes para eliminar ou neutralizar o risco, ou proteger contra seus efeitos, exemplos:

2.8.1 Medidas administrativas ou de organização do trabalho;

2.8.2 EPC – Equipamento de Proteção Coletiva;

2.8.3 EPI – Equipamento de Proteção Individual;

2.8.4 Conclusão Insalubridade (considerando medidas corretivas existentes e citando a legislação

cabível);

2.8.5 Laudo Técnico elaborado e aprovado por: Nome, CREA, Assinatura do Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho (CRM) responsável pelo Laudo Técnico;

2.8.6 Elaboração do Laudo Técnico nos ditames da plataforma do E-social, com lançamentos de tabelas e códigos relacionados a riscos de exposição.

### **3 – Estrutura do Laudo de Periculosidade**

3.1 Identificação (unidade – instituição – departamento – local e/ou locais de trabalho ou similar);

3.2 Identificação dos cargos e a descrição básica de suas respectivas atividades;

3.3 Periculosidade:

3.3.1 Data (dia/mês/ano);

3.3.2 Resultado da avaliação qualitativa;

3.3.3 Descrição das atividades realizadas por cargo e sua associação com o agente periculoso;

3.3.4 Tempo de exposição;

3.3.5 Descrição geral do ambiente periciado (mínimo: edificação, instalações, equipamentos);

3.3.6 Embasamento técnico-legal;

3.3.7 Observações

3.4 Medidas de segurança (recomendação técnica), exemplos:

3.4.1 Medidas administrativas ou de organização do trabalho;

3.4.2 EPC – Equipamento de Proteção Coletiva;

3.4.3 EPI – Equipamento de Proteção Individual;

3.4.4 Conclusão Periculosidade (citando a legislação cabível);

3.5 Laudo Técnico elaborado e aprovado por: Nome, CREA, Assinatura do Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho (CRM) responsável pelo Laudo Técnico;

3.6 Existindo qualquer tipo de avaliação quantitativa de agentes químicos e/ou físicos, os laudos dessas avaliações deverão ser anexados ao Caderno Técnico, bem como indicação de marcas/modelos dos aparelhos utilizados e os respectivos certificados de calibração;

3.7 Deverá ser anexado também a ART relativa aos laudos apresentados;

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

# Estudo Técnico Preliminar 1/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23854.000200/2026-64

## 2. Descrição da necessidade

**2.1** A Universidade Federal de Jataí (UFJ), por meio dos Campi Riachuelo e Jatobá, demanda a execução de serviços, contínuos e eventuais, de manutenção preventiva e corretiva predial, serviços de manutenção e conservação de áreas urbanas e rurais, apoio técnico-operacional, com o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos e insumos necessários para a execução dos serviços, incluindo atividades de jardinagem, manejo de animais, implantação e condução de áreas experimentais, produção rural, limpeza e conservação de parques, jardins, áreas verdes e predial, serviços indispensáveis ao funcionamento da instituição. As atividades laborativas aqui apresentadas são fundamentais para o atendimento das demandas quanto a manutenção predial da Universidade federal de Jataí (UFJ).

**2.2** Ressalta-se que os postos de trabalho necessários à execução dessas atividades (apresentados no quadro, no item 4.1 deste ETP), não estão previstos no plano de cargos e carreiras dos servidores da UFJ, impossibilitando sua execução por servidores efetivos. Dessa forma, a contratação indireta por meio de empresa especializada está em conformidade com o Decreto nº 9.507/2018 e com a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, que regulamentam a terceirização de serviços operacionais, instrumentais e complementares no âmbito da Administração Pública Federal.

**2.3** A necessidade envolve a execução de dois grupos de atividades essenciais ao funcionamento da UFJ:

**2.3.1 - Grupo de serviços Urbanos e Rurais:** Necessário ao funcionamento das unidades de produção vegetal da UFJ, incluindo o preparo de solo, distribuição de corretivos e fertilizantes, plantio, tratos culturais, colheita, roçagem de áreas agrícolas e áreas verdes, pulverizações com produtos fitossanitários, operação de tratores, colhedoras de grãos e demais equipamentos agrícolas. Também se inclui o manejo de animais em ambientes de ensino e pesquisa, abrangendo sua condução, alimentação, ordenha do gado leiteiro, cuidados diários (365 dias por ano, sob regime de escala), manutenção e construção de cercas, além das rotinas produtivas, sempre sob orientação de profissionais habilitados.

**2.3.2 - Grupo de Manutenção Predial:** Necessário para manter a Universidade Federal de Jataí - UFJ - em pleno funcionamento, garantindo atendimento às manutenções preventivas e corretivas e aos serviços de manutenção predial de forma contínua dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, tendo por objetivo a manutenção das condições necessárias para que os servidores desempenhem suas funções neste Órgão em um ambiente mais seguro, justificando a contratação de equipe de manutenção predial para realizar serviços como pequenos reparos, manutenções em ar condicionado, serviços de pedreiro, pintor, eletricista, marceneiro, assistentes técnico, encarretado e administrativos de obra, com fornecimento de material e mão de obra.

**2.4** São necessárias ações contínuas de manutenção na instituição, urbana, rural e predial, incluindo capina mecânica e química, limpeza de vias de acesso, parques e jardins, podas de árvores altas, varrição de estacionamentos e dos espaços no entorno dos prédios e seus acessos, cuidados com gramados, ornamentação de jardins, transplante de mudas, preservação da vegetação arbustiva e arbórea nos campi, manutenção predial nas áreas elétrica, hidrossanitária, ar-condicionado, marcenaria, pintura entre outros serviços de manutenção necessários para o correto funcionamento da instituição em sua atividade fim.

**2.5** Adicionalmente, os jardineiros poderão realizar o transporte de resíduos devidamente acondicionados — incluindo resíduos orgânicos, recicláveis, rejeitos e resíduos provenientes de sanitários e áreas administrativas — até os pontos internos de coleta estabelecidos pela instituição contratante. Esta atividade deverá restringir-se exclusivamente ao deslocamento físico de resíduos já embalados e fechados, sem qualquer manuseio, abertura, separação ou triagem do conteúdo. O transporte deverá ser efetuado em condições seguras, com o uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados e em conformidade com as normas internas e orientações operacionais da UFJ.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Prefeitura Universitária	Ricardo Porto Simões Mathias

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1 Objeto e Natureza do Serviço

A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, contínuos e eventuais, de manutenção preventiva e corretiva predial, serviços de manutenção e conservação de áreas urbanas e rurais, apoio técnico-operacional, com o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos e insumos necessários para a execução dos serviços, incluindo atividades de jardinagem, manejo de animais, implantação e condução de áreas experimentais, produção rural, limpeza e conservação de parques, jardins e áreas verdes, visando garantir a operacionalidade e a qualidade ambiental das instalações da UFJ.

O Serviço é continuado, com fornecimento em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), com previsão de vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável por mais 12 (doze) meses, sucessivamente, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, conforme previsto no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante interesse da Administração e conveniência institucional.

A licitação será realizada em lote único, tendo em vista que a fragmentação do objeto acarretaria riscos operacionais, dificultaria a coordenação e poderia comprometer a economicidade planejada para a presente contratação. Para efeitos de ajuste à futura fiscalização contratual a apresentação dos cargos e serviços está distribuída em quatro grupos. O parcelamento do objeto com a possibilidade de múltiplos fornecedores poderia comprometer a eficácia do serviço, como a falta de insumos para a correta execução dos serviços, acarretando em colaboradores ociosos (nos grupos 01 e 02).

O quadro de postos de trabalho estão apresentados na tabela a seguir:

Grupo	Item	Especificação	Quantidade de Postos	CBO
01	1	Operador de Máquinas Agrícolas	5	6410-10
	2	Trabalhador Volante de Agricultura	2	6220-20
	3	Vaqueiro	4	6231-10
	4	Trabalhador Agropecuário em Geral	4	6210-05
	5	Jardineiro	8	6220-10
02	6	Administrativo de obras	5	4110-05
	7	Encarregado de Obras	1	7102-05
	8	Eletricista	4	7156-15
	9	Assistente técnico no serviço público nível II	1	2505-20
	10	Pedreiro	2	7152-10
	11	Pintor	1	7166-10
	12	Marceneiro	1	7711-05
	13	Técnico de refrigeração	1	3141-15
	14	Encanador	1	7241-10
	15	Piscineiro	1	5143-30
03	16	Fornecimento de materiais sob demanda		
04	17	Fornecimento de serviços sob demanda		

### 4.2 Experiência e Qualificação Técnica da Contratada

A licitante deverá comprovar sua capacidade técnica por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a empresa executou, de forma satisfatória, serviços similares aos que aqui serão licitados, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

No presente caso, contratação de serviços contínuos, o edital poderá exigir a comprovação de que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo não superior a 3 (três) anos (art. 67, §5º, da Lei 14133/21; Anexo VII-A, item 10.6 e item 10.7, IN Seges 5/2017).

A execução contratual pretendida demanda capacidade operacional permanente, estrutura administrativa consolidada, disponibilidade de equipe técnica, planejamento logístico e aptidão para manter a regularidade dos serviços ao longo de toda a vigência contratual. Assim, a simples comprovação de execução pontual ou de curta duração não se mostra suficiente para evidenciar a real capacidade da licitante em suportar a continuidade e a estabilidade exigidas pelo objeto.

Nesse contexto, a comprovação de experiência em períodos sucessivos ou não, totalizando até 3 (três) anos, permite aferir que a empresa possui histórico consistente de atuação, experiência operacional consolidada e condições efetivas de executar satisfatoriamente serviços similares em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto licitado.

A exigência encontra amparo no art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza, nas contratações de serviços contínuos, a exigência de comprovação de que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação em períodos sucessivos ou não, por prazo mínimo não superior a 3 (três) anos. Também encontra respaldo no Anexo VII-A, itens 10.6 e 10.7, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

Ressalta-se que a exigência não possui caráter restritivo ou desproporcional, mas visa resguardar o interesse público, reduzir riscos de inexecução, descontinuidade ou baixa qualidade dos serviços e assegurar que a futura contratada detenha experiência compatível com a complexidade e a necessidade de continuidade inerentes ao objeto da contratação.

O Contratado deverá disponibilizar em sua equipe técnica e operacional, no prazo estipulado à assinatura do contrato, profissionais qualificados, compatíveis com o volume e a complexidade dos serviços demandados no contrato e nos documentos da presente contratação, com comprovação de capacitação.

### 4.3 Condições Operacionais e Fornecimento de Ferramentas e Materiais

#### 4.3.1 Requisitos Gerais

A contratada deverá fornecer uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas e materiais necessários para a execução dos serviços, garantindo a segurança, a identificação do prestador, a identificação dos trabalhadores e a continuidade das operações.

Em caso de uso de equipamentos de propriedade do contratante, fica sendo responsabilidade da contratada a manutenção preventiva e corretiva (quando comprovado o mau uso dos mesmos) dos equipamentos utilizados, assim como o fornecimento do aditivo "óleo para motores 2 tempos" para roçadeiras, motosserras e motopodas da marca (Stihl) ou outras marcas de equipamentos que a contratante vier adquirir ou mesmo outros materiais previstos no ETP e TR do presente processo.

O combustível utilizado será fornecido pela contratante, cabendo à contratada zelar pela correta utilização e armazenamento.

A contratada deverá apresentar, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, um relatório mensal detalhado das atividades realizadas no período anterior, contendo obrigatoriamente:

- Descrição dos serviços executados por localidade e tipo de atividade;
- Quantitativo de pessoal e equipamentos utilizados;
- Datas e hora de início e fim de cada atividade executada;
- Condições encontradas e eventuais dificuldades;
- Registro fotográfico (antes e depois, sempre que aplicável), com data e local identificados;
- Assinatura do responsável técnico.

Os serviços deverão ser executados respeitando os cronogramas e as normas internas da contratante, buscando a eficiência, economia de recursos (água, energia, combustível) e minimização de impactos ambientais.

#### 4.3.2 Fornecimento de materiais de manutenção sob demanda

Considerando as recorrentes dificuldades enfrentadas pela Administração para a realização de múltiplos processos licitatórios, especialmente na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP), destinados exclusivamente à aquisição de materiais de manutenção predial (tais como cimento, areia, brita, tijolos, argamassas, tubulações, conexões, cabos, fiação elétrica, componentes hidráulicos e afins), esta equipe de planejamento entende ser vantajosa a previsão, no presente contrato, da possibilidade de fornecimento desses insumos pela própria contratada, **sob demanda**, pois além do elevado custo administrativo envolvido na instrução e gestão de diversos procedimentos licitatórios específicos para materiais, verifica-se, na prática, a frequente ocorrência de itens desertos ou fracassados, o que compromete a continuidade das manutenções necessárias e gera períodos de desabastecimento de insumos essenciais.

A contratação conjunta de mão de obra e materiais de manutenção tende a conferir maior eficiência operacional, permitindo que as equipes executem os serviços com maior celeridade, uma vez que o fornecimento de insumos evitará atrasos decorrentes da indisponibilidade de materiais no almoxarifado. Essa sistemática também favorece o planejamento das intervenções, reduz retrabalho, minimiza paralisações da equipe e contribui para melhor conservação do patrimônio público, sempre observados os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Como regra geral, os materiais a serem fornecidos pela contratada terão seus preços unitários referenciados prioritariamente na Tabela SINAPI-GO, com aplicação de BDI compatível e detalhamento em planilha de composição de custos. Para itens que não constem da base SINAPI, o fornecimento poderá ser realizada mediante apresentação, pela contratada, de no mínimo três cotações de mercado idôneas, coletadas em fornecedores distintos, com análise e aprovação prévia da fiscalização quanto à compatibilidade dos valores com o mercado e com as especificações técnicas requeridas.

O fornecimento de materiais dar-se-á mediante emissão Para efeitos de contratação deste item, será analisado na licitação considerando o desconto aplicado à tabela SINAPI nos materiais e serviços. de Ordem de Fornecimento de Materiais pela fiscalização, na qual deverão constar, no mínimo, a descrição do insumo, unidade de medida, quantitativo, referência de preço (SINAPI ou média das cotações) e local de aplicação. A medição e o pagamento serão vinculados à efetiva entrega dos materiais e devidamente atestados, podendo ser exigida Nota Fiscal referente aos materiais fornecidos.

Essa modelagem, ao concentrar em um único instrumento o fornecimento de **Mão de Obra em Dedicção Exclusiva** e o fornecimento de materiais, reduz a fragmentação de contratações, mitiga o risco de descontinuidade das manutenções por falta de materiais, diminui a probabilidade de insucesso em licitações específicas (itens desertos ou sem proposta vantajosa) e otimiza a alocação de recursos humanos e materiais, preservando, contudo, o controle público sobre preços, quantidades e especificações técnicas por meio de referências oficiais (SINAPI) e pesquisas de mercado formais.

#### 4.3.3 Fornecimento de serviços sob demanda

Considerando os pequenos serviços necessários para o bom funcionamento institucional, há a previsão de fornecimento destes da mesma maneira que o fornecimento de materiais, considerando o orçamento de acordo com a tabela SINAPI de referência e desconto aplicado à licitação no item. Para os serviços sob demanda, a mão de obra a ser utilizada não está vinculada aos cargos contratados nos outros itens vinculados ao edital.

#### 4.4 Sustentabilidade e Impactos Ambientais

A contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), implementando, sempre que aplicável, a logística reversa de embalagens, resíduos, peças e equipamentos após o uso, conforme previsto na legislação.

Deverá ainda priorizar o uso de materiais biodegradáveis, sempre que tecnicamente possível, e adotar medidas para reduzir o uso de agrotóxicos, utilizando exclusivamente produtos registrados nos órgãos federais competentes, em conformidade com a Lei nº 7.802/1989 e o Decreto nº 4.074/2002.

A contratada também deverá adotar práticas seguras e ambientalmente adequadas na limpeza de pulverizadores, realizando a tríple lavagem (ou técnica equivalente permitida) imediatamente após o uso, conforme estabelecido pela Instrução Normativa nº 9/2008 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

As embalagens vazias de produtos fitossanitários deverão ser devolvidas aos pontos de recebimento autorizados, observando-se os prazos legais, os procedimentos de lavagem e a guarda dos comprovantes de devolução, conforme determinado pela legislação vigente e pelas orientações do inpEV.

Nas atividades de poda e manutenção vegetal, a contratada deverá realizar a separação e destinação adequada dos resíduos orgânicos, priorizando sua utilização em processos de compostagem ou em iniciativas de fabricação de adubo orgânico eventualmente implantadas pela instituição, evitando sua destinação a aterros sanitários.

Nas atividades de manutenção predial preventiva e corretiva deverá ser observado o correto descarte dos materiais, reciclando aqueles que for possível e encaminhando ao descarte correto os demais, conforme Resolução do CONAMA e Legislação vigente.

O transporte correto de resíduos, mesmo que interno, faz parte da gestão ambiental adequada (conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/2010). Como parte das ações voltadas à gestão sustentável de resíduos sólidos, os funcionários da contratada poderão realizar o transporte interno de resíduos devidamente acondicionados — incluindo resíduos comuns, sanitários, recicláveis e vegetais — até os pontos de coleta estabelecidos pela instituição, sem manuseio ou triagem do conteúdo.

Essa prática contribui para a organização e eficiência da separação na origem, além de prevenir riscos ambientais decorrentes do descarte incorreto. A atividade deverá ser executada em conformidade com as orientações da contratante, com uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e respeito às normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

#### 4.5 Cumprimento da Legislação Trabalhista e de Segurança

A contratada deverá cumprir integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente, garantindo os direitos trabalhistas e previdenciários dos seus colaboradores.

Deverá implementar e manter atualizados os programas de segurança e medicina do trabalho, como PPRA, PCMSO, LTCAT entre outros - a critério exemplificativo e não exaustivo - em conformidade com a legislação vigente e as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas de segurança, saúde ocupacional e prevenção de acidentes, promovendo treinamentos periódicos e para os trabalhadores envolvidos.

Adicionalmente, em conformidade com o **Decreto nº 12.174/2024 e a IN nº 2/2025 do MGI**, a contratada deverá garantir que os valores destinados a salários e benefícios sejam compatíveis com os custos estimados pela Administração, **evitando que a redução salarial seja utilizada para oferecer preços inferiores e assegurando a proteção do trabalhador terceirizado.**

#### 4.6 Responsabilidades da Contratada

É obrigação da contratada a execução dos serviços conforme os padrões de qualidade e eficiência estabelecidos, bem como a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade, a redução de custos operacionais e a minimização de impactos ambientais.

A contratada será responsável por toda a supervisão, fiscalização e segurança do seu pessoal durante a execução dos serviços, respondendo por eventuais danos causados à contratante ou terceiros.

A contratada deverá prover, às suas expensas, os treinamentos necessários à execução segura e eficiente dos serviços, abrangendo instruções sobre o uso correto de equipamentos, normas de segurança, prevenção de acidentes, conduta ambientalmente responsável e demais procedimentos técnicos exigidos pela legislação e pelo contrato.

Os treinamentos deverão ser registrados e comprovados mediante lista de presença e conteúdo ministrado, devendo tais documentos ser apresentados à fiscalização do contrato sempre que solicitado.

A licitante deverá estar regularmente inscrita no sistema SICAF e credenciada para participação no Pregão Eletrônico no Comprasnet, conforme regras do edital.

4.7 Declarações de Conhecimento e Aceitação

A empresa adjudicatária deverá apresentar declaração formal de conhecimento integral e aceitação das condições estabelecidas no Termo de Referência (TR), desde Estudo Técnico Preliminar (ETP) e dos respectivos anexos, requisitos para celebração do contrato.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Os estudos realizados por esta equipe de planejamento tiveram a finalidade identificar as atividades praticadas nos órgãos para o mesmo serviço, visto que não está em discussão nesta contratação, uma nova modelagem devido a contratações anteriores já terem sido formuladas com o objetivo de tornar o serviço prestado mais eficiente e econômico, mediante processo Licitatório para seleção do Fornecedor.

5.2 A solução a ser adotada é a terceirização dos postos, possibilitando utilização da força de trabalho para áreas relevantes de atuação, em virtude, inclusive, da qualificação que estes possuem, priorizando as atividades finalísticas da instituição. A contratação de empresa especializada permite que os profissionais alocados para a prestação do serviço estejam inseridos no cotidiano dos setores a que se destina o serviço, tomando conhecimento dos processos e rotinas inerentes às suas áreas, proporcionando assim uma maior produtividade, uma vez que o profissional estará familiarizado com os assuntos daquele setor.

5.3 Para fins de aferição e efeito de pagamento do serviço, as especificações do preço por posto de trabalho condicionam uma melhor metodologia para determinação dos custos contratuais, uma vez que estabelece uma unidade de medida específica para cada tipo de serviço, considerando que a remuneração e benefícios salariais são definidos pelas CCT's de cada categoria.

5.4 No que se refere à CCT utilizada para o estudo, deverá ser observada a Nota Técnica anexada a este ETP.

5.5

6. Descrição da solução como um todo

Trata-se de serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, de acordo com o art. 15 da IN n. 05 /2017, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que a falta ou interrupção na prestação dos serviços pode impactar negativamente na qualidade, na capacidade laborativa, com possibilidade de dano ao interesse e patrimônio público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Estimativa de Postos de Trabalho:

7.1.1 A estimativa da quantidade de postos de trabalho necessários para o atendimento das demandas foi fundamentada nas justificativas apresentadas pelas áreas demandantes, considerando a experiência acumulada na execução dos Contratos vigentes (SEI nº 23854.000493/2022-56 – Contrato nº 22/2023 e SEI nº 23854.006463/2024-15 - Contrato 06/2025). Também foram observadas as melhorias e adequações identificadas como imprescindíveis para atender, de forma eficiente e eficaz, às necessidades atuais da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

7.1.2 Atualmente, estão vigentes e, prestes a encerrar, 2 (dois) contratos de fornecimento de Mão de Obra com dedicação exclusiva:

7.1.3 Contrato 22/2023: Serviços Urbanos e Rurais - R\$ 1.379.698,13 anual, com postos distribuídos conforme Tabela abaixo:

POSTO	QUANTIDADE
-------	------------



Auxiliar de Campo	6
Jardineiro	9
Operador de Máquinas Agrícolas	4
Tratador de Animais	4
<b>TOTAL</b>	23

7.1.4 Contrato 06/2025: Manutenção Predial - R\$ 2.298.338,57 anual, com postos distribuídos conforme Tabela abaixo:

POSTO	QUANTIDADE
Administrativo de Obra	5
Encarregado	1
Eletricista	4
Auxiliar de Manutenção Predial	12
Assistente Técnico no Serviço Público Nível II	1
<b>TOTAL</b>	23

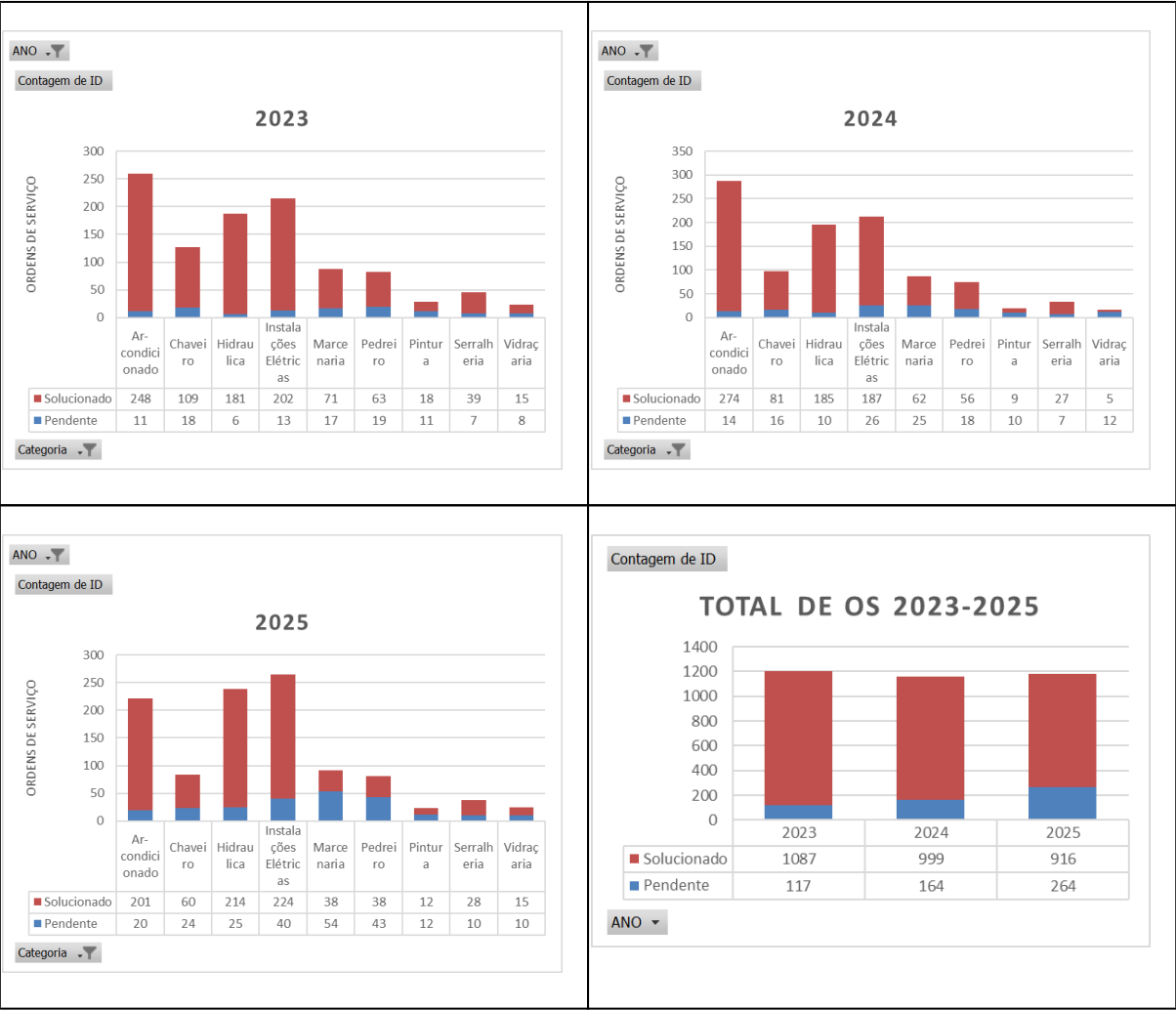
De modo a reunir todos os postos de trabalho em um mesmo contrato, a Equipe de Planejamento realizou levantamento de quantitativos de postos de trabalho, levando em consideração as condições atuais e as necessidades da Universidade Federal de Jataí.

Os postos foram distribuídos em 2 grupos, conforme Tabela abaixo:

Postos de Trabalho			
Grupo	Item	Especificação	Quantidade
01	1	Operador de Máquinas Agrícolas	5
	2	Trabalhador Volante de Agricultura	2
	3	Vaqueiro	4
	4	Trabalhador agropecuário geral	4
	5	Jardineiro	8
02	6	Administrativo de obras	5
	7	Encarregado de obras	1
	8	Eletricista	4
	9	Assistente técnico no serviço público nível II	1
	10	Pedreiro	2
	11	Pintor	1
	12	Marceneiro	1
	13	Técnico de refrigeração	1

14	Encanador	1
15	Piscineiro	1
TOTAL DE POSTOS DE TRABALHO		41

Outro ponto analisado pela equipe de planejamento foi a quantidade de ordens de serviço por categoria nos anos de 2023 a 2025, conforme imagem abaixo.



Verifica-se que ao longo dos anos, o percentual de chamados pendentes tem aumentado, muito em virtude da falta de insumos para abastecer os profissionais responsáveis por executar os serviços.

7.2 Quantitativo de Materiais, Equipamentos e Serviços comuns

O quantitativo de materiais e equipamentos estimado corresponde ao mínimo necessário para a adequada execução das atividades nos postos de trabalho a serem contratados. Esses quantitativos foram levantados com base nas necessidades operacionais identificadas, integradas à Planilha de Composição de Custos, que acompanhará o Termo de Referência.

Material e Serviços comuns			
Grupo	Descrição	Tipo	Total
03	Material - Insumo	Mensal	12
04	Serviços comuns	Mensal	12

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.236.281,80

O valor estimado da contratação foi estruturado de forma segmentada, considerando a natureza dos serviços, o modelo contratual adotado e as boas práticas de planejamento previstas na Instrução Normativa nº 05/2017, contemplando os seguintes grupos:

- **Grupo 1** – Postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra para execução de serviços urbanos e rurais;
- **Grupo 2** – Postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra para execução de serviços de manutenção predial;
- **Grupo 3** – Fornecimento de materiais de manutenção predial, sob demanda, com preços unitários referenciados na Tabela SINAP-GO sem desoneração;
- **Grupo 4** – Execução de pequenos serviços eventuais de manutenção predial, sob demanda, com preços unitários referenciados na Tabela SINAPI-GO sem desoneração.

A estimativa considera tanto os custos fixos associados à mão de obra com dedicação exclusiva quanto os custos variáveis relacionados a materiais e serviços eventuais, assegurando visão global e integrada da contratação.

### 8.1 Base Técnica da Estimativa Global de Serviços Urbanos e Rurais (Grupo 1)

A estimativa dos custos relativos aos postos de trabalho do Grupo 1 foi elaborada a partir de estudo técnico e cotações de mercado, observando-se as Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis às categorias envolvidas.

Foram considerados, na composição do preço final dos postos:

- Salários e benefícios previstos em CCT ou em pesquisa de mercado, quando aplicável;
- Encargos trabalhistas e previdenciários;
- Tributos incidentes;
- Custos indiretos e lucro operacional.

A metodologia adotada atende aos critérios da IN nº 05/2017, assegurando a exequibilidade da contratação e a compatibilidade dos valores estimados com os custos efetivos de mercado

### 8.2 Base Técnica da Estimativa Global de Manutenção Predial (Grupo 2)

Para a estimativa do custo global de manutenção predial da Universidade Federal de Jataí, foram considerados os seguintes parâmetros técnicos:

- Área construída total das edificações: **40.389,12 m²**;
- Valor de referência do CUB (dezembro/2025): **R\$ 2.714,57/m²**;
- Valor estimado de reposição das edificações:

$$40.389,12 \text{ m}^2 \times \text{R\$ } 2.714,57/\text{m}^2 \approx \text{R\$ } 109.639.093,48$$

Com base em referências técnicas aplicáveis a edificações públicas e considerando a existência de demanda reprimida de manutenção, adotou-se percentual técnico de **2,0% ao ano** sobre o valor de reposição, conforme estudos de John, V. M. (1988) e Lair Reis (2016), resultando em:

$$\text{R\$ } 109.600.000,00 \times 2,0\% \approx \text{R\$ } 2.192.781,00/\text{ano}$$

Esse valor representa a **estimativa global de custo anual de manutenção predial**, abrangendo mão de obra, materiais e serviços eventuais.

#### 8.2.1 Compatibilização com o Modelo Contratual Adotado

A maior parcela da manutenção predial será absorvida pela equipe fixa com dedicação exclusiva de mão de obra, composta por profissionais técnicos especializados (administrativo de obras, encarregado de obras, eletricitas, pedreiro, pintor, oficiais de serviços gerais na manutenção de edificações, marceneiro, técnico de refrigeração, encanador, piscineiro, entre outros), cujo custo anual estimado ultrapassa **R\$ 1,8 milhão**.

Dessa forma, os valores destinados a materiais e a serviços eventuais sob demanda assumem caráter **complementar e residual**, voltados a garantir a efetividade das intervenções e a pronta resposta a demandas específicas não absorvidas pelos postos fixos.

### 8.2.2 Histórico de Compras e Subdimensionamento

O histórico de compras de materiais realizadas com recursos de fundo institucional local (FUNAPE), no período de 2019 a 2025, apresentou valores anuais variando aproximadamente entre **R\$ 17 mil e R\$ 83 mil**, evidenciando patamar historicamente reduzido e incompatível com a extensão e complexidade do parque edificado da UFJ.

Ressalta-se que tais aquisições tinham caráter emergencial, destinadas a viabilizar intervenções urgentes, e não refletem a totalidade das necessidades de manutenção, uma vez que diversos serviços deixaram de ser executados por insuficiência de recursos, caracterizando demanda reprimida.

### 8.2.3 Definição dos Valores Máximos para Materiais e Serviços Eventuais

Considerando o cenário global de manutenção, o histórico de subdimensionamento, a capacidade de absorção da equipe fixa e a necessidade de controle orçamentário, definem-se, para fins de planejamento e licitação, os seguintes **valores máximos anuais**:

- **Fornecimento de materiais de manutenção predial (sob demanda): R\$ 120.000,00/ano;**
- **Execução de serviços eventuais de pequena monta, não abrangidos pelos postos de trabalho (sob demanda): R\$ 200.000,00/ano.**

Os valores acima correspondem, conjuntamente, a aproximadamente **0,15%** do custo anual global estimado de manutenção predial, evidenciando abordagem conservadora e compatível com a realidade orçamentária da Instituição.

### 8.2.4 Natureza Não Obrigatória da Execução

Os valores definidos para materiais e serviços eventuais constituem **tetos financeiros anuais**, não gerando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

A execução estará condicionada:

- à efetiva necessidade da Administração;
- à autorização prévia da fiscalização do contrato;
- à disponibilidade orçamentária;
- à utilização de preços unitários baseados na tabela SINAPI, sendo aplicado o devido desconto.

### 8.2.6 Justificativa Técnica e Orçamentária Final

A definição de limites financeiros específicos para materiais e serviços eventuais, ainda que superiores ao histórico recente de aquisições emergenciais, mostra-se tecnicamente adequada e necessária para:

- superar o subdimensionamento histórico de recursos destinados à manutenção predial;
- assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços;
- reduzir a ocorrência de contratações emergenciais;
- garantir previsibilidade orçamentária e aderência aos princípios da economicidade e do planejamento.

A solução proposta encontra respaldo em contratações similares realizadas por outras Instituições Federais de Ensino Superior, que adotam modelo de manutenção predial com dedicação exclusiva de mão de obra e execução complementar de materiais e serviços sob demanda, mediante definição de teto financeiro anual.

## 8.3 Grupo 3 – Fornecimento de Materiais de Manutenção Predial (SINAPI)

O Grupo 3 compreende o fornecimento de materiais necessários à execução das atividades de manutenção predial que não possam ser integralmente supridas pela equipe fixa, sendo remunerados por preços unitários com base na Tabela Referencial de Custos SINAPI.

### 8.3.1 Metodologia de Estimativa

A definição do teto financeiro anual para o Grupo 3 considerou:

- o histórico de aquisições realizadas no período de 2019 a 2025;

- a constatação de subdimensionamento histórico dos recursos destinados a materiais;
- a necessidade de recomposição de estoques mínimos e atendimento a demandas não programadas;
- a utilização das composições e preços de referência do SINAPI como parâmetro técnico de mercado.

Com base nesses critérios, foi definido o valor máximo anual de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), devendo incidir sobre este um BDI de 13,51%, totalizando **R\$ 136.212,00** (cento e trinta e seis mil duzentos e doze reais).

Esse valor representa incremento prudencial em relação ao histórico recente, compatível com a dimensão e complexidade do parque edificado da Universidade Federal de Jataí, sem caracterizar sobreestimativa.

#### 8.4 Grupo 4 – Execução de Pequenos Serviços Eventuais (SINAPI)

O Grupo 4 refere-se à execução de pequenos serviços eventuais de manutenção predial, não abrangidos diretamente pelos postos de trabalho com dedicação exclusiva, tais como intervenções pontuais, reparos específicos e serviços de pequena monta.

Esses serviços serão remunerados por preços unitários baseados nas composições da Tabela SINAPI, mediante Ordem de Serviço específica e prévia autorização da fiscalização contratual.

##### 8.4.1 Metodologia de Estimativa

A definição do teto financeiro anual do Grupo 4 considerou:

- a variabilidade e imprevisibilidade de demandas eventuais;
- o histórico de intervenções não realizadas por insuficiência orçamentária;
- a necessidade de evitar contratações emergenciais;
- a prática adotada em contratações similares no âmbito da Administração Pública.

Dessa forma, foi estabelecido o valor máximo anual de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), devendo incidir sobre este um BDI de 20,00%, totalizando **R\$ 240.000,00** (duzentos e quarenta mil reais).

Esse montante, somado ao valor do Grupo 3, corresponde a aproximadamente 14,6% do custo anual global estimado da manutenção predial, percentual considerado tecnicamente razoável diante da demanda reprimida e do caráter complementar desses grupos.

#### 8.5 Natureza Não Obrigatória da Execução dos Grupos 3 e 4

Os valores definidos para os Grupos 3 e 4 constituem tetos financeiros máximos, não gerando obrigação de consumo mínimo por parte da Administração.

A execução estará condicionada:

- à efetiva necessidade institucional;
- à autorização prévia da fiscalização do contrato;
- à disponibilidade orçamentária;
- à utilização de preços unitários referenciados no SINAPI, com aplicação do desconto ofertado pela contratada.

#### 8.6 Planilha de Composição de Custos – Grupos 1 e 2

Os valores referentes aos Grupos 1 e 2 foram definidos conforme Planilha de Composição de Custos elaborada nos termos da IN nº 05 /2017, contemplando os postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra.

Os Grupos 3 e 4 não integram a referida planilha, por se tratarem de fornecimentos e serviços sob demanda, remunerados por preços unitários.

O valor anual estimado dos Grupos 1 e 2 totaliza: R\$ **3.236.281,80**, sendo os valores definidos conforme Planilha de Composição de Custos de acordo com a IN 05/2017.

Grupo	Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Anual R\$

01	1	Operador de Máquina Agrícola	05	7.612,25	38.061,25	456.735,00
	2	Trabalhador Volante da Agricultura	02	5.724,46	11.448,92	137.387,04
	3	Vaqueiro	04	5.474,30	21.897,20	262.766,40
	4	Trabalhador Agropecuário Geral	04	4.256,18	17.024,72	204.296,64
	5	Jardineiro	08	5.133,56	41.068,48	492.821,76
02	6	Administrativo de obras	05	6.196,74	30.983,70	371.804,40
	7	Encarregado de obras	01	7.525,16	7.525,16	90.301,92
	8	Eletricista	04	9.499,06	37.996,24	455.954,88
	9	Assistente técnico no serviço público nível II	01	10.303,67	10.303,67	123.644,04
	10	Pedreiro	02	7.519,38	15.038,76	180.465,12
	11	Pintor	01	7.519,38	7.519,38	90.232,56
	12	Marceneiro	01	7.519,38	7.519,38	90.232,56
	13	Técnico de refrigeração	01	9.517,12	9.517,12	114.205,44
	14	Encanador	01	7.519,38	7.519,38	90.232,56
	15	Piscineiro	01	6.266,79	6.266,79	75.201,48
	Total Mensal				269.690,15	
	Total Anual				3.236.281,80	

**8.7** Esse valor reflete a contratação de empresa especializada para execução integrada de serviços, contínuos e eventuais, de manutenção preventiva e corretiva predial, serviços de manutenção e conservação de áreas urbanas e rurais, apoio técnico-operacional, **com o fornecimento de** mão de obra, ferramentas, equipamentos, instrumentos **e insumos** necessários para a execução dos serviços, incluindo atividades de jardinagem, manejo de animais, implantação e condução de áreas experimentais, produção rural, limpeza e conservação de parques, jardins e áreas verdes, visando garantir a operacionalidade e a qualidade ambiental nos campi da Universidade Federal de Jataí, considerando o fornecimento de mão de obra qualificada, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários.

**8.8** Conforme o Decreto nº 12.174/2024, Art 5º, estabelece que, em contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra na administração pública federal, as propostas só serão aceitas se os valores destinados a salários e benefícios forem compatíveis com os custos estimados pela Administração, garantindo a proteção do trabalhador e evitando a redução salarial para obtenção de preços menores.

**8.8.1** Conforme Nota Técnica, poderão ser utilizadas duas CCTs, caso necessário, sendo uma para cada grupo de postos de trabalho, a depender da atividade da Pessoa Jurídica e metodologia adotada para os cálculos e respeitando os valores base justificados pelo licitante, conforme Decreto nº 12.174/2024, Art 5º.

**8.8.2** A remuneração dos profissionais para a composição dos custos foi estipulada com base:

- Na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Terceirização de mão de obra do Estado de Goiás – SEAC-GO, do ano de 2026, NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000026/2025 DATA DE REGISTRO NO MTE: 21/01/2025 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR075149/2024 NÚMERO DO PROCESSO: 10162.200170/2025-50 DATA DO PROTOCOLO: 13/01/2025; e
- Na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Sindicato da Indústria e da Construção no Estado de Goiás - SINDUSCON-GO, do ano de 2025 / 2027 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SRT00233/2025 DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/07/2025 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR032842/2025 NÚMERO DO PROCESSO: 47997.278588/2025-60 DATA DO PROTOCOLO: 12/06/2025

**8.8.2.1** Para os cargos constantes nos grupos 1 e 2 utilizou-se, para elaboração do preço de referência, a CCT SEAC-GO e CCT Sinduscon-GO

**8.8.2.2** Referente ao Grupo 1, o valor obtido para remuneração através de CCT SEAC-GO, foi de R\$ 3.309,87 (Três mil trezentos e nove reais e oitenta e sete centavos) para Operador de Máquinas Agrícolas; R\$ 2.348,94 (Dois mil trezentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos) para Trabalhador Volante da Agricultura; R\$ 2.188,78 (dois mil cento e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos) para Vaqueiro; e, R\$ 2.053,22 (Dois mil e cinquenta e três reais e vinte e dois centavos) para Jardineiro.

**8.8.2.3** Para o Grupo 2, os valores para remuneração através da CCT SEAC-GO, foram de R\$ 4.697,88 (Quatro mil seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos) para Assistente Técnico no Serviço Público nível II; R\$ 3.283,11 (Três mil duzentos e oitenta e três reais e onze centavos) para o cargo de Encarregado de obras; R\$ 3.229,78 (Três mil duzentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos) para valor base dos cargos: Eletricista, Encanador, Pintor, Pedreiro, Marceneiro; R\$ 2.641,81 (Dois mil seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos) para Técnico de refrigeração; R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) para Piscineiro; para o cargo Administrativo de Obras, não localizado na CCT SEAC-GO, foi adotada a CCT SINDUSCON-GO, com salário base de R\$ 2.798,40 (Dois mil setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) para Administrativo de Obras.

**8.8.2.4** A equipe de planejamento sugere que no momento da elaboração da planilha de custos de referência seja adotada, para cada posto de trabalho, a CCT que apresentar maior vantajosidade para a Administração Pública.

**8.8.3** Quanto aos postos Trabalhador Agropecuário em Geral (CBO 6210-05) que não possuem remuneração prevista na CCT, deverá ser utilizado o salário base da categoria, no valor de R\$ 1.711,00, conforme apresentado na CCT SEAC GO001031/2025.

**8.9** É condizente, pertinente e de extrema importância a sugestão de um salário referência como forma de buscar mão de obra qualificada e reduzir os níveis de turnover, tendo em vista que a contratação em tela se mostra estratégica, sendo inconcebível a contratação de mão de obra de baixa qualificação ou com alta possibilidade de rotatividade na prestação dos serviços.

**8.10** A contratação de mão de obra com dedicação exclusiva se faz necessária em razão das competências técnicas e administrativas específicas exigidas para o adequado desempenho das atividades previstas no âmbito da Universidade Federal de Jataí. Os cargos contemplados requerem profissionais com conhecimento especializado, seja na área técnico-laboratorial, seja na área administrativa, uma vez que envolvem tarefas que demandam domínio de normas, procedimentos e práticas vinculadas às rotinas institucionais, à gestão pública e às atividades de apoio técnico e científico. O valor remuneratório sugerido e a exigência de dedicação exclusiva visam garantir a alocação de profissionais qualificados e comprometidos, cuja permanência e integração ao ambiente organizacional são fundamentais para assegurar a produtividade, a continuidade dos serviços e a eficácia no alcance dos objetivos institucionais da Universidade Federal de Jataí. Essa estratégia permite que os trabalhadores estejam inseridos no cotidiano da instituição, conhecendo profundamente seus processos internos e rotinas, o que resulta em maior eficiência e alinhamento com a missão organizacional. Além disso, trata-se de uma contratação estratégica, essencial para o atendimento das demandas permanentes da instituição, sendo inviável a substituição por soluções alternativas, como contratação por postos avulsos ou prestação eventual de serviços, dado o grau de responsabilidade e especificidade das funções atribuídas aos cargos envolvidos.

**8.11** A fixação de valor mínimo de salário além do piso da categoria visa permitir que os serviços sejam executados por profissionais com salários compatíveis com o mercado, observando-se o grau de exigência requerido e a complexidade a serem desenvolvidas por esses profissionais. Além disso, evita que esse tipo de custo seja objeto de disputa de lances, reduzindo, assim, a insegurança quanto à disponibilidade de profissionais qualificados dispostos a trabalhar por remuneração passível de ser reduzida.

**8.12** Assim, chegou-se à planilha estimativa final a nível de Estudo Técnico Preliminar.

Grupo	Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Anual R\$
01	1	Operador de Máquina Agrícola	05	7.612,25	38.061,25	456.735,00

	2	Trabalhador Volante da Agricultura	02	5.724,46	11.448,92	137.387,04
	3	Vaqueiro	04	5.474,30	21.897,20	262.766,40
	4	Trabalhador Agropecuário Geral	04	4.256,18	17.024,72	204.296,64
	5	Jardineiro	08	5.133,56	41.068,48	492.821,76
02	6	Administrativo de obras	05	6.196,74	30.983,70	371.804,40
	7	Encarregado de obras	01	7.525,16	7.525,16	90.301,92
	8	Eletricista	04	9.499,06	37.996,24	455.954,88
	9	Assistente técnico no serviço público nível II	01	10.303,67	10.303,67	123.644,04
	10	Pedreiro	02	7.519,38	15.038,76	180.465,12
	11	Pintor	01	7.519,38	7.519,38	90.232,56
	12	Marceneiro	01	7.519,38	7.519,38	90.232,56
	13	Técnico de refrigeração	01	9.517,12	9.517,12	114.205,44
	14	Encanador	01	7.519,38	7.519,38	90.232,56
	15	Piscineiro	01	6.266,79	6.266,79	75.201,48
	<b>Total Mensal</b>				<b>269.690,15</b>	
	<b>Total Anual</b>					<b>3.236.281,80</b>

### 8.13 Critérios de reajuste contratual.

8.13.1. O reajustamento contratual de preços constitui mecanismo necessário à preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, diante das variações inflacionárias e oscilações de mercado verificadas ao longo da execução contratual.

8.13.2. Nos termos da legislação vigente, em especial a Lei nº 10.192/2001 (arts. 1º e 2º), admite-se a utilização de índices oficiais de reajuste, desde que observada a periodicidade mínima anual, devendo o índice adotado guardar compatibilidade com a natureza do objeto contratado.

8.13.3. O reajuste poderá ser estabelecido com base em índices gerais, específicos ou setoriais, conforme a possibilidade de identificação da variação dos custos envolvidos na execução do contrato, especialmente em contratações de serviços contínuos.

8.13.4. No presente caso, a contratação envolve a prestação de serviços continuados com fornecimento de mão de obra, materiais, insumos e serviços eventuais, caracterizando uma composição de custos heterogênea, que abrange múltiplos itens de naturezas distintas.



8.13.5. Dessa forma, não se mostra tecnicamente adequado vincular o reajuste a um índice setorial específico, uma vez que este não refletiria de maneira abrangente a variação real dos diversos insumos envolvidos na execução contratual.

8.13.6. Assim, diante da diversidade de componentes de custo e da impossibilidade de adoção de índice específico representativo para todos os insumos e postos de serviço, recomenda-se a adoção de:

8.13.6.1 **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, para o reajuste dos postos de trabalho (Lotes A e B), por se tratar de índice geral oficial que melhor reflete a variação inflacionária da economia, sendo amplamente utilizado na Administração Pública para contratos de natureza semelhante.

8.13.6.2 Para fins de composição e atualização dos custos relativos aos itens remunerados com base na Tabela SINAPI, estabelece-se que será adotada uma data-base fixa durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência contratual.

8.13.6.2.1. Durante esse período inicial, os preços unitários permanecerão vinculados à mesma competência mensal da Tabela SINAPI utilizada na elaboração da proposta vencedora, de modo a garantir estabilidade na execução contratual e previsibilidade orçamentária.

8.13.6.2.2. Após o decurso de 12 (doze) meses, será promovida a atualização da data-base da Tabela SINAPI, passando-se a adotar a versão correspondente ao mesmo mês de referência do período subsequente, assegurando a recomposição dos custos com base na variação efetiva dos insumos da construção civil. Tal sistemática visa assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, alinhando os custos aos valores de mercado atualizados, ao mesmo tempo em que preserva a estabilidade contratual no período anual, em conformidade com as boas práticas aplicáveis à Administração Pública.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução não deve ser parcelada visando a maior economicidade do serviço prestado, como um todo e em um contrato único, contemplando o fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, o fornecimento de materiais para que a equipe não fique ociosa e a prestação de pequenos serviços eventuais de manutenção predial durante o contrato. Deste modo, a licitação deverá ser realizada em lote único, tendo em vista que a fragmentação do objeto acarretaria riscos operacionais, dificultaria a coordenação e poderia comprometer a economicidade planejada para a presente contratação.

Para efeitos de ajuste à futura fiscalização contratual a apresentação dos cargos e serviços está distribuída em quatro grupos, estes, inseridos no lote único a ser contratado, anteriormente citado. O parcelamento do objeto com a possibilidade de múltiplos fornecedores comprometeria a eficácia do serviço, como a falta de insumos para a correta execução dos serviços, acarretando em colaboradores ociosos.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Há contratações correlatas e semelhantes. Contudo, os contratos se encerrarão em 10/02/2026 e 10/04/2026. O presente estudo resultará em contrato de substituição destes dois outros contratos, sendo aglutinado em um novo contrato de forma a atender às necessidades atuais da instituição.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no Planejamento Estratégico, Plano de Contratações Anual (PCA) e Documento de Formalização de Demanda (DFD) 165/2025.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação visa promover maior eficiência no desenvolvimento das atividades acessórias à Instituição, por meio da disponibilização de pessoal qualificado e capacitado tecnicamente, assegurando a qualidade e a eficácia dos serviços prestados à comunidade interna e externa. Espera-se, com isso, o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais, bem como o cumprimento integral das obrigações contratuais pela empresa contratada, evitando rescisões contratuais e retrabalho na realização de novos processos licitatórios.

Um benefício esperado é a economia com a redução de novos processos licitatórios, considerando que a contratação poderá ser prorrogável por 12 (doze) meses, sucessivamente, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, conforme previsto no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade e mediante interesse da Administração e conveniência institucional.

Pretende-se, igualmente, assegurar a continuidade e regularidade dos serviços prestados, com manutenção adequada de ambientes, equipamentos e implementos da UFJ que estarão à disposição dos colaboradores para a execução dos serviços, zelando pelo patrimônio público de forma eficiente e econômica. A contratação contribuirá ainda para o suporte especializado às atividades finalísticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, o cumprimento das cláusulas contratuais e dispositivos legais vigentes, a redução de riscos de inadimplemento por parte da empresa e otimização da fiscalização e coordenação dos serviços executados.

Com a execução eficiente dos serviços, espera-se a padronização e melhoria da qualidade nos ambientes institucionais, contribuindo diretamente para o bem-estar dos usuários, redução de reclamações operacionais e maior satisfação da comunidade interna e externa atendidas. Espera-se também que a equipe, em atividades que se complementam, se coordene e se apoie mutuamente sempre que necessário, promovendo assim maior integração e eficiência operacional.

Portanto, a gestão e fiscalização do contrato serão otimizadas pela centralização dos serviços em uma empresa com preposto designado e pela definição clara das obrigações contratuais, o que contribui para mitigar riscos de inadimplemento proporcionando maior eficiência na prestação dos serviços e acompanhamento técnico pelos fiscais e gestores designados garantindo, deste modo, a economicidade da Administração Pública.

### **13. Providências a serem Adotadas**

Para garantir o pleno atendimento às cláusulas contratuais, a Administração deverá realizar ações como a emissão da ordem de serviço, capacitação contínua dos fiscais responsáveis pela supervisão, planejamento detalhado para a transição contratual quando houver troca de prestadora e a realização de vistorias técnicas periódicas.

Dada a existência de múltiplos contratos simultâneos na Universidade Federal de Jataí, é essencial fomentar um ambiente de cooperação e respeito entre as diferentes empresas contratadas e suas equipes. Essa integração operacional visa garantir a continuidade das atividades institucionais, evitar a sobreposição de tarefas, otimizar recursos e prevenir conflitos ou falhas de comunicação, fortalecendo a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica.

É fundamental informar e sensibilizar a comunidade interna sobre os limites de atuação da empresa contratada, os canais de contato para comunicação com a fiscalização do contrato, bem como os cuidados necessários com os equipamentos e bens públicos. O envolvimento ativo de servidores, estudantes e colaboradores como parceiros na preservação do patrimônio e no acompanhamento dos serviços contribui para o sucesso da contratação e para o exercício da cidadania institucional.

A Administração deverá estabelecer e comunicar as normas relativas ao acesso dos trabalhadores terceirizados às dependências da UFJ, incluindo a obrigatoriedade de crachás de identificação, uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como a utilização adequada dos espaços, materiais institucionais, bom uso de insumos e o correto descarte. O controle e a orientação sobre essas regras são imprescindíveis para garantir a segurança, o bom convívio e a adequada execução dos serviços.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A contratação da prestação serviços, objeto deste instrumento, poderá gerar impactos ambientais relacionados ao consumo de água, energia e à geração de resíduos, que devem ser manejados de forma adequada conforme a legislação vigente. O uso de agrotóxicos deve seguir normas rigorosas para evitar contaminação do solo e da água. Equipamentos motorizados podem causar emissões e ruídos, exigindo manutenção preventiva e uso responsável. A contratada deve adotar práticas sustentáveis, como a logística reversa, uso de materiais biodegradáveis e capacitação dos colaboradores para garantir a execução ambientalmente correta dos serviços

### **15. Mitigação de Riscos**

Nos últimos contratos firmados pela UFJ, observou-se a ocorrência de atrasos no pagamento de salários aos trabalhadores terceirizados, o que resultou na paralisação dos serviços, além de danos diretos aos colaboradores, que ficaram desassistidos financeiramente além de alta rotatividade dos trabalhadores. Esse cenário também provocou a saída de profissionais experientes e qualificados, que, diante da instabilidade, buscaram outras oportunidades com maior segurança contratual, comprometendo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

Para mitigar esse tipo de risco, a Administração deve avaliar, já na fase de planejamento, a capacidade econômico-financeira da futura contratada, bem como incluir no edital e no contrato cláusulas que prevejam mecanismos de controle e fiscalização dos pagamentos trabalhistas. Tais medidas estão em consonância com o disposto no art. 11, §1º, incisos I e VI da Lei nº 14.133/2021, que orienta considerar os riscos da contratação e a viabilidade da execução contratual.

Ainda, conforme previsto no art. 5º-A, §1º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017 (ainda utilizada subsidiariamente), recomenda-se que a Administração verifique regularmente a comprovação de pagamento de salários, encargos sociais e FGTS, sob pena de responsabilidade subsidiária da Administração Pública, nos termos da Súmula nº 331 do TST.

A adoção dessas medidas visa proteger os direitos dos trabalhadores, assegurar a continuidade dos serviços essenciais à Universidade, e evitar passivos trabalhistas para a instituição, conforme os princípios da eficiência, moralidade e legalidade, constantes no art. 37 da Constituição Federal.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

O presente Estudo Técnico Preliminar prova a viabilidade da contratação por sua economicidade, reafirmando o compromisso com a boa gestão do patrimônio público e o desenvolvimento das atividades almejadas.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALEXANDRE RODRIGO CHOUPINA ANDRADE SILVA**

Docente / Diretor ICA



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 18:15:27.

**IGNACIO LINDOLFO HOLDEFER**

Téc Agropecuário



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 16:35:21.

**GUILHERME AZEVEDO OLIVEIRA**

Vice-Diretor de Administração de Contratos



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 17:27:19.

**LAZARO RUBENS ARAUJO PINTO**

Tec Eletrotécnico



*Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 16:01:47.*

**VANIA KLEIN GAROLLO**

Téc Agropecuário



*Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 16:00:42.*

**GABRIEL FERNANDES SOUSA**

Eng Civil



*Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 15:56:15.*

**RICARDO PORTO SIMOES MATHIAS**

Administrador / Prefeito Universitário



*Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 15:59:27.*

**NILMAR NATANAEL ALVES RODOVALHO**

Eng de Produção



*Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 16:45:59.*



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - notaassinado.pdf (71.14 KB)

## **NOTA TÉCNICA**

Assunto: Justificativa para utilização de diferentes Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) como paradigma de custos em um mesmo contrato de serviços (manutenção predial e apoio rural)

### **1. Contextualização do objeto**

1.1. O presente processo trata da contratação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades de manutenção predial do campus, bem como de apoio às atividades desenvolvidas na fazenda escola, em campos experimentais e na jardinagem de áreas internas da Universidade.

1.2. O objeto envolve, de forma resumida, dois conjuntos distintos de atividades:

- Grupo A – Manutenção predial de natureza construtiva: pedreiros, serventes, eletricitas, encanadores, pintores, mestres de obras, administrativos de obra e correlatos, com atuação preponderantemente vinculada à manutenção predial em edificações e infraestrutura do campus.
- Grupo B – Apoio rural e atividades agropecuárias/experimentos de campo: auxiliares de campo, jardineiros vinculados a áreas agrícolas/experimentos, operadores de máquinas agrícolas, tratadores de animais e demais funções ligadas diretamente às rotinas da fazenda escola e dos campos experimentais.

1.3. Em razão da heterogeneidade das atividades e da natureza das funções, torna-se necessário tratar de forma diferenciada o enquadramento sindical e as referências de custos de mão de obra desses dois grupos de postos.

### **2. Fundamentação jurídico-trabalhista (CLT e TST)**

2.1. O enquadramento sindical, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é definido primordialmente pela atividade preponderante do empregador, ressalvadas as hipóteses de categoria profissional diferenciada, cujos trabalhadores se vinculam ao sindicato próprio da categoria (art. 511, §§ 2º e 3º, CLT).

2.2. A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) é firme no sentido de que:

- a empresa pode se vincular a mais de um sindicato patronal, quando desenvolve atividades distintas que ensejam enquadramentos diversos;
- trabalhadores de categorias diferenciadas são alcançados pela convenção coletiva da categoria específica, ainda que diferente da aplicada à maioria dos empregados da empresa.

2.3. Por outro lado, o TST afasta a aplicação simultânea e fracionada de instrumentos coletivos (acordo coletivo e convenção coletiva) sobre o mesmo vínculo individual, adotando a teoria do conglobamento, segundo a qual se considera, em bloco, o instrumento mais favorável, vedada a combinação de cláusulas de instrumentos diferentes para um mesmo contrato de trabalho.

2.4. A partir desses parâmetros, conclui-se:

- é lícito que uma mesma empresa, em razão da diversidade de atividades, tenha empregados regidos por convenções coletivas diferentes, desde que cada empregado, individualmente, se submeta a uma única CCT, adequada à sua categoria profissional;
- não é juridicamente correto aplicar “duas CCT” ao mesmo contrato de trabalho, mas é possível que, em um mesmo contrato administrativo, coexistam grupos de trabalhadores sujeitos a CCTs distintas, conforme a natureza das funções.

### **3. Entendimentos do TCU e limites para a Administração**

3.1. Em consulta recente (Acórdão 1.207/2024-Plenário, entre outros), o Tribunal de Contas da União firmou entendimento de que a Administração:

- não pode impor, em edital, qual CCT ou ACT os licitantes devem adotar;
- pode e deve utilizar uma ou mais CCT como paradigma de custos para estimar o valor de referência, desde que isso não resulte em vinculação indevida da empresa a determinado instrumento coletivo;
- deve assegurar que os valores estimados não impliquem em aviltamento de salários, tomando como base pisos e benefícios praticados em CCTs aplicáveis às categorias envolvidas.

3.2. O TCU também ressalta que o enquadramento sindical é matéria de direito do trabalho, regida pela CLT e pela jurisprudência trabalhista, não podendo ser “definido por vontade” da Administração, mas a Administração pode exigir que a contratada comprove a observância da CCT que efetivamente rege sua relação de emprego com os trabalhadores alocados ao contrato.

### **4. Justificativa técnica para uso de CCT distintas como paradigma**

4.1. Considerando o exposto, e tendo em vista as características do objeto, propõe-se a utilização de CCT distintas como paradigmas de custos, para fins de composição do orçamento estimado, da seguinte forma:

- Grupo A – Manutenção predial (atividade de engenharia/construção civil)
  - Utilização da Convenção Coletiva de Trabalho 2025–2027 da Indústria da Construção Civil, firmada entre o Sinduscon-GO e os sindicatos laborais competentes, cuja abrangência territorial inclui o município de Jataí/GO.
  - Essa CCT estabelece pisos salariais e benefícios para funções como ajudante/servente, meio-oficial, profissional B, mestre de obras, administrativo de obras, entre outras tipicamente presentes na manutenção predial.



- Grupo B – Apoio rural (fazenda escola, campos experimentais e atividades agropecuárias)
  - Utilização, como paradigma, da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável aos trabalhadores rurais/empregados assalariados rurais de Jataí/GO, firmada entre o sindicato dos trabalhadores rurais local e o sindicato/federação patronal correspondente, a qual contempla funções como auxiliar rural, operador de máquinas agrícolas, tratador de animais e correlatas.

4.2. A adoção dessas CCTs como referência de custos atende aos seguintes objetivos:

- reflete, com maior aderência à realidade de mercado, os pisos e benefícios mínimos praticados para cada grupo de funções;
- evita o uso indevido da CCT da construção civil para empregos de inequívoca natureza rural (tratador de animais, operador de máquinas agrícolas etc.);
- reduz o risco de questionamentos trabalhistas quanto ao aviltamento de salários ou enquadramento sindical equivocado.

4.3. Importante destacar que:

- a Administração não vinculará os licitantes a determinada CCT;
- os valores orçamentários serão calculados tomando essas CCTs como “CCT paradigma”, para dimensionar pisos e benefícios mínimos por grupo de postos;
- caberá à futura contratada comprovar, em fase de execução contratual, que observa a CCT efetivamente aplicável ao seu enquadramento sindical e ao de seus empregados, não afastando a competência da Justiça do Trabalho para dirimir eventuais controvérsias.

## **5. Metodologia de composição de custos**

5.1. Para cada grupo de postos, a planilha de custos observará, no mínimo:

- salário base/piso definido na CCT paradigma (ou valor superior, se necessário para garantir a atratividade do certame);
- adicionais e benefícios previstos (adicionais legais, vale-alimentação/refeição, vale-transporte, seguro de vida, entre outros);
- encargos sociais e trabalhistas (INSS, FGTS, férias + 1/3, 13º, aviso prévio, multas rescisórias, provisões etc.);
- demais custos diretos e indiretos necessários à execução do serviço.

5.2. A estrutura da planilha distinguirá claramente:

- Bloco 1 – Cargos enquadrados na CCT da Construção Civil (Grupo A);

- Bloco 2 – Cargos enquadrados na CCT Rural/Empregados Assalariados Rurais (Grupo B).

5.3. No Termo de Referência e na minuta de contrato constará cláusula prevendo que:

- a contratada deverá cumprir integralmente a CCT ou ACT aplicável à sua categoria econômica e às categorias profissionais dos empregados alocados ao contrato;
- qualquer divergência entre os valores praticados e os pisos/benefícios previstos na CCT aplicável deverá ser sanada pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, salvo nos casos especificamente previstos em lei (repactuação, revisão etc.), com comprovação analítica das variações.

## **6. Conclusão**

6.1. À vista:

- da divisão do objeto em dois grupos distintos de atividades (manutenção predial/engenharia e apoio rural/agropecuário);
- das regras de enquadramento sindical previstas na CLT e da jurisprudência do TST sobre categorias diferenciadas e impossibilidade de aplicação fracionada de instrumentos coletivos ao mesmo vínculo;
- e dos entendimentos do TCU de que a Administração pode usar CCTs como paradigmas de custos, mas não pode impor, em edital, o instrumento coletivo a ser observado pelos licitantes;

opina-se pela utilização de duas Convenções Coletivas de Trabalho distintas como referência de custos, uma para o grupo de funções típicas da construção civil e outra para o grupo de funções típicas rurais, sem que isso represente imposição de enquadramento sindical aos licitantes, mas apenas critério técnico para elaboração do orçamento estimativo.

6.2. Recomenda-se que esta Nota Técnica seja juntada ao Estudo Técnico Preliminar e ao Termo de Referência, servindo de fundamento para a opção metodológica adotada e para eventuais esclarecimentos a órgãos de controle externo e interno.

## MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO  
E CONTRATAÇÃO DIRETA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

(Processo Administrativo nº 23854.000200/2026-64)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ,  
REPRESENTADO PELO REITOR E A  
EMPRESA.....

A Universidade Federal de Jataí, autarquia com personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na BR 364, Km 195, nº 3.800, CEP nº 75.801-615, na cidade de Jataí - Goiás, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 35.840.659/0001-30, neste ato representado(a) pelo(a) Reitor, Cristiano Peres Coelho, nomeado(a) pela Decreto de 30 de Janeiro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 1802376, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 23854.000200/2026-64 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos e eventuais de *manutenção preventiva e corretiva predial, serviços de manutenção e conservação de áreas urbanas e rurais, apoio técnico-operacional, com o fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e insumos necessários para execução dos serviços*, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR POSTO	VALOR MENSAL	Valor ANUAL
1	Operador de Máquina Agrícola	6410-10	Posto	5	R\$ 8.310,87	R\$ 41.554,35	R\$ 498.652,20

<b>2</b>	Trabalhador Volante da Agricultura	6220-20	Posto	2	R\$ 6.233,82	R\$ 12.467,64	R\$ 149.611,68
<b>3</b>	Vaqueiro	6231-10	Posto	4	R\$ 5.889,77	R\$ 23.559,08	R\$ 282.708,96
<b>4</b>	Trabalhador Agropecuário Geral	6210-05	Posto	4	R\$ 4.619,40	R\$ 18.477,60	R\$ 221.731,20
<b>5</b>	Jardineiro	6220-10	Posto	8	R\$ 5.598,58	R\$ 44.788,64	R\$ 537.463,68
<b>6</b>	Administrativo de Obras	4110-05	Posto	5	R\$ 6.791,70	R\$ 33.958,50	R\$ 407.502,00
<b>7</b>	Encarregado de Obras	7102-05	Posto	1	R\$ 8.342,65	R\$ 8.342,65	R\$ 100.111,80
<b>8</b>	Eletricista	7156-15	Posto	4	R\$ 8.152,88	R\$ 32.611,52	R\$ 391.338,24
<b>9</b>	Assistente Técnico no Serviço Público Nível II	2505-20	Posto	1	R\$ 11.236,38	R\$ 11.236,38	R\$ 134.836,56
<b>10</b>	Pedreiro	7152-10	Posto	2	R\$ 6.483,58	R\$ 12.967,16	R\$ 155.605,92
<b>11</b>	Pintor	7166-10	Posto	1	R\$ 6.533,79	R\$ 6.533,79	R\$ 78.405,48
<b>12</b>	Marceneiro	7711-05	Posto	1	R\$ 8.171,83	R\$ 8.171,83	R\$ 98.061,96
<b>13</b>	Técnico de Refrigeração	3141-15	Posto	1	R\$ 6.561,32	R\$ 6.561,32	R\$ 78.735,84
<b>14</b>	Encanador	7241-10	Posto	1	R\$ 6.488,23	R\$ 6.488,23	R\$ 77.858,76
<b>15</b>	Piscineiro	5143-30	Posto	1	R\$ 6.231,96	R\$ 6.231,96	R\$ 74.783,52
<b>16</b>	Fornecimento de materiais sob demanda com BDI	-	Mês	12	R\$ 11.351,00	R\$ 11.351,00	R\$ 136.212,00

<b>17</b>	Fornecimento de serviços sob demanda com BDI	-	Mês	12	R\$ 20.000,00	20.000,00	R\$ 240.000,00
	Total					<b>R\$ 305.301,65</b>	<b>R\$ 3.663.619,80</b>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

2.8. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. *O valor mensal da contratação poderá chegar ao máximo de **R\$ 305.301,65 (trezentos e cinco mil trezentos e um reais e sessenta e cinco centavos)**, se os materiais e serviços sob demanda com BDI forem utilizados no mês informado, assim, perfazendo o valor total de **R\$ 3.663.619,80 (três milhões, seiscentos e sessenta e três mil seiscentos e dezenove reais e oitenta centavos)**, se todos os materiais e serviços sob demanda com BDI forem utilizados anualmente.*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima serão valores máximos, uma vez que temos itens que podem ser utilizados ou não, como é o caso dos materiais e serviços sob demanda com BDI, ainda, podemos ter postos descobertos, desse modo, os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS**

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja

substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 (trinta) dias*;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitosas e humanizadas no ambiente laboral;

- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.56. *Realizar os serviços contratados nos seguintes locais:*
- 9.56.1. *Campus Jatobá: localizado na BR 364, km 195, nº 3.800, Setor Industrial, Jataí - Goiás, CEP: 75.801-615;*

9.56.2. *Campus Riachuelo: localizado na Rua Riachuelo, nº 1.530, Setor Samuel Grahan, Jataí - Goiás, CEP: 75.803-025;*

9.56.3. *Serviço de Psicologia Aplicada (SPA): localizado na Avenida Dorival de Carvalho, nº 1.643, Vila Santa Maria, Jataí - Goiás, CEP: nº 75.800-132;*

9.56.4. *Demais dependências que forem criadas e que pertençam a Universidade Federal de Jataí.*

9.57. *Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;*

9.57.1. *As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.*

9.57.2. *Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.*

9.57.3. *Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.*

9.57.4. *Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.*

9.57.5. *O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.61.3.*

9.57.6. *O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.*

9.58. *Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.*

#### **CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

10.1. *A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

11.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

11.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

11.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

11.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

11.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

11.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

11.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

11.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

11.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

11.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

11.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.*

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

14.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

14.2.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*

14.3. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.



14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 26453/156678;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 231318;
- IV) Elemento de despesa: 339039; e
- V) Plano interno: M0000G100N; e
- VI) Nota de empenho: [...];

16.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial

na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **Goiás**, Seção Judiciária de **Goiás**, Subseção Judiciária de **Jataí**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**[Local], [dia] de [mês] de [ano].**

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

#### **TESTEMUNHAS:**

**1-**

**2-**



Documento assinado digitalmente  
**GUILHERME AZEVEDO OLIVEIRA**  
Data: 06/04/2026 11:16:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>